

CURSO DE VERÃO – ANO XXXII

Coleção TEOLOGIA POPULAR

- Curso de verão — Ano I (Introdução ao AT; Êxodo; Cristologia; leigos e ministérios; fé e política; culturas oprimidas)
- Curso de verão — Ano II (Profetismo; eclesiologia; religião do povo; movimento popular; comunicação)
- Curso de verão — Ano III (NT e evangelho de Marcos; batismo e eucaristia; história da Igreja no Brasil; a mulher)
- Curso de verão — Ano IV (At, 1Cor, Ap; liturgia; ecumenismo; educação e trabalho)
- Curso de verão — Ano V (Gn 2-3; feminismo; sexualidade; culturas e juventude)
- Curso de verão — Ano VI (Comunidade; Espírito Santo; ética; ecologia e moradia)
- Curso de verão — Ano VII (Cidadania; pentecostalismo e novos movimentos religiosos)
- Curso de verão — Ano VIII: A cidade: um desafio para as Igrejas e movimentos populares
- Curso de verão — Ano IX: Trabalho — Crise e alternativas
- Curso de verão — Ano X: Por uma ética da liberdade e da libertação
- Curso de verão — Ano XI: Espiritualidade e Mística
- Curso de verão — Ano XII: Culturas e inculturação
- Curso de verão — Ano XIII: Brasil, 500 anos: por um jubileu de justiça e de esperança
- Curso de verão — Ano XIV: Construir e celebrar a justiça e a paz em tempos de exclusão e violência
- Curso de verão — Ano XV: Produzir a esperança: Projetos de sociedade e utopia do Reino
- Curso de verão — Ano XVI: Saúde: Cuidar da vida e da integridade da criação
- Curso de verão — Ano XVII: Água é vida: Dom de Deus e responsabilidade humana
- Curso de verão — Ano XVIII: Educar para a justiça, a solidariedade e a paz
- Curso de verão — Ano XIX: Comunicações: Ética e Cidadania
- Curso de verão — Ano XX: Ecologia: Cuidar da vida e da integridade da criação
- Curso de verão — Ano XXI: Juventude: Caminhos para outro mundo possível
- Curso de verão — Ano XXII: Arte e Educação Popular
- Curso de verão — Ano XXIII: Política e Comunidades Humanas: por uma prática popular transformadora
- Curso de verão — Ano XXIV: A vida: desafio à Ciência, Bíblia e Bioética: do genoma humano às células-tronco
- Curso de verão — Ano XXV: Religiões construtoras de justiça e de paz
- Curso de verão — Ano XXVI: Redes Digitais: tecendo relações, construindo comunidades, exercendo cidadania
- Curso de verão — Ano XXVII: Juventudes em foco: por políticas públicas inclusivas em trabalho, educação e cultura
- Curso de verão — Ano XXVIII: Juventude e relações afetivas
- Curso de verão — Ano XXIX: Economia promotora dos direitos humanos e ambientais
- Curso de verão — Ano XXX: Educar para a paz em tempos de injustiças e violência
- Curso de verão — Ano XXXI: Ética e participação popular na política a serviço do bem comum
- Curso de verão — Ano XXXII: Por uma cidade acolhedora: somos todos migrantes

Lourdes de Fátima Paschoaletto Possani e
Cecília Bernardete Franco (orgs.)

CURSO DE VERÃO — ANO XXXII

POR UMA CIDADE ACOLHEDORA:
SOMOS TODOS MIGRANTES



CENTRO ECUMÊNICO DE SERVIÇOS À EVANGELIZAÇÃO
E EDUCAÇÃO POPULAR — CESEEP
Av. Brigadeiro Luís Antônio, 993 cjto. 205 – Bela Vista
01317-001 São Paulo – SP
Tel./Fax: (11) 3105-1680
ceseep@ceseep.org.br
www.ceseep.org.br

Direção editorial
Claudiano Avelino dos Santos

Organização
Lourdes de Fátima Paschoaletto Possani

Coordenação editorial
Cecília Bernardete Franco

Produção editorial
Agência Igreja

Ilustração e designer de capa
Fernando Marinho Fernandes da Silva

Impressão e acabamento
PAULUS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Angélica Ilacqua CRB-8/7057)

Curso de verão: ano XXXII: por uma cidade acolhedora: somos todos migrantes / Lourdes de Fátima Paschoaletto Possani e Cecília Bernardete Franco, (orgs.). – São Paulo: Paulus, 2018.s.

ISBN 978-85-349-4875-3

1. Emigração e imigração - Aspectos sociais 2. Problemas sociais - Aspectos religiosos 3. Migrantes - Condições sociais I. Possani, Lourdes Fátima Paschoaletto de. II. Franco, Cecília Bernardete.

18-2048

CDD-261.8

Índice para catálogo sistemático:
1. Teologia social : Sociologia cristã 261.8

Seja um leitor preferencial PAULUS.

Cadastre-se e receba informações sobre nossos lançamentos e nossas promoções:

paulus.com.br/cadastro

Televidas: (11) 3789-4000 / 0800 16 40 11



© PAULUS – 2018

Rua Francisco Cruz, 229 • 04117-091 – São Paulo (Brasil)

Fax (11) 5579-3627 • Tel. (11) 5087-3700

paulus.com.br • editorial@paulus.com.br

ISBN 978-85-349-4875-3

Sumário

Apresentação <i>Lourdes de Fátima Paschoaletto Possani</i>	9
---	---

SEÇÃO I – MAPEANDO A REALIDADE

1. Migrantes: feridas e cicatrizes. Panorama nacional e internacional das migrações <i>Pe. Alfredo J. Gonçalves, cs</i>	21
2. Migrantes e refugiados: acolhimento, proteção e integração na legislação brasileira <i>Rosita Milesi</i>	57
3. Por uma cidade justa, humana e popular: os desafios para a redução das desigualdades territoriais, sociais e na mobilidade urbana em São Paulo <i>Américo Sampaio</i>	80

SEÇÃO II – BÍBLICO-TEOLÓGICA

1. Migrantes em terra estrangeira: Rute, a moabita <i>Odja Barros</i>	103
2. Migrantes e refugiados: um olhar sobre as mensagens do Papa Francisco (2014-2018) <i>Wagner Lopes Sanches</i>	135

SEÇÃO III – PASTORAL

I. EXPERIÊNCIAS INSTITUCIONAIS COM MIGRANTES

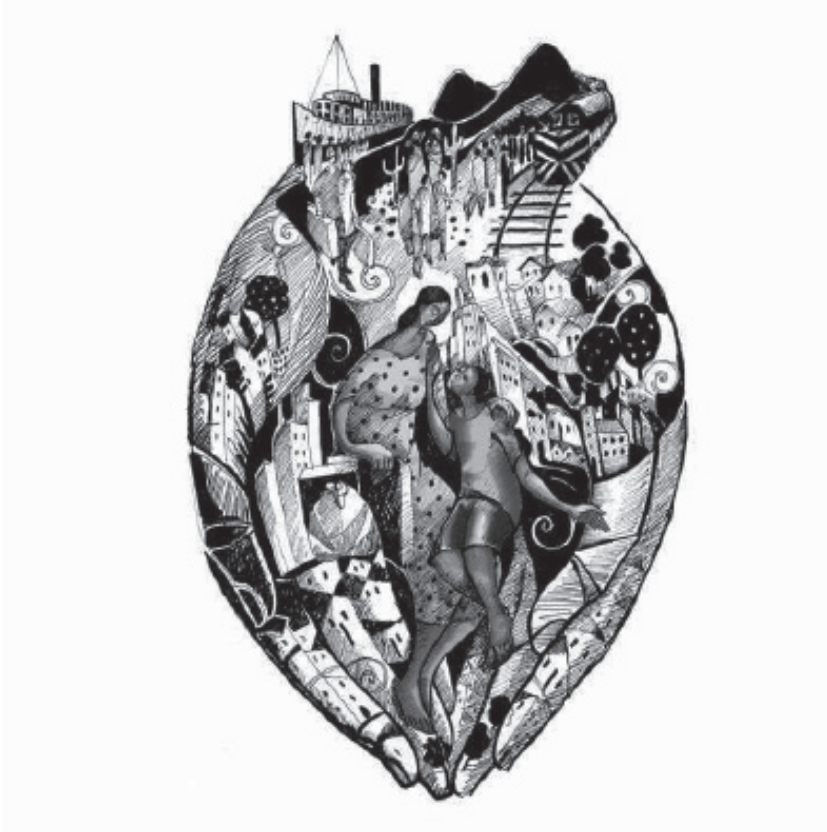
1. Acolhimento e apoio aos migrantes e refugiados Centro de Referência para Refugiados Caritas Arquidiocesana de São Paulo <i>Maria Cristina Morelli</i>	163
2. Pastoral dos migrantes: memória como resistência SPM - Serviço Pastoral dos Migrantes <i>Roberval Freire</i>	170

3. Povos indígenas: o exercício do Bem Viver Conselho Indigenista Missionário: 46 anos de compromisso <i>Adriana Ines Nones</i>	181
4. Criar coragem para caminhar CAMI – Centro de Apoio e Pastoral do Migrante <i>Carla Aparecida Silva Aguilar</i>	192
5. Pastoral Carcerária em São Paulo Ação voltada às mulheres encarceradas <i>Mariana Antonio Santos</i>	198

II. EXPERIÊNCIAS PESSOAIS DE MIGRAÇÃO

1. Libertar-se da prisão sem grades <i>Paulina (Bolívia)</i>	203
2. Refugiados africanos no Brasil e o direito à documentação <i>Ana e Maria (República Democrática do Congo), José (Angola) e João (Senegal)</i>	206
3. Sou guarani na cidade de São Paulo <i>Karai Nhe'ery</i>	218
4. Apoio solidário aos migrantes que passam pelo México <i>Lilia Godínez González</i>	221
5. Educação que acolhe <i>Jean (Haiti)</i>	223

Por uma cidade acolhedora: somos todos migrantes



Cidade que acolhe a cada migrante

Chegas de todos os lugares
Vens de outras terras, de outros mares
Em busca de pão, de vida, de dignidade

Te recebo de mãos abertas
Te amo como a um(a) filho(a)
Te acolho em meu coração.

Outubro de 2018

Arte de Anderson Augusto Pereira para o folder de divulgação do Curso de Verão 2019



Apresentação

*Sai da tua terra e vai para a terra
que te mostrarei.*
(Gn 12,1)

Chegando de todos os cantos do mundo, de diferentes continentes e nações, povoam as grandes cidades homens e mulheres, crianças, jovens e idosos em diferentes tempos, condições e expectativas.

A maioria dos imigrantes que chegaram ao Brasil no século XIX, após a abolição da escravidão, e, especialmente no início do século XX, vieram para o trabalho na lavoura. Hoje, porém, os que vêm de outros países, chegam e ficam nas grandes cidades.

No Brasil, o êxodo rural, forte nos anos 70-80, mas ainda hoje trazendo gente do interior para as capitais, inchou as cidades e é um marco do fluxo interno de pessoas no país. Convivem, nas periferias das grandes cidades imigrantes e migrantes¹, incluindo os povos indígenas².

Os fluxos migratórios continuam ocorrendo no mundo, movendo pessoas de um lado para outro em busca de um lugar seguro para viver e colocando em risco a sua integridade física, além de sua identidade, cultura e religião.

No Brasil, o destaque nos últimos anos é para a chegada de africanos de diferentes países e nações, de bolivianos e haitianos e, mais recentemente, de venezuelanos.

A história das migrações está intrinsecamente ligada à história dos pobres, que se movem por diferentes territórios em busca de

¹ A partir daqui usaremos apenas o termo migrantes, tanto para quem chega de outros países e continentes, quanto para quem se move dentro do mesmo país. Segundo o dicionário Aurélio, migrar é "mudar periodicamente, ou passar de uma região para outra ou de um país para outro".

² Para conhecer mais sobre os fluxos migratórios dos povos indígenas brasileiros, ver BEOZZO, José Oscar. *Brasil: 500 anos de migrações*. São Paulo: Paulus, 1992.

uma vida melhor. Migrar é um direito do ser humano e há casos de pessoas que migram por querer conhecer e viver em locais diferentes do seu nascimento. No entanto, a maioria dos movimentos migratórios atuais se dá por causa de guerras, perseguições religiosas e política e, nestes casos, a migração é forçada e os migrantes passam a ser vítimas da negação do direito à liberdade e de ir e vir.

Em nosso cotidiano de descendentes de imigrantes, vindos de várias partes do mundo, conhecemos, desde crianças, histórias de tempos difíceis de saída de sua terra natal e de chegada a um novo lugar, na condição de pobres fugindo das guerras ou de catástrofes ou de pessoas de outras regiões do país, fugindo da seca e da fome em seus locais de origem. Chegam em busca de emprego, de serviços públicos na área da saúde e da educação, e de proteção social.

Conhecemos também muitas histórias de acolhimento na chegada, de esperança de construção de uma nova vida, de um recomeço com casa e comida para a família, de encontros com outros povos, culturas e religiões que se misturaram e formaram o que somos hoje.

É com surpresa e indignação que hoje, não raro, vemos em nosso cotidiano social e até familiar, reações de repulsa e de intolerância aos que chegam de outros lugares, como se estes fossem intrusos querendo tomar o seu emprego, usurpar o seu lugar e tumultuar a “paz” em que vivem.

São reações que não combinam com o discurso de povo acolhedor que somos (ou dizemos que somos) e nem com os princípios das diversas religiões e crenças que temos e conhecemos. Ouve-se muito dizer que os migrantes “roubam nosso emprego”, quando o desemprego já existe e cresce a cada dia por questões políticas e econômicas, independentemente de sua chegada aqui. Coloca-se a culpa na vítima para perpetuar a sua dependência e o seu silêncio diante das injustiças e a grande mídia muito contribui para disseminar o discurso de ódio e da xenofobia, criando a aversão àquele que vem de outro lugar.

Com este e tantos outros desafios presentes no espaço urbano, as/os voluntárias/os do Curso de Verão elegeram a CIDA-

DE como tema geral para os próximos três anos (2019-2021). Em 2019 as migrações estarão no centro do debate; em 2020, estudaremos o tema da diversidade religiosa na cidade e; em 2021, a sustentabilidade na cidade.

É na cidade onde se concentra, num mesmo espaço, uma grande quantidade de pessoas. É na cidade para onde se dirigem os migrantes e é esta mesma cidade que torna visível as desigualdades de condições de vida entre as classes sociais, deliberadamente marcadas pela delimitação dos espaços onde vivem.

As grandes cidades abrigam várias “cidades” diferentes. De um lado, há toda a exuberância, com seus edifícios grandiosos, infraestrutura abundante e acesso à cultura e educação de qualidade para uma minoria. De outro lado, nas periferias, vive a maioria da população urbana, com poucas condições de ter uma vida digna, num lugar onde falta a infraestrutura necessária para viver bem.

Embora em menor escala, as pequenas cidades também são afetadas pelos problemas apresentados nas grandes cidades. Com questões sociais gritantes como o desemprego, a drogadição e a violência, bem como com a influência da globalização em relação aos modos de vida e das relações entre pessoas, temos aí também um cenário de instabilidade e de insegurança.

A escolha do tema do Curso de Verão 2019 nos convida a refletir sobre o nosso papel social e a nossa ação profética diante do sofrimento de grupos humanos que buscam apenas um lugar para viver bem, um lugar para compartilhar suas vidas, cultura, religiões e sonhos.

Em cada texto deste livro passa um fio condutor que une a todos eles: a urgência de conhecer a realidade das migrações, com suas causas e conseqüências, para a tomada de decisão quanto às ações urgentes e necessárias a serem realizadas em prol do acolhimento das pessoas, pois na perspectiva histórica da mobilidade humana, somos todos migrantes!

Na SEÇÃO I - MAPEANDO A REALIDADE - apresentamos um panorama das migrações no mundo e os desafios da mobilidade urbana numa megalópole como São Paulo (SP).

No primeiro texto *Migrantes: feridas e cicatrizes. Panorama nacional e internacional das migrações*, Pe. Alfredo Gonçalves, além de aprofundar os conceitos de fronteiras e suas implicações, traz a reflexão sobre o panorama da globalização e migrações, sobre a estreita relação entre migrações e o universo urbano. Apresenta também algumas pistas para uma ação sociopastoral e política.

O segundo texto, de Rosita Milesi, *Migrantes e refugiados: acolhimento, proteção e integração na legislação brasileira*, apresenta os aspectos legais sobre o tema das/os migrantes e refugiadas/os, em sua propositura e negação ao longo do tempo. A autora explicita a necessidade de acompanhamento e revisão da legislação brasileira que regula e orienta o tratamento aos migrantes, aos refugiados e demais condições de pessoas em mobilidade internacional.

No terceiro texto, *Por uma cidade justa, humana e popular: os desafios para a redução das desigualdades territoriais, sociais e na mobilidade urbana em São Paulo*, Américo Sampaio apresenta-nos as contradições das grandes cidades, especialmente as provocadas pela desigualdade social. O texto traz dados alarmantes sobre as diferenças existentes entre as regiões da cidade, desde a expectativa de vida, passando pelos índices de violência e chegando até a questão da mobilidade das pessoas dentro dos espaços urbanos.

Na SEÇÃO II – BÍBLICO-TEOLÓGICA – trazemos a reflexão bíblica acerca do tema migrações, com destaque para a presença da mulher na história, na perspectiva de forjar mudanças nas condições de vida do povo migrante.

O primeiro texto, *Migrantes em terra estrangeira: Rute, a moabita*, Odja Barros traz uma importante reflexão sobre as migrações, a partir da chave bíblica do livro de Rute, entrelaçando a trajetória de vida e de luta de Rute e Noemi com a de mulheres do nosso tempo, pobres e exploradas, como as venezuelanas Cora, Carmen e Elia, fugindo de seu país de origem em busca de uma vida melhor.

No segundo texto, *Migrantes e refugiados: um olhar sobre as mensagens do Papa Francisco (2014-2018)*, Wagner Lopes Sanchez traz a análise das mensagens do Papa Francisco sobre o

Dia Mundial do Migrante e do Refugiado, de 2014 a 2018. Essas mensagens têm impactado de forma positiva pessoas de diversas igrejas, crenças e religiões, e também pessoas sem religião que acreditam nas ideias ali apresentadas.

Na SEÇÃO III - PASTORAL - trazemos a experiência de instituições sobre o trabalho que realizam em favor de pessoas migrantes que necessitam de ajuda para (re)começar a vida no Brasil, lugar de sua chegada neste tempo de mobilidade humana forçada entre países e continentes.

A primeira experiência apresentada é a do Centro de Referência para Refugiados - Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, com o texto *Acolhimento e apoio aos migrantes e refugiados*, por Maria Cristina Morelli. Para a Caritas, a acolhida é a palavra motivadora para todos os seus serviços e a hospitalidade é fundamental e necessária para a situação de pessoas refugiadas no Brasil.

Roberval Freire, com o texto *Pastoral dos migrantes: memória como resistência*, traz a proposta de trabalho do Serviço Pastoral dos Migrantes - SPM e sua participação na instituição, em sua essência, motivada pela própria experiência de migrante e de seu propósito de acolhimento e de ajuda a esta população em busca de dias melhores.

O texto *Povos indígenas: o exercício do Bem Viver. Conselho Indigenista Missionário: 46 anos de compromisso*, de Adriana Ines Nones, traz a experiência de migração dos povos indígenas para as cidades e os desafios em relação à sua identidade e pertencimento ao território de chegada.

O texto *Criar coragem para caminhar. CAMI - Centro de Apoio e Pastoral do Migrante*, sistematizado por Carla Aparecida Silva Aguilar, apresenta o trabalho da instituição que atua diretamente na promoção dos direitos humanos fundamentais dos migrantes, na sua inserção social e na prevenção ao trabalho escravo, prevenção ao tráfico de pessoas, visando uma inclusão política, social, cultural, religiosa e econômica dos migrantes.

Mariana Antônio Santos, com o texto *Pastoral Carcerária em São Paulo*, traz a experiência de ação pastoral com encarcerados, cujo maior grupo é formado por mulheres imigrantes.

Esta seção traz também ricos e fortes depoimentos de migrantes sobre sua trajetória de vida, com destaque para a chegada num lugar novo, seja em relação à sua documentação, ao trabalho, à educação, à cultura ou a outros aspectos da vida cotidiana em São Paulo, Brasil. Estes relatos podem nos ajudar a compreender que os fluxos migratórios entre países é uma realidade e esta não pode ser ignorada pelas igrejas, religiões e movimentos sociais.

O primeiro, *Libertar-se da prisão sem grades*, traz a experiência de uma mulher boliviana, que viveu, aqui no Brasil, a experiência de trabalho escravo em seu formato moderno de exploração. O relato foi feito durante o Curso Latino Americano de Formação Pastoral do CESEEP, em setembro de 2018.

Um conjunto de quatro depoimentos, *Refugiados africanos no Brasil e o direito à documentação*, relata a condição de refugiados africanos e suas dificuldades em conseguir a documentação necessária para sua estadia e/ou permanência no Brasil. Revela outras tantas dificuldades que encontram na cidade em sua condição de refugiados negros.

O terceiro, *Sou guarani na cidade de São Paulo*, traz o percurso de um índio que sai de seu território e cultura para um lugar onde é tratado com desconfiança, onde se sente estrangeiro e estranhado, mas não perde a esperança de encontrar e viver na *Terra sem males*.

Um dos depoimentos aqui apresentados, *Apoio solidário aos migrantes que passam pelo México*, foi colhido na cidade de Guadalajara - México, durante o 1º Encontro Continental de Pastoral Urbana e traz a experiência de uma mulher mexicana migrante nos EUA que, ao voltar ao seu país de origem, dedica-se a ajudar outras pessoas que passam pela mesma situação.

O último depoimento *Educação que acolhe* traz a experiência positiva de uma pessoa vinda do Haiti, que mora em São Paulo e foi acolhida num Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos - CIEJA, em Perus, São Paulo.

Em 2019, o tema da Campanha da Fraternidade será *Fraternidade e políticas públicas* e seu texto será objeto de estudo e reflexão por todos os participantes durante um dia do curso. O tex-

to-base da CF 2019, neste momento em fase de elaboração, estará disponível no site do CESEEP (www.ceseep.org.br).

Expressamos aqui nossa imensa gratidão às pessoas, famílias, comunidades e instituições parceiras deste projeto de formação, sem os quais este curso não lograria êxito.

Destacamos aqui o nosso agradecimento àquelas/es que fazem o curso acontecer, desde a sua preparação, passando pela sua execução até a avaliação que aponta rumos para o curso seguinte. São pessoas voluntárias que se dedicam ao curso em diferentes serviços: *Equipe de monitoria*: com acompanhamento de grupos nas Tendias, onde acontecem as reflexões e estudos sobre os conteúdos, a troca de experiências e de saberes, a mística ecumênica e a experiência de uma linguagem artística, como parte da metodologia da Educação Popular; *Equipe de coordenação*: formada por pessoas do CESEEP e por monitores, eleitos entre seus pares, durante os encontros de formação; *Equipe de liturgia*: pessoas que se preparam antes e durante o curso para a vivência das místicas e das celebrações nos encontros de formação e no TUCA; *Equipe de animação/música*: oferecem música e animação nos momentos vividos no TUCA: acolhida, durante as palestras e nas celebrações. Preparam e atualizam o cancionário a cada ano com músicas, cujas letras refletem o espírito do curso; *Equipe de comunicação*: equipe nova nesta função no curso. Preparam entrevistas e notícias para divulgação do curso via web, tanto dos conteúdos quanto das atividades das Tendias e manifestações dos participantes. Esta equipe atua junto à Rede Rua de Comunicação, que prepara o DVD com os conteúdos apresentados pela assessoria, e à Rádio Cantareira, que cuida da transmissão *on-line* das palestras que ocorrem no TUCA; *Equipe de hospedagem*: cuida antes e durante o curso da relação com as famílias e comunidades que hospedam os participantes e oferecem café da manhã e jantar a eles.

Equipes de infraestrutura: *secretaria* - cuida parte administrativa e financeira, das inscrições e da acolhida dos participantes; *alimentação* - cuida da preparação e distribuição dos lanches e frutas para participantes e voluntários; *cuidado* - com procedi-

mentos naturais, cuida da saúde e do bem-estar dos voluntários; *chá e afeto* – cuida da saúde com diversos chás e muita alegria.

Equipe tão importante quanto as acima citadas e a qual agradecemos, é a de *Assessoria*, composta por pessoas especialistas em cada tema do curso e que se colocam, gratuitamente, a serviço do mutirão com aportes teóricos, mas também com a partilha de sua vivência social e/ou pastoral em relação ao tema trabalhado.

Desde o primeiro Curso de Verão contamos com a participação das/os Artistas da caminhada - pessoas sensíveis, envolvidas nos movimentos sociais e eclesiais de base, que se expressam nas diferentes linguagens artísticas. Dentre elas/es, destacamos a arte para o curso 2019: o autor do painel, Guto Godoy, o autor da arte da capa do livro, Fernando Marinho e o da arte do folder de divulgação, Anderson Augusto Pereira. A eles, nossa eterna gratidão, estendida a todas/os as/os que, de alguma forma, colocam a arte a serviço do mutirão.

Agradecemos às famílias e comunidades que, generosamente, hospedam os participantes e lhes oferecem café da manhã e jantar, além da acolhida carinhosa e da partilha de experiências com aquelas/es que recebem em suas casas e comunidades.

Nosso agradecimento especial à Arquidiocese de São Paulo, na pessoa do seu cardeal, Dom Odilo Pedro Scherer, às congregações religiosas, às pastoras, pastores e bispos das Igrejas e comunidades evangélicas e ao CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil), que apoiam o Curso de Verão.

Em tempos de discriminação e de violência, agradecemos o apoio e participação, no curso, de pessoas de religiões de matrizes africana e indígena, as quais, em muito, enriquecem a nossa experiência ecumênica e inter-religiosa.

Estendemos nossa gratidão às entidades parceiras do CESEEP que contribuem, cada uma a seu modo, para que este curso ocorra em espaços favoráveis e propícios à formação oferecida pelo curso. Em primeiro lugar, à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, na pessoa de sua reitora, a Profa. Dra. Maria Amália Pie Abib Andery e à Fundação São Paulo, na pessoa do Pe. José Rodolfo Perazzolo, pelo apoio constante a esta parceria entre

a PUC e o CESEEP; ao Prof. Me. Antonio Carlos Malheiros, Pró-Reitor de Cultura e Relações Comunitárias, e à sua equipe, pela presteza em atender o CESEEP nos diversos encaminhamentos para a viabilização do curso; ao Prof. Dr. Wagner Lopes Sanchez, docente no departamento de Ciências da Religião, pela articulação entre CESEEP e PUC e ao Sr. Sergio Rezende, responsável pelo TUCA, que tem sempre atendido, de forma solícita e cordial, às necessidades do Curso de Verão.

Um agradecimento especial à Paulus Editora, na pessoa do Pe. Claudiano Avelino dos Santos, Diretor Editorial, pela parceria na publicação de mais uma edição do livro Curso de Verão, e à sua equipe, na pessoa da Sra. Cristiane Cardoso, pelo pronto atendimento durante o período de preparação de sua publicação.

Nosso agradecimento ultrapassa fronteiras e vai até as instituições e pessoas de outros países que nos apoiam, em especial à *Missionszentrale der Franziskaner - MZF*, da Alemanha, que contribui com recursos para a realização dos encontros de formação de voluntárias/os do curso. Além disso, recebemos e agradecemos a contribuição do *Fundo Nacional de Solidariedade* da CNBB que, uma vez mais, colaborou com bolsas de estudo para jovens com dificuldade de cobrir os custos de inscrição do curso. Agradecimento este, estendido a outras pessoas que também contribuem para o Fundo de Bolsas do CESEEP, o que permite atender a tantas/os outras/os participantes.

De todos os agradecimentos, o mais profundo é dedicado ao Pe. José Oscar Beozzo, Coordenador Geral do CESEEP, sonhador de um projeto de formação que fosse massivo e, ao mesmo tempo, que propiciasse aos participantes momentos de reflexão e estudos em pequenos grupos. O curso sonhado deveria chegar, prioritariamente, a pessoas leigas e jovens.

Compartilhando o sonho, conseguiu parceria junto a bispos, sociólogas/os, teólogas/os e biblistas católicas/os e evangélicas/os e a outras pessoas que acreditavam na necessidade de oferta de formação ecumênica com capacidade de alcançar o Brasil todo, para fazer acontecer, com início em 1988, a primeira edição do Curso de Verão.

Sua capacidade de análise da realidade, sua visão de futuro, sua garra e persistência na luta, sua fé em Deus, sua abertura ao diálogo e convivência fraterna com as diferentes igrejas e religiões e a crença na possibilidade de construção de um mundo mais justo e solidário, fizeram do Curso de Verão o que é hoje: um mutirão de formação ecumênica e popular.

Apesar de todas as dificuldades pelas quais está passando, com o tratamento de câncer agressivo pelo qual foi acometido, segue firme na fé, sereno na dor e confiante na cura.

Aguardamos a sua volta ao trabalho no CESEEP e ao curso, com saúde e muita disposição e energia para continuar a caminhada em favor da construção de um mundo melhor e sustentável para todas as pessoas.

Neste espírito de acolhimento, em especial às e aos migrantes, recebemos a todas e todos com um abraço afetuoso de boas-vindas ao XXXII Curso de Verão.

Somos
saintes e chegantes
migrantes, caminhantes.

Queremos
um mundo sem fronteiras
que acolha indistintamente
e a qualquer instante.

Somos
todos e todas
MIGRANTES!

Lurdinha
LOURDES DE FÁTIMA PASCHOALETTO POSSANI
Coordenadora Geral do CESEEP
(em exercício)

São Paulo, outubro de 2018



SEÇÃO I

MAPEANDO A REALIDADE



1. Migrantes: feridas e cicatrizes. Panorama nacional e internacional das migrações

Pe. Alfredo J. Gonçalves, CS¹

O debate sobre *migrações e migrantes* ocupa atualmente amplo espaço na mídia, na opinião pública, nas decisões políticas, nas Igrejas e nas redes sociais. Aqui, mais do que um estudo propriamente dito sobre a mobilidade humana em geral, pretendo desenvolver alguns elementos para o tema que me foi proposto para este Curso de Verão de 2019. *Migrantes: feridas e cicatrizes. Panorama nacional e internacional das migrações*. Dividi o texto em três partes: a primeira e mais longa traça, em breves observações, o panorama da globalização e migrações; a segunda leva em conta a estreita relação entre migrações e universo urbano, uma vez que o tema geral que nos reúne aqui é “*Por uma cidade acolhedora: somos todos migrantes*”; a terceira tece alguns comentários a respeito do conceito de fronteira e suas implicações. Ao final, sugiro algumas pistas para uma ação sociopastoral e política.

¹ Alfredo J. Gonçalves é sacerdote religioso da Congregação dos Missionários de São Carlos (Scalabrinianos). Filósofo e teólogo, fez pastoral nas favelas, periferias e cortiços de São Paulo. Trabalhou com os cortadores de cana, trabalhadores migrantes sazonais, no interior de São Paulo e na Paraíba. Pároco, por 3 anos, da Paróquia Pessoal dos Migrantes em Ciudad del Este, Paraguai (fronteira dos três países: Brasil, Argentina e Paraguai). Durante 8 anos, exerceu o cargo de diretor do CEM-Centro de Estudos Migratórios em São Paulo e é co-fundador da revista *Travessia*. Por 5 anos, foi assessor da CNBB, no Setor das Pastorais Sociais. Também por 5 anos, foi Superior Provincial da Província São Paulo (São Paulo-SP) e, depois deste período, foi eleito para a função de vigário geral da Congregação, em Roma, mandato que se encerra em outubro de 2018.

Evidentemente, o título esconde pretensões que escapam à minha capacidade. Daí o uso de textos já utilizados e outros já publicados, por uma parte, e, por outra, a opção por uma leitura a retalhos dos deslocamentos de massa nos tempos atuais. Os elementos terão um caráter provisório e fragmentário, o que, por isso mesmo, num segundo momento, podem e devem ser complementados pelas experiências concretas de quem trabalha mais de perto nessa realidade.

I Parte: Números, rostos e raízes da migração²

Será preciso relembrar que os números, estatísticas, tabelas, porcentagens da migração representam rostos, nomes e histórias pessoais e/ou familiares? Milhões de pés cansados e abatidos que sustentam sonhos e esperanças, que caminham com os olhos fixos no horizonte, no combate por um futuro que o solo pátrio nega a seus cidadãos. Permitam-me começar com dois rápidos passos atrás, para, em seguida, entender o fenômeno das migrações nos dias de hoje.

1. Duas irmãs gêmeas: pastoral social e pastoral das migrações

O primeiro passo atrás nos leva ao século XIX e início do século XX, contexto da Revolução Industrial, com suas causas, efeitos e implicações. Em termos de mobilidade humana, alguns números ilustram esse momento de “mudanças rápidas e profundas”, para usar uma expressão extraída da Constituição Pastoral do Concílio Vaticano II *Gaudium et Spes* (GS, 1965, n. 4). Segundo os principais historiadores da época, entre 1820 e 1920, cerca de 65 a 70 milhões de pessoas deixam o velho continente europeu, com destino às terras novas das

² O texto desta 1ª parte, com outro título, foi utilizado num debate em “Diálogos do CEM-Centro de Estudos Migratórios”, realizado no dia 18 de maio de 2018, em São Paulo-SP. Depois, no Encontro da rede scalabriniana de casas e centros para os migrantes, realizado também em São Paulo-SP, de 21 a 24 de maio de 2018.

Américas, Austrália e Nova Zelândia. Limitando-nos à Península Italiana, entre 1815 e 1915, nada menos do que 25 milhões emigraram de seu território. Na década de 1901 a 1910, a média anual de emigrados é de 600 mil. O ano de 1913, por sua vez, representa o recorde de saídas: mais de 850 mil pessoas³. Em menor ou maior grau, vários países sofreram a mesma hemorragia: Irlanda, Inglaterra, Alemanha, Espanha e Portugal, entre outros.

O século XIX foi batizado como “século do movimento”⁴. Movimento entendido em duplo aspecto: de pessoas, seja do campo para a cidade ou em direção de outros continentes; e de máquinas, como o trem, os carros, os navios e, mais tarde, o avião. No que diz respeito às consequências sociais da Revolução Industrial, por um lado, e aos deslocamentos humanos de massa, por outro, dois personagens se cruzam e se entrelaçam na passagem do século XIX para o século XX: o então Papa Leão XIII e o bispo de Piacenza, norte da Itália, João Batista Scalabrini⁵. Enquanto o primeiro preocupava-se com a exploração exacerbada dos operários, nas fábricas que se erguiam por toda parte, o segundo tinha os olhos voltados para os que sequer conseguiam emprego no velho continente, vendo-se obrigados a atravessar o oceano Atlântico em busca de melhor futuro.

Em 1887, Scalabrini funda a Congregação dos Missionários de São Carlos, com o fim de acompanhar os emigrados italianos por todo o mundo. Em 1895, juntamente com Madre Assunta e Pe. Marchetti, funda a Congregação das Irmãs de São Carlos, com a mesma finalidade. No decorrer dos tempos,

³ BRUDEL, Fernand. *Il Mediterraneo - lo spazio, la storia, gli uomini, le tradizioni*. Bompiani, Milano, 2017.

⁴ GAY, Peter. *A experiência burguesa: da Rainha Vitória a Freud* (em 5 volumes), Companhia das Letras, São Paulo-SP, 1988-2001.

⁵ O Bem-aventurado Giovanni Batista Scalabrini (1839-1905), foi bispo de Piacenza, Itália. Hoje é conhecido como “o pai dos migrantes”.

ambas as Congregações iriam ampliar seu campo de ação, no sentido de atender a todos os migrantes, prófugos, refugiados, expatriados, marinheiros, itinerantes, enfim, todo o mundo da mobilidade humana. Convém não esquecer que já antes disso, havia fundado um Instituto de Leigos em favor dos direitos dos emigrantes.

Em maio de 1891, exatamente a meio caminho entre a fundação de uma e outra dessas Congregações, o Papa Leão XIII publica a Carta Encíclica *Rerum Novarum*⁶ (Sede de Coisas Novas), sobre a *condição dos operários*, mesmo tema do estudo de F. Engels, em 1844, também ele a respeito da *condição da classe trabalhadora* na Inglaterra. Voltando à *Rerum Novarum*, a carta passará para a história como o documento inaugural da chamada Doutrina Social da Igreja. Enquanto a Igreja, na pessoa do Papa, se sensibiliza com as situações dos trabalhadores e trabalhadoras no velho continente, Scalabrini se vê interpelado por aqueles que, impossibilitados de encontrar trabalho na Europa, cruzam os mares em direção às novas terras. Resulta que a sensibilidade e solícitude pastoral da Igreja para com os operários nasce contemporaneamente à sensibilidade e solícitude pastoral de Scalabrini para com os emigrantes. O que mais tarde viria a se transformar a *Pastoral Social* é irmã gêmea do que, também mais tarde, viria a se transformar a *Pastoral dos Migrantes*⁷.

Um retorno a essa dupla origem representa uma luz para ler e entender os desafios do mundo de hoje. Desafios de ordem sociopolítica e desafios relacionados ao universo dos cenários e narrativas da migração. O estudo da história é o melhor antídoto contra o que o Papa Francisco chama de “cultura

⁶ *Rerum Novarum*. Documento Inaugural da Doutrina Social da Igreja (DSI), publicado em maio de 1891.

⁷ GONÇALVES, Alfredo J. *Mobilidade humana na Doutrina Social da Igreja*. Loyola, São Paulo, 2000 & Temas da Doutrina Social da Igreja, caderno 1, Coleção *Queremos ver Jesus*, Paulinas e Paulus, São Paulo, 2004.

da indiferença” em relação às problemáticas do presente e em relação à responsabilidade quanto ao futuro. Ainda nas palavras do Pontífice, trata-se de passar da “globalização do individualismo à cultura da acolhida, da inserção da integração e da solidariedade”⁸.

2. Crise prolongada da economia

O segundo passo atrás nos faz retroceder aos anos de 1970. Se é verdade que o período que vai do imediato pós-guerra até o início da década de 70 costuma ser considerado como os “anos de ouro” da economia capitalista, as coisas mudam a partir daí. Tais “anos de ouro” combinam euforia econômica, por uma parte, com os fantasmas da guerra-fria, da ameaça nuclear e da desigualdade socioeconômica, por outra. Do ponto de vista eclesial, são publicadas as Cartas Encíclicas *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963), ambas pelo então Papa João XXIII. Depois, vem à luz a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* do Concílio Vaticano II (1965), e em seguida a Carta Encíclica *Populorum Progressio* (1967), escrita pelo Papa Paulo VI. Logo, porém, os chamados “milagres econômicos” e, em alguns casos, o pleno emprego, conhecem seu término. Começam as décadas da crise que se arrasta até o presente. O aumento dos preços do petróleo, por uma parte, e a desvinculação da emissão de dólares quanto às receitas em ouro nos Estados Unidos, por outra, no início dos anos 70, serão dois fatores que, junto a diversas circunstâncias de ordem política, haverão de desencadear uma prolongada instabilidade econômica. Instabilidade que, dependendo da conjuntura de cada país, persiste até os dias de hoje. Três foram as consequências imediatas dessa crise: o aumento dos custos de produção, movida prevalentemente com a fonte energética

⁸ Papa Francisco, por ocasião da audiência aos participantes do VI Fórum Internacional sobre Migração e Paz, Roma, fevereiro de 2017.

do petróleo, a corrida desenfreada à especulação no capital financeiro em nível internacional e o aumento do desemprego, subemprego e migração.

Desse contexto decorre a emergência do termo *globalização*. No xadrez da economia mundial, a globalização é entendida com a extensão e o aprofundamento do modo de produção capitalista, no sentido de diminuir as despesas e aumentar os ganhos, compensando assim as perdas. Na verdade, uma globalização de duplo aspecto: *extensiva*, no sentido de incorporar novos territórios, novas regiões, novos países e novos povos ao sistema de produção-comercialização-consumo capitalista (Rússia, China, Tigres Asiáticos, entre outras nações asiáticas e africanas); e *intensiva*, no sentido de ampliar o consumo daqueles que já fazem parte desse universo. Entra em cena o poder do marketing, da propaganda e da publicidade, com apelos cada vez mais intensos, frequentes e estridentes, convidando ao esquema compulsivo do produtivismo-consumismo. De outro lado, sempre na perspectiva de compensar as perdas e aumentar os lucros, termos como flexibilização das leis trabalhistas, terceirização e reformas trabalhista ou da previdência social, em geral, entram a fazer parte do processo de globalização, no sentido de retirar dos trabalhadores uma série de “direitos adquiridos” pela luta sindical. Semelhantes direitos se reconvertem em “mercadorias” a serem compradas, o que passa a pesar sobre os ombros da classe trabalhadora.

Ainda no que diz respeito ao conceito de globalização, vale tomar emprestadas algumas observações do sociólogo espanhol Manuel Castells⁹ e do filósofo italiano Antonio Negri¹⁰. Segundo eles, a rede mundial da Internet, leva a uma economia globalizada com um movimento duplo e aparentemente

⁹ CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. In: *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. Vol. 1, Editora Paz e Terra, São Paulo, 1999.

¹⁰ NEGRI, Antônio e HEARDT, Michael. *Império*. Editora Record, Rio de Janeiro e São Paulo, 2001.

contraditório, ou seja, ela se torna ao mesmo tempo mais centrífuga e mais centrípeta. Mais *centrífuga* - ou mais descentralizada - no campo da produção. Em lugar de gigantescos parques industriais onde se fabrica o produto integral, multiplicam-se pequenas e médias unidades de produção de peças autônomas. Estas facilitam não apenas a locomoção no território e entre os vários países, mas também a diversificação produtiva. Posteriormente, com a revolução das comunicações e dos transportes, reúnem-se as várias peças. Daí o nome de “montadoras” a determinados parques de produção. Tais unidades, por outro lado, são mais ágeis e passíveis de deslocamento, de acordo com a necessidade de mão de obra barata ou de novas fontes de matéria prima e de energia.

A economia globalizada, entretanto, é também mais *centrípeta* - ou centralizada. Também aqui, devido às transformações na área da informática, é possível uma maior concentração no campo das decisões. Uma central de computadores interligados, localizada em qualquer lugar do planeta, pode controlar a produção, a comercialização e o consumo, permitindo a tomada de decisões em tempo real. Isso explica as compras e vendas, fusões e megafusões das empresas, a incorporação de umas pelas outras, os grandes conglomerados internacionais, de modo especial no capital financeiro. Concentram o poder de decisão para poupar gastos com pessoal altamente qualificado e com duplicação de infraestrutura. Numa palavra, a economia global tende a expandir-se quanto à produção e, simultaneamente, a concentrar-se quanto à direção do poder. Consta-se, então, que o contraste é apenas aparente. Na verdade, os movimentos contrários se complementam.

3. Economia globalizada e migrações hoje

Tanto nos “anos de ouro” do capital (1945-70) quanto na crise que lhes dá lugar no início dos anos 70, os migrantes

correm atrás das oportunidades de trabalho. Não será exagero parafrasear Scalabrini: se as sementes e as aves voam nas asas do vento, os trabalhadores voam nas asas do capital. Para onde estes migram, se concentram e se acumulam, multiplicam-se igualmente as possibilidades de um melhor futuro. Daí o grande fluxo de migrações do hemisfério sul para o hemisfério norte, ou melhor, dos países periféricos e subdesenvolvidos para os países centrais e desenvolvidos. Milhões e milhões de trabalhadores dos países pobres da Ásia, da África e da América Latina e Caribe, com ou sem suas famílias, buscam os Estados Unidos e Canadá, a Europa, o Japão e Austrália. Juntamente com esse fluxo sul-norte, porém, verificam-se outras tendências também expressivas em números, tais como o deslocamento sul-sul ou leste-oeste, este último sobretudo a partir da desintegração da União Soviética.

Atualmente, porém, mobilidade humana ganha proporções cada vez mais planetárias. Os números retratados pelos mais recentes relatórios da ONU confirmam o crescimento significativo dos deslocamentos humanos de massa. Os migrantes internacionais alcançam a marca de 244 milhões em 2015, um aumento de 41% em relação a 2000. Os dados foram publicados na terça-feira, dia 12 de junho de 2018, pelo relatório do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU (DESA). Desnecessário acrescentar que dezenas de milhões são refugiados e que, entre estes últimos, a grande maioria reside nos países limítrofes do qual se viram obrigados a escapar, como é o caso da etnia Rohingya em fuga de Myanmar para o vizinho Bangladesh¹¹.

De outro lado, “uma pessoa em cada três segundos transforma-se em um refugiado, tempo menor que o necessário para ler esta frase”. A afirmação é da Agência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), que alerta para o crescimento

¹¹ Cf. Site da ONU, 12/06/2018.

dos casos de conflitos, violência e perseguição. Ainda de acordo com a ONU, o número de desenraizados de forma violenta, incluindo os “desplazados” por guerrilhas internas, atinge o recorde de 65,6 milhões em 2016, segundo relatório *Tendências Globais*, divulgado na segunda-feira, dia 19 de junho de 2018. A crise humanitária é a mais grave desde a fundação da ONU, em 1945¹².

O deslocamento humano de massa torna-se um fenômeno sempre mais numeroso, mais complexo e mais diversificado. Novas nações, novos povos, novos grupos e novas culturas passam a fazer parte do xadrez mundial das migrações. A “aldeia global” converte-se em uma realidade. No cotidiano ou através dos meios de comunicação, praticamente todos os dias nos defrontamos com os “mil rostos do outro”. Difícil encontrar um país que não esteja envolvido nesse vaivém globalizado, seja como lugar de origem, de trânsito ou de destino – quando não as três coisas ao mesmo o tempo.

À medida que a crise econômica persiste e/ou se agrava, no entanto, os países centrais começam a restringir a entrada de estrangeiros. Elaboram-se leis de imigração cada vez mais rígidas e seletivas, com o objetivo de peneirar os trabalhadores qualificados e descartar os demais. A migração legal, regular, com os documentos em dia torna-se cada vez mais difícil, praticamente um privilégio de poucos. Para os que fogem literalmente da pobreza, da violência e da guerra, não passa de um sonho que, em grande parte dos casos, acaba convertendo-se em pesadelo.

Prova disso é que, atualmente, os deslocamentos humanos sul-sul superam em números os deslocamentos sul-norte. Crescem, por exemplo, os movimentos de país para país no interior da África, no interior da América Latina e Caribe e no interior da Ásia. Trata-se de uma migração intra-regional

¹² Cf. *Jornal Correio Braziliense*, 19/06/2018, Brasília-DF.

ou intracontinental que, embora não anule as tentativas de cruzar os oceanos e alcançar os demais continentes, encontra mais dificuldades. Isto para não falar das migrações no interior de cada país, das migrações temporárias ou do esvaziamento rural seguido da urbanização. Cresce, também, a presença de mulheres e menores não acompanhados, sujeitos de modo particular do tráfico internacional de pessoas humanas para fins de exploração sexual e trabalhista. Evidente que a rigidez da Lei e o fechamento da fronteira acaba incrementando o crime organizado em nível mundial. A vulnerabilidade e precariedade levam ao recrutamento.

E cresce, ainda, o número do que hoje poderíamos chamar de migrantes, prófugos ou refugiados “climáticos”. Fogem de desastres, calamidades ou catástrofes desencadeadas pelas mudanças cada vez mais acentuadas do clima. “De modo global, os organismos internacionais estão de acordo em assinalar três novas características das migrações em escala planetária: feminização dos fluxos migratórios, que representa, segundo a ONU, 51%; desenvolvimento da imigração infantil e, muito mais preocupante em termos de direitos humanos, imigrantes provenientes da deterioração climática, os quais, já majoritários no mundo, continuarão crescendo”¹³.

Outro fator que tende a dificultar o livre direito de ir e vir em direção às nações centrais é o avanço dos governos de direita em vários países que, de um ponto de vista histórico, se mantinham mais ou menos abertos. Nas eleições mais recentes dos Estados Unidos, Áustria, Alemanha, Polônia, Inglaterra, França e Itália – constata-se o avanço de partidos e políticos anti-imigração. Aliás, no processo eleitoral desses países, o fenômeno da mobilidade humana figurou como ponto obrigatório dos debates, quase sempre como o próprio fiel da ba-

¹³ NAIR, Sami. Internet, <http://ewn.co.za/2018/06/22/refugees-now-make-up-1-of-the-world-s-population>.

lança. Isso fez com que os deslocamentos humanos de massa fossem amplamente politizados.

O mais grave é que a politização das migrações significa, em grande parte dos casos, a criminalização dos migrantes, especialmente após os atentados de 11 de setembro em New York. O caso mais emblemático foi a eleição de Donald Trump à Casa Branca, nos USA. Com isso, ressurgem com força as políticas de deportação dos imigrantes irregulares e de restrição à entrada de novos imigrantes. Mas ressurgem igualmente os movimentos neofascistas e neonazistas, bem como suas atitudes de aberta discriminação, hostilidade e xenofobia.

4. União Europeia pelo rechaço aos imigrantes

“União Europeia: União dos egoístas”. Este é o título de capa de uma revista italiana¹⁴. Refere-se às conclusões do Conselho da Europa, reunido nos dias 28 e 29 de junho passado, tendo como tema central o que os governos insistem em chamar de “crise migratória”. O subtítulo, por sua vez, pergunta sobre “o compromisso de Bruxelas?”. E responde: resultado “de fachada: sobram as divisões e o drama dos migrantes”.

Depois, no desenvolvimento da matéria lê-se que aquele encontro “será recordado provavelmente como o ponto mais baixo da história da União Europeia”. E prossegue: “A partir de agora, a UE poderia tornar-se União dos egoístas”. Exatamente no dia de mais uma tragédia no mar (29 de junho), com mais de cem vítimas, das quais muitas crianças, a Europa se rompe, fecha suas fronteiras marítimas, coloca sobre as organizações não governamentais (ONGs) de socorro o estigma de ‘favorecer os traficantes de homens’ e seguramente assinala um passo atrás na gestão e na integração dos migrantes.

¹⁴ Revista *Famiglia Cristiana*, julho de 2018, publicada pelas Edições San Paolo, Roma, Itália, pp. 22-25.

No palco cheio de microfones e câmaras, profusamente iluminado pelos holofotes, estavam em cena celebridades como Angela Merkel e Horst Seehofer (Alemanha), Emmanuel Macron (França), Matteo Salvini e Giuseppe Conte (Itália), Sebastian Kurz (Áustria), Pedro Sanchez (Espanha), Viktor Orbán (Hungria), para não falar da Polônia, República Checa, Eslováquia, e assim por diante. Em maior ou menor grau, todas as figuras desse intrincado jogo de xadrez referem-se à imigração como a um problema de segurança nacional, o que exige preparação adequada para a defesa. O posicionamento se repete com uma tediosa e cínica receita: impedir ao máximo a chegada de outras embarcações, restringir a passagem entre os limites geográficos de cada país, reforçar o policiamento e o controle nas fronteiras, diminuir o orçamento para a acolhida, a documentação e a inserção de novos imigrantes, investir em países como Líbia, Grécia e Turquia, entre outras - no sentido de que assumam a tarefa de deter a “onda migratória” em direção à Europa. A Inglaterra do Brexit, por seu turno, anunciou a restrição aos trabalhadores europeus em território do Reino Unido, a menos que sejam “pessoas qualificadas”, disse Theresa May.

Nada de novo debaixo do sol. Até mesmo a criatividade parece sucumbir junto com a UE. A receita, efetivamente, nada faz além de retomar, quase literalmente, as promessas de campanha de Donald Trump e, pior ainda, suas decisões depois de assumir o trono da Casa Branca. O mais grave, entretanto, é que a bendita receita representa um eco fiel de boa parte da população dos respectivos países envolvidos. As autoridades reunidas em Bruxelas, como uma grande caixa de ressonância, pouco fazem além de assumir o papel de porta-vozes desses setores da população. Certo, existem resistências, existem controvérsias! Existem jornalistas, intelectuais, ativistas e religiosos que levantam a cabeça e a voz! Em alguns países europeus, grupos expressivos saem às ruas em defesa dos direitos

e da dignidade dos imigrantes. Muita gente se bate contra a onda nacionalista, xenofóbica e populista da extrema direita.

O que se constata é que, relativamente à postura dos cidadãos, as coisas tendem a inverter-se. De um lado, a voz dos movimentos sociais e entidades de várias cores e tonalidades, com a bandeira dos direitos humanos e da solidariedade, antes forte e com certo respaldo popular, agora parece tornar-se mais tímida, silenciosa ou silenciada. De outro lado, o ataque da discriminação, do preconceito e até do racismo, e de grupos nazifascistas ativos e violentos, grito pronto a sustentar as políticas e leis antimigratórias, ao contrário, parece erguer-se com força crescente. Numa palavra, ganha espaço a ideia da “Europa para os europeus” ou “primeiro os nossos cidadãos”, uma vez mais, ideia que vem do outro lado do Atlântico.

5. Não ao “estrangeiro, ao diferente, ao outro”

Hoje em dia, temos os “estrangeiros às portas”, para usar o título do livro póstumo do sociólogo polonês Zygmunt Bauman¹⁵. O autor nos mostra como atualmente (e globalmente) o estrangeiro converteu-se no inimigo da sociedade moderna ou pós-moderna, como o eram o herege, a feiticeira ou o mouro na Era Medieval. Escreve Bauman: “As migrações de massa certamente não são um fenômeno novo: acompanharam toda a era moderna desde seus albores (embora trocando de direção e até mesmo invertendo-a). Na verdade, a produção de pessoas “excedentes” (*localmente* inúteis – ou então, numericamente em excesso ou desopupadas – por causa do progresso econômico, e ainda, *localmente* inaceitáveis – ou mesmo recusadas – por causa de desordens, conflitos e desencontros devidos às transformações sociais/políticas e às lutas de poder daí derivadas) é parte integrante do nosso “estilo de vida”¹⁶.

¹⁵ BAUMAN, Zygmunt. *Stranieri alle porte* – “noi siamo un solo pianeta, una sona umanità”, Edizione special su licenza per *Corriere della Sera*, 2018.

¹⁶ Bauman, op. cit. p. 4.

O Documento de Aparecida (DA), por sua vez, introduz o conceito sociológico de “exclusão social” na Doutrina Social da Igreja (DSI)¹⁷. A melhor coisa é reproduzir literalmente suas palavras: “Já não se trata simplesmente do fenômeno da exploração e da opressão, e sim de algo novo: *a exclusão social*. Com ela fica afetada na própria raiz a pertença à sociedade em que se vive, pois, nesta, já não se está abaixo, na periferia, ou sem poder, mas, se está fora. Os excluídos não são somente “explorados”, mas “sobrantes”, “descartáveis”¹⁸. “Excedentes”, como se lê no texto de Bauman, ou “decartáveis”, nas frequentes intervenções do Papa Francisco, reportando-se implícita ou explicitamente ao DA. O mesmo documento, além disso, em um de seus subtítulos, modifica a famosa expressão “opção preferencial pelos pobres” em “opção preferencial pelos pobres e *excluídos*”¹⁹ (DA, n. 405).

Disso resulta que, para a economia globalizada, o “outro” e o “estrangeiro” revelam-se como sinônimos. O outro porque obriga-nos a interpelar a própria identidade; o estrangeiro porque é estranho, diferente. Sua presença cada vez mais vizinha, às nossas portas, desperta o medo, a ameaça, a inquietude, a insegurança, a busca de proteção. Terreno fértil para os políticos oportunistas, na busca febril e frenética de eleitores e de votos fáceis. Em nome de um nacionalismo exacerbado – “América para os americanos”, “França para os franceses”, “Itália para os italianos”, “Inglaterra para os ingleses”, e assim por diante – chega-se a um tipo de populismo chauvinista e irracional. A esperteza ou perversidade está em utilizar o pânico generalizado para confundir os cidadãos, jogando-os contra os estran-

¹⁷ Pelos conhecimentos que tenho, é a primeira vez que esse conceito de “exclusão social” entra a fazer parte da DSI.

¹⁸ CELAM, *Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e Caribenho*, Edições CNBB, Paulus e Paulinas, São Paulo, 2007, n. 65 (grifo nosso).

¹⁹ CELAM, *op. cit.* n. 405, (grifo nosso).

geiros indesejados. O Dicionário Aurélio define o termo *pânico* como “terror que suscita medo por vezes infundado, e foge a um controle racional”. Em lugar da razão, entra em campo a emoção, o sentimento, o sensacionalismo, a espetacularização.

Semelhante cenário nos leva à teoria do “Bouc Émissaire” do antropólogo, crítico literário e filósofo francês René Girard²⁰. Segundo o autor, o esquema funciona do seguinte modo: quando em uma determinada sociedade explodem tensões, desordens e conflitos – é necessário escolher um *Bouc Émissaire* (bode expiatório), o qual, sendo sacrificado em nome de todos, possa trazer de volta a ordem perdida. Tal escolha recai, em geral, sobre o “outro” indesejado. A presença de alguém de fora em nosso meio, por si só, é motivo de discórdia e divisão entre os “de dentro”. Impõe-se sua reclusão, expulsão ou eliminação.

Isso explica as políticas discriminatórias e xenóforas dos governos nacionalistas, racistas e de direita. Muros e arame farpado nas fronteiras, obstáculos durante a travessia, policiamento reforçado, controle excessivo, leis antimigratórias cada vez mais rígidas, expatriação, campos precários de migrantes, prófugos e refugiados – todas medidas populares devido ao cultivo contínuo do pânico, seja através dos *Mass Media*, seja através das autoridades. A frase do Primeiro Ministro húngaro Viktor Orbán, segundo a qual “todos os terroristas são migrantes”, circulou por toda a Europa (e não só!). Consciente ou inconscientemente, e sem qualquer tipo de argumentação racional, difunde-se, desse modo, a ideia de que “entre os dois grupos existe uma ligação simétrica e uma recíproca causalidade”²¹. O ministro esqueceu-se de continuar a frase. Se o fizesse, teria de acrescentar que, entre os migrantes, apenas alguns indivíduos deixaram-se recrutar pelo Estado Islâmico.

²⁰ GIRAD, René. *Le bouc émissaire*, French Edition, Paris, Janeiro de 1986.

²¹ Bauman, op. cit. pág. 28.

Perguntas para reflexão

1. Tente identificar os rostos e rotas dos migrantes, no Brasil e no mundo.
2. De que forma a globalização dos migrantes pode reverter os danos da globalização econômica?

II Parte: Migrações e explosão urbana nos países periféricos²²

1. Campo vazio, cidade inchada

Quanto ao êxodo rural no mundo, em geral, e na América Latina e Caribe, em particular, embora tenha sofrido certa desaceleração em algumas regiões, permanece intenso, levando multidões aos centros urbanos, tanto no interior de cada país quanto em direção aos países fronteiriços. Incham desordenadamente as periferias metropolitanas, com todas as consequências que isso comporta. As “luzes da cidade” continuam como verdadeiros polos de atração. Mas, chegados às grandes metrópoles, os migrantes tendem a ser rechaçados para os bairros periféricos mais longínquos, para os municípios em torno das capitais ou para o interior, buscando cidades médias e até pequenas.

O Distrito Federal, no Brasil, é um bom exemplo desse inchaço das cidades satélites e do entorno de Brasília. Um olhar de pássaro ao mapa do continente basta para dar-nos conta que as capitais dos países praticamente concentram um terço ou a metade de toda a população nacional: são testemunhas disso países como Argentina, Chile, México, Venezuela, Peru, Colômbia, Guatemala, para só citar alguns. No caso do Brasil, somando as dez maiores cidades, chegamos a uma cifra superior a 50 milhões de habitantes. Igualmente gigantescas em termos de população são as metrópoles que surgem como cogumelos na Ásia e na África.

²² Parte utilizada quase integralmente num artigo escrito para a Revista REB, com o título “*Migrantes: profetas da esperança*”.

“Hoje existem no mundo 175 cidades com mais de um milhão de habitantes. As 13 mais povoadas situam-se na Ásia, África e América Latina. Existem 33 megalópoles anunciadas para 2015 e só uma das 10 maiores – Tóquio – será uma cidade rica. Em semelhante contexto, o modelo de cidade europeia, concebida como uma grande aglomeração que reúne e integra, está em vias de desaparecer. O espaço cidadão de ontem perde terreno em favor de uma metropolização que é um fator de dispersão, de fragmentação e de multipolarização. Antes a cidade controlava os fluxos; hoje tornou-se prisioneira da rede desses mesmos fluxos e está condenada a adaptar-se a eles, a desmembrar-se. Assim, debilita-se consideravelmente a dimensão política: a cidade, que prometia integração e solidariedade, tanto quanto segurança, foi substituída por uma cidade de ‘múltiplas velocidades’. Uma cidade que separa os grupos e as comunidades, mantendo-os à distância”²³.

Daí o tema da “multidão solitária”, título da obra de Riesman²⁴. As pessoas se aglomeram, se esbarram, se tropeçam, mas não se conhecem, não se encontram, não sabem o nome, a origem e muito menos as aspirações e desejos umas das outras. Seres solitários que disputam centímetros quadrados nos meios de transporte, metros quadrados nas favelas e espaço na política e na sociedade. Valem pelas funções que desempenham, pela capacidade de produção, pelos títulos que conquistaram. Pouco ou nada valem enquanto pessoas humanas. A pessoa se esconde atrás da personagem, o ator veste sua máscara nos bastidores para brilhar no palco, nada mais!

No limite, isso leva a uma descentração crescente do ser humano, a uma anomia que pode desestabilizar as referências culturais e religiosas, e inclusive levar à loucura. A pessoa se perde em suas múltiplas atividades, como uma roda de muitos raios,

²³ MONGIN, Oliver. *La condición urbana, la ciudad e la hora de la mundialización*, Editora Paidós, Buenos Aires, Barcelona y Mexico, 2005.

²⁴ RIESMAN, David. *A multidão solitária*, Editora Perspectiva, São Paulo, 1961.

mas sem eixo. Não só o tecido social urbano se vê fragmentado, mas o próprio cidadão dificilmente se sente como pessoa íntegra, complementada. Mais frequentemente se vê quebrado, rasgado em seu interior. Seus sentimentos e emoções como que se isolam em gavetas cerradas e a pessoa não consegue encontrar-se. O golpe da migração, especialmente do campo para a cidade, tende a romper os laços primários, deixando a pessoa solitária e perdida.

2. Luzes e sombras do mundo urbano

Evidente que, vista desse modo, a urbanização parece um mal irreversível. Nada mais incorreto. Na verdade, como dizia um provérbio da Idade Média “o ar da cidade nos torna livres”. O mundo urbano costuma abrir novos horizontes e novas perspectivas, especialmente para as mulheres e jovens. Mas, ao mesmo tempo, em cada esquina esconde muitos riscos. Riscos e potencialidades se mesclam em qualquer metrópole. Esta pode conduzir a caminhos novos de libertação, mas também a novos tipos de escravidão. O fato é que a passagem do universo rural para o universo urbano exige grande flexibilidade cultural. Isso vale inclusive para a Igreja, a qual se estruturou no mundo feudal, hierárquico e fechado, e hoje tem dificuldade de se adaptar ao dinamismo da zona urbana.

Por outro lado, o universo urbano não coincide com o perímetro urbano. Mais do que um conceito geográfico, estamos diante de um conceito antropológico e cultural. O universo urbano não é um território formado pela cidade, mas uma mentalidade; um jeito de ser, de vestir de falar; uma linguagem própria e cifrada; enfim, uma cultura, até mesmo uma nova civilização, a civilização do século XXI. Nesta perspectiva, pastoral urbana não é pastoral de cidade, mas um tipo de solicitude evangélica que possa responder aos desafios dessa nova cultura. Podemos até afirmar que “os desejos, luzes e modismos” do mundo urbano, hoje em dia, seduzem mais a

juventude rural, por exemplo, do que os próprios moradores da cidade. Por outro lado, no interior das grandes cidades, não é difícil encontrar grupos inteiros de pessoas que ainda vivem e pensam com as coordenadas do mundo rural.

Numa palavra, os espaços rural e urbano não têm fronteiras definidas, mas se mesclam e se confundem. As novidades do mundo urbano exercem seu fascínio tanto na cidade quanto no campo. Será necessário um grande esforço para que a Igreja, e outras instituições, possam descobrir, por um lado, os limites e riscos do mundo urbano, por outro, suas possibilidades e anseios de liberdade. Muitos estudos, ultimamente, caminham na direção de tomar a cidade ou metrópole. Por um lado, como lugar de estudos diferenciados, de outro, como lugar de evangelização onde os imprevistos podem desconcertar. Do ponto de vista da migração, o “des-terrado do campo” pode reencontrar na multidão anônima da zona urbana um núcleo de referência, uma comunidade, e nela voltar a dizer seu nome, sua história, ao mesmo tempo que abrir os horizontes de sua vida. Uma vez mais, a cidade é campo ambíguo, onde é fácil se perder em meio ao turbilhão de pessoas apressadas, mas também se descortina a possibilidade de construir grupos mais autênticos, genuínos, verdadeiros²⁵.

Daí a importância crescente da *pastoral da acolhida*, desde que não se entenda por essa expressão apenas a recepção sorridente, e não poucas vezes forçada, na porta da Igreja, mas principalmente a visita e a presença nos porões sórdidos da

²⁵ Do ponto de vista do estudo do mundo urbano podemos citar: HANNERZ, Ulf. *Esplorare la città*, antropologia della vita urbana, Società Editrice il Molino, Itália; MARTUCCELLI, Danilo, L'ecole de Chicago, la condition humaine dans la ville moderne, in: *Sociologies de la modernité*, Éditions Gallimard, Paris, 1999, pp. 406-428; CEM, Travessia revista do Migrante, sobre *Metrópole*, setembro de 1995; CEM, Travessia revista do Migrante, sobre *Espaço Urbano*, janeiro de 2006. Do ponto de vista dos desafios para a pastoral: SAVIANO, Brigitte. *Pastoral das Megacidades*, um desafio para a Igreja da América Latina, Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2008; SOARES, Afonso M. Ligório & Passos, João Décio. *A fé na Metrópole*, desafios e olhares múltiplos, Edições Educ e Paulinas, São Paulo, Brasil, 2009.

sociedade onde se escondem os grupos de imigrantes. A Pastoral da acolhida tem dois aspectos: receber bem e ir ao encontro. A Igreja não pode limitar-se ao primeiro e dar-se por satisfeita.

Na raiz da urbanização desordenada e dos grandes deslocamentos internacionais estão, em primeiro lugar, as assimetrias econômicas e os desequilíbrios sociais que dividem os continentes, as nações e as regiões dentro de uma mesma nação. Os fatores econômicos e sociais predominam, na medida em que o processo de globalização concentra o capital e as oportunidades de emprego. Apesar de todas as barreiras e leis restritivas, os trabalhadores tentam deslocar-se atrás dessas oportunidades. O processo de globalização e os deslocamentos humanos de massa são duas faces da mesma moeda.

III Parte: Emergência do conceito de fronteira

Dois fatores convergentes – complexidade do fenômeno da mobilidade humana e endurecimento da legislação imigratória – fazem emergir com força redobrada o conceito de fronteira. De uma parte, as migrações atuais diferem das chamadas migrações históricas do século XIX. Estas últimas tinham uma origem e um destino mais ou menos determinados. Os emigrantes saíam de seus países para estabelecerem-se em outras terras e aí erguerem novas cidades e novas nações. Atualmente, sabemos a origem dos fluxos migratórios, mas seu destino final é incerto. Os mesmos migrantes, depois de cortarem as raízes primordiais, remigram com frequência de um país para outro, buscando sempre melhores oportunidades. Em lugar de uma viagem para um novo lugar, temos um vaivém às vezes circular e com rumos imprevistos.

1. Fronteiras e neonacionalismo

Entre os estudiosos do tema da fronteira, tomo de empréstimo algumas observações do sociólogo português Boaventura

de Souza Santos²⁶. A partir de seus estudos, constata-se que a restrição crescente à migração legal faz aumentar a pressão dos migrantes sobre os limites entre os diversos países – vale dizer sobre a fronteira. Fronteira neste caso como “não lugar”, não no sentido de Marc Augè²⁷ (a não familiaridade dos aeroportos e shopping centers, por exemplo), e sim espaço onde os medos misturam-se com novos horizontes, angústias e esperanças andam de mãos dadas, ameaças e oportunidades entrelaçam-se. Trata-se, ao mesmo tempo, de lugar de ninguém e lugar de todos, lugar dos sem pátria e lugar aberto a muitas pátrias. A fronteira se converte numa espécie de espelho invertido das políticas migratórias, ou da falta delas. Já o sociólogo paraguaio Tomaz Palau, ainda nos anos 80, dizia que “o movimento e o dinamismo intensos nos limites entre dois ou mais países constituem um dos retratos mais vivos do processo de globalização”. Com isso o fenômeno migratório torna-se mais dramático e contemporaneamente mais visível. As imagens da fronteira escancaram as feridas e cicatrizes mais vivas da mobilidade humana.

Entretanto, mesmo a olho nu, é bem notório a emergência da fronteira como lugar de tensões e sonhos, disputas e alternativas, “alegrias e esperanças, tristezas e angústias”, para citar a frase de abertura da já citada Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*. Bastam alguns exemplos: limite entre México e Estados Unidos, entre México e Guatemala, entre África do Norte e sul da Europa, entre Turquia e Grécia, entre Peru, Chile e Bolívia, entre Colômbia e Venezuela, entre Venezuela e Brasil, entre Filipinas, Malásia, Indonésia e Singapura! Os

²⁶ SANTOS, Boaventura Souza. Fronteira, in: *Crítica da Razão Indolente – Contra o desperdício da experiência*. Cortez Editora. São Paulo, 2000, pp. 347-356. GONÇALVES, Alfredo J. Observações Sobre o conceito de fronteira, in: *Fronteras, muros ou pontes?*, Actas del Primer Fórum Internacional sobre Migración y Paz, realizado em Antigua, Guatemala, de 29-30 de janeiro de 2009.

²⁷ AUGÈ, Marc. *Não-lugares – introdução a uma antropologia da sobremodernidade*, Papirus, 9ª edição, 2012, São Paulo-SP.

exemplos poderiam ser multiplicados pelos quatro cantos do planeta. As fronteiras se convertem em verdadeiras “painéis de pressão” prestes a explodir, como ao norte da Líbia, na Turquia, no norte do México e na ilha de Batam, Indonésia e outros pontos da Ásia e África. Sonhos e pesadelos aí travam uma batalha sem fim e quase sempre sem horizonte.

Num exemplo mais concreto, recentemente a União Europeia fez um acordo primeiro com a Turquia, depois com a Líbia, para o bloqueio às migrações que se direcionavam ao velho continente. Significava, respectivamente, bloquear a rota balcânica e a rota mediterrânea. Em troca da contenção dos migrantes nos respectivos territórios, Turquia e Líbia recebem investimentos regulares dos países da Europa. O acordo trouxe um resultado duplamente nefasto e desumano: de um lado, os migrantes se concentram em acampamentos improvisados, em condições extremamente precárias, chegando a ser colocados à venda (Líbia); de outro lado, os investimentos europeus caem nas mãos de governos instáveis e corruptos, acabando muitas vezes por chegar às mãos dos guerrilheiros – o que aumenta a violência e a fuga de refugiados. O remédio agrava a situação do doente!

Em vista de uma melhor compreensão e do trabalho socio-pastoral, vale a pena, porém, desdobrar o conceito de fronteira em três dimensões ao mesmo tempo distintas e complementares: fronteira física, geográfica ou territorial, fronteira jurídica e político-social e fronteira cultural-religiosa.

Na primeira, *geográfico-territorial*, o migrante tropeça com a polícia ou o exército, as exigências da aduana, portos e aeroportos, dificuldades de documentação. Encontra muros visíveis ou invisíveis, arame farpado. Muitas vezes a família se divide e muitos podem perder a vida nas areias do deserto, nas ondas do mar ou nas armadilhas de florestas e montanhas. Mais grave ainda quando cai nas mãos dos traficantes que recrutam os mais vulneráveis entre eles. Na segunda, *ju-*

rídica e político-social, o migrante tropeça com as leis migratórias do país de destino, o que depende de decisões políticas. Neste caso, a fronteira desloca-se para a capital do país, para o Congresso Nacional e para os gabinetes do governo; tropeça igualmente em situações sociais de precariedade e vulnerabilidade. Na terceira, *cultural-religiosa*, o migrante tropeça com mentalidades, expressões, visões de mundo e costumes diversos. “Aqui, até a Igreja e os santos são diferentes”, dizem com frequência. As diferenças podem converter-se em muros: surgem hostilidades recíprocas, preconceitos e até perseguição. Não raro os distintos povos, nações ou grupos podem criar “guetos” isolados, fechados sobre si mesmos. Aqui a fronteira se ergue nas ruas, bairros, vizinhança, escolas, comunidades ou paróquias onde o estrangeiro se instala. Talvez seja a fronteira mais difícil de cruzar, porque seus muros são muito sutis e invisíveis.

Boa parte dos migrantes conseguem ultrapassar a dimensão geográfico-territorial da fronteira, mas veem-se impossibilitados de vencer sua dimensão político-social. Acabam permanecendo no país de destino na condição de “imigrantes indocumentados”. Isso significa um estado de permanente vulnerabilidade diante de uma série de problemas e dificuldades, tais como encontrar trabalho, moradia, escola, saúde etc. Outros conseguem cruzar as duas primeiras dimensões da fronteira, mas se veem barrados na dimensão cultural-religiosa. Também neste caso tornam-se vulneráveis a todo tipo de preconceito, discriminação e exploração no lugar específico onde resolvem morar (e trabalhar de maneira informal).

Por que separar as diversas dimensões da fronteira? Antes de tudo, para melhor compreender a dinâmica e os percalços que os migrantes devem enfrentar em cada uma delas. Depois, para identificar com maior precisão os distintos serviços a ser prestados pela solicitude pastoral e evangélica. Por fim, a partir dessa compreensão ampliada e diferenciada, para melhor

integrar as diversas dimensões da Pastoral Migratória num “trabalho orgânico e de conjunto”, como recomenda o Documento de Medellín. Fazendo um jogo de palavras, não se trata somente de um conjunto de trabalhos, e sim de um trabalho de conjunto.

2. Trabalho orgânico e de conjunto

Quem atua na fronteira físico-territorial tem em vista uma série de tarefas. Estas vão desde a acolhida, alimentação e documentação, até a assistência social, jurídica e psicológica. Os destinatários podem ser migrantes, prófugos, refugiados, deportados, marinheiros, itinerantes. É o que se faz, em geral e entre outras coisas, nas Casas e/ou Centros para os Migrantes ou no trânsito. Já a atuação na fronteira jurídica e político-social exige um esforço de incidência múltipla nos organismos e instâncias sociais, eclesiais e governamentais, uma parceria com outros atores sociais (igrejas, movimentos, organizações não governamentais, pastorais etc.) que trabalham no campo da mobilidade humana. Exige também o conhecimento das leis de imigração e o empenho para modificá-la em favor do respeito ao direito de ir e vir, correlato ao direito de permanecer com dignidade na própria pátria. Quanto às atividades na fronteira cultural-religiosa, está em jogo o resgate da pessoa, grupo, povo ou cultura. Torna-se indispensável promover espaços onde, por um lado, os imigrantes possam manifestar seus valores e expressões culturais e religiosas e, por outro, possam ser ajudados a inserir-se na vida do país que os acolhe, em termos familiares, comunitários, eclesiais, sociais, políticos e culturais.

Aqui o mais relevante é sublinhar a atuação integrada e conjunta, o esforço de sinergia entre as várias dimensões da fronteira. O trabalho de uma complementa e reforça as atividades das demais, bem como as lacunas de uma dividem e enfraquecem as atividades das demais. Desnecessário lembrar que o segredo está no trabalho em rede, onde cada tarefa

repercute em todas as dimensões da fronteira. Tanto para o migrante quanto para o agente de pastoral que o acolhe, torna-se fundamental saber que os esforços estão conectados com outras duas instâncias que atuam de forma integrada. No fundo, as três dimensões da fronteira requerem tarefas distintas, sem dúvida, mas convergentes na defesa da dignidade e dos direitos do migrante.

Convém não esquecer que, de outro lado, quando os problemas das duas primeiras dimensões da fronteira continuam irresolutos, tudo se acumula nesta última fase, onde as comunidades e paróquias pluriculturais ou multiétnicas os acolhem. Claro que, na medida do possível, uma ponte pastoral com os países de origem só pode enriquecer o trabalho sociopastoral. Com todos esses fatores em jogo, permanece o desafio de passar de uma convivência pacífica entre migrantes de várias etnias (multiculturalidade) ao diálogo e confronto reciprocamente enriquecedor (interculturalidade). Sair de si mesmo e deixar-se interpelar pela presença do outro – diria o Papa Francisco – pavimenta o caminho para o outro.

Retornando à ideia de fronteira como “não lugar” e desde um ponto de vista teológico, nesse terreno ambíguo erra e espera a grande “multidão dos sem”: sem raiz e sem pátria, às vezes sem papéis, sem rumo, sem destino, sem horizonte! Esse “não lugar” pode converter-se no “melhor lugar” para lançar os alicerces de um “novo lugar”. Jesus Cristo nasceu e morreu fora dos muros da cidade. “Não havia lugar para eles (José, Maria e o Menino)”, escreve o evangelista no relato do nascimento. Os condenados ao patíbulo da cruz, por sua vez, não podiam sofrer a execução dentro da cidade de Jerusalém. Disso pode-se inferir que a mensagem central da Boa Nova do Evangelho mergulha suas raízes na fronteira, no “não lugar”. Ou seja, lugar da utopia, lugar privilegiado para pensar e proclamar o Reino de Deus. De fato, quem nasce e vive em berço de ouro, num lugar firme e estabelecido, pouco se preocupa

com mudanças. Somente quem experimenta a inquietude, a incerteza e a solidão da fronteira como “não lugar”, permanece aberto às transformações urgentes e estruturais da sociedade. Busca uma nova pátria!

3. Golpes, feridas e cicatrizes

Os caminhos dos migrantes tornam-se cada vez mais estreitos, tortuosos e pontuados por adversidades. Por toda parte, multiplicam-se as barreiras e obstáculos, não faltam pedras e espinhos de toda sorte. Nos lugares de origem, a separação, divisão e fragmentação da família. Choram os que ficam e os que partem. Enquanto os primeiros continuarão a sofrer os efeitos da violência ou da pobreza, os segundos seguem direções variadas, às vezes opostas e dificilmente voltarão a reencontrar-se.

Nos lugares de trânsito, as areias do deserto, as veredas da floresta ou as águas do mar tornam a travessia uma verdadeira aventura, que pode terminar em tragédia. A viagem, em suas numerosas etapas é quase sempre manipulada pelos traficantes de seres humanos, que Scalabrini denominava “mercadores de carne humana”. Tomam as últimas economias dos migrantes e muitas vezes de toda a família para, em seguida, abandoná-los ao próprio destino.

Nos lugares de destino, os problemas crescem com a discriminação e a intolerância, as hostilidades e o rechaço. As sociedades se dividem entre “nós” e “eles”, os de “dentro” e os de “fora”, os “incluídos” e os “excluídos”, os “visíveis” e os “invisíveis”. Daí o reforço das fronteiras, os muros em lugar de pontes, o arame farpado, o progressivo controle policial, as leis migratórias sempre mais restritivas e seletivas. Nos Estados Unidos, Inglaterra e União Europeia, como vimos, uma peneira fina recolhe a mão de obra selecionada e descarta a força braçal. De resto, o mesmo ocorre nas fronteiras dos países menos desenvolvidos.

Nos países de origem, nos lugares de passagem e nos pontos de chegada, feridas e cicatrizes se repetem, se aprofundam e se acumulam, passando não raro de geração em geração. Basta ver o caso dos haitianos, senegaleses e venezuelanos, verdadeiros errantes entre os diversos países da América Latina e Caribe. O sociólogo nigeriano radicado em Paris, Abdelmalek Sayad, dá-nos disso um testemunho ilustrativo. Nas suas idas e vindas entre o país de nascimento e o velho continente cunha o conceito de “dupla ausência”²⁸.

Semelhante quadro agrava as feridas causadas pelos golpes da migração. Tornam-se raros os casos em que a mobilidade humana representa também uma mobilidade social para melhor, como em algumas décadas atrás. Ao contrário, muitas vezes cada etapa migratória revela-se uma queda para baixo na pirâmide social. Existem feridas relacionadas à pessoa do migrante, outras afetam toda família, de modo particular no abandono da terra natal, onde ficaram os restos mortais dos ancestrais. Algumas feridas, seja na partida, no trânsito ou na chegada, deixam marcas indeléveis de desprezo e humilhação. Nos países de destino, por exemplo, não raro os recém-chegados são relegados a “centros de acolhida, de identificação e de triagem” – que em geral não passam de campos de concentração em condições extremamente precárias em termos de dignidade humana, como já salientamos mais acima.

Também é costume segregá-los em “guetos” fechados e isolados, os quais, diferentemente das comunidades abertas, costumam gerar recíprocas hostilidades. Quanto ao trabalho, veem-se forçados a submeterem-se, normalmente, aos serviços mais sujos e pesados, mais perigosos e mal remunerados. Como nos Estados Unidos, onde, segundo denúncias,

²⁸ SAYAD, Abdelmalek. O retorno, elemento constitutivo do imigrante. In: *Travessia, Revista do Migrante, publicação do Centro de Estudos Migratórios (CEM)*, ano XIII, número especial, janeiro/2000.

as crianças imigrantes são obrigadas a lavar as privadas dos campos para refugiados²⁹. A construção civil, o trabalho doméstico, o cuidado com os idosos, as colheitas rurais e os serviços em geral são, quase sempre, a porta de entrada para os que conseguem permanecer no país.

Parte dessas feridas consistem em pequenos arranhões externos nos membros e no corpo. Logo cicatrizam e é possível recomeçar uma vida nova, levantar a cabeça e caminhar em direção ao horizonte. Outras, porém, são feridas mais profundas, invisíveis, localizadas no interior do coração e da alma. Permanentemente abertas, atingem a própria identidade ou a dignidade humana. Sangram a cada toque agressivo, a cada olhar enviesado, a cada palavra envenenada. Sangram nas crianças, por exemplo, no espaço das escolas; nos idosos, condenados ao anonimato, à solidão e muitas vezes ao abandono; sangram nos doentes, quando necessitam e, por falta de documentação adequada, não podem dispor dos serviços de saúde; sangram nos trabalhadores e trabalhadoras, braços fortes e vontade de trabalhar, mas impedidos por causa da língua, da cor da pele, da religião, da falta de “qualificação”.

Escreve a jornalista italiana Maria Serena Natale: “Desumanizados, transformados pelo discurso público em uma obscura força que avança ameaçadora, os estrangeiros deixam de ser titulares de direitos – como os direitos de hospitalidade e de visita evocados por Immanuel Kant no Projeto filosófico para a Paz perpétua: ‘o direito de um estrangeiro de não ser tratado de forma hostil quando chega ao solo de um outro’ e ‘o direito que é reservado a todos os homens, de propor-se como membros da sociedade’. Cria-se, assim, um dispositivo através do qual uma comunidade já fragmentada e dispersa pode, sem graves conflitos de consciência, excluir o

²⁹ <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/07/criancas-migrantes-limpam-privadas-e-seguem-ordens-em-detencao-nos-eua.shtml>.

hóspede do perímetro da responsabilidade social, removê-lo da condição humana comum, relegá-lo na realidade paralela dos hotspot, dos centros de identificação e de quotas”³⁰.

4. Desafios e perspectivas: o que fazer?³¹

O objetivo desta última parte é o de apontar pistas de ação sociopastoral e política. Mais do que “inventar a roda”, procuramos concentrar a atenção sobre determinadas atividades que, em sua maioria, já estão em curso na Igreja em geral e na Pastoral dos Migrantes, em particular. Desnecessário lembrar que, de um jeito ou de outro, os quatro verbos do Papa Francisco – acolher, proteger, promover e integrar – se inscrevem nestes parágrafos finais.

a) *Acolhida e documentação*

A acolhida constitui o DNA da Pastoral dos Migrantes. Trata-se de abrir o coração, as portas e os espaços eclesiais e culturais para “o outro, o estrangeiro, o diferente”. Em termos concretos, acolher significa, antes de tudo, promover uma assistência imediata a quem chega a um novo lugar. Tal assistência, caso a caso, comporta a preocupação com as dimensões pessoal, familiar, social, jurídica, educacional, sanitária, psicológica... Daí a existência de uma rede de Casas do Migrante, espalhadas tanto nas fronteiras (entre México e Estados Unidos, entre México e Guatemala ou entre Chile, Bolívia e Peru), quanto em algumas metrópoles de grande afluência de migrantes (São Paulo, Santiago, Manaus). Desnecessário acrescentar que, não raro, torna-se de fundamental importância o ensino da língua local.

³⁰ NATALE, Maria Serena. *Jornal Corriere della sera*, Segunda-feira, 9 de julho de 2018, caderno cultura, p. 35.

³¹ Este item foi publicado in *Intercultural Mission* (vol. 2), editado por Lazar T. Stanislaus, SVD & Martin Ueffing, SVD, Steyler Missionwissenschaftliches Institut, Sankt Augustin, Germany, 2015, pp.260-264.

A acolhida vem acompanhada de um longo processo de regularização dos documentos. Sem estes, todas as portas se fecham, a começar pelo acesso a um emprego decente e com carteira assinada. O trabalho, por sua vez, reabre uma série de oportunidades. Também neste caso, os migrantes podem contar com uma rede de Centros de Acolhida e de Orientação, providos de assistentes sociais, advogados e outros profissionais que podem ajudar a inserir-se e integrar-se mais rapidamente na sociedade de destino. É conhecida e notória a forma grosseira com que muitas autoridades da Polícia Federal tratam os recém-chegados. Sem dúvida, a presença de um profissional infunde-lhes maior confiança.

b) *Direitos Humanos dos Migrantes*

O empenho pela defesa dos Direitos Humanos em geral, e dos direitos dos migrantes em particular, constitui uma das características da ação sociopastoral junto ao mundo da mobilidade humana. Boa parte dos imigrantes permanecem por meses, anos, e até décadas (quando não a vida inteira) na precária situação de indocumentados – “sin papiers” ou “sin papeles”. Nessa condição irregular, tornam-se vulneráveis a todo tipo de exploração trabalhista ou sexual e, além disso, presa fácil para a rede mundial do crime organizado.

Sabemos bem qual o peso da palavra “clandestinos” em sociedades como Estados Unidos, Europa, Austrália, Japão, entre outras. Traduz-se concretamente como insegurança, instabilidade, medo e, no fim da linha, processo de repatriação. Infelizmente, no trato com os imigrantes desprovidos de documentação regular, o mesmo ocorre nos países subdesenvolvidos ou emergentes. De tudo isso resulta a necessidade de contar com proteção jurídica para a conquista e/ou defesa dos direitos à vida e à dignidade humana.

c) *Paróquias multiculturais e pluriétnicas*

De um ponto de vista estritamente pastoral, nas paróquias de acolhida faz-se necessário resgatar e promover os valores culturais e religiosos dos migrantes. Não é difícil abrir espaço para encontros multiculturais ou pluriétnicos, tais como festa do padroeiro, festa das nações, e assim por diante. Aqui, porém, esconde-se uma ambiguidade que, com frequência, comporta uma armadilha capaz de confundir os incautos. De um lado, o cultivo da língua original, das expressões culturais e religiosas ajuda a cimentar e manter a coesão do grupo étnico, sobretudo em casos de discriminação, preconceito e hostilidade; de outro lado, contudo, nesse processo de resgate cultural reside o risco de criar guetos cerrados, dificultando assim uma integração natural e mais rápida. Em termos metafóricos, os anjos da tradição religiosa podem converter-se em demônios, promotores de divisão e isolamento. O desafio é encontrar o equilíbrio entre o respeito às diferentes etnias e a integração progressiva na sociedade de chegada.

Resgatar e promover os valores inerentes a cada pessoa, povo e cultura requer, como dimensão primordial, um espaço privilegiado para a história individual e coletiva. Nessa linha, os encontros de migrantes por etnia costumam ser extremamente reveladores. Parte-se do pressuposto que a migração constitui um golpe que deixa feridas, algumas jamais cicatrizadas. Arrancar as raízes e expô-las ao sol escaldante do caminho tem consequências inevitáveis. Normalmente sofre quem parte e sofre quem permanece na terra de origem. Narrar a própria história – como nos ensina a psicologia – é uma forma de exorcizar as sombras que obscurecem seu percurso. Verbalizar o sofrimento ajuda a libertar-se do peso que herdamos do passado. Vale o mesmo para a história do grupo como um todo. Trata-se de promover tempo e espaço para que os próprios migrantes, ao cruzar seus caminhos, possam intercambiar experiências e, com isso, enriquecer-se mutuamente.

d) *Presença na origem e no destino*

Da mesma forma que os movimentos migratórios estabelecem uma *ponte de sobrevivência* entre a terra de origem e a terra de destino, os agentes e lideranças que os acompanham podem empenhar-se por construir, em correspondência, uma *ponte sociopastoral* entre os locais de saída e os locais de chegada. Unir os dois lados da ponte através de visitas programadas, missões populares, intercâmbio de informações e de pessoal. Eis uma forma de manter e fortalecer a fé e o esforço dos migrantes na luta por uma sobrevivência justa e digna. Se os migrantes têm dificuldade de ir até a Igreja, esta deve fazer-se presente onde quer que eles estejam.

Essa presença da Igreja, simultaneamente no polo de origem e no polo de destino, não é novidade dos tempos atuais. Com efeito, no final do século XIX, Dom J. B. Scalabrini fundou dois institutos religiosos (masculino e feminino) e um instituto leigo para acompanhar os emigrantes italianos, tanto na própria diocese de Piacenza e demais regiões da Itália, quanto do outro lado do oceano: Estados Unidos, Brasil, Argentina, Austrália, entre outros países. Tratava-se, como ele mesmo afirmava, de levar-lhes “o sorriso da pátria e o conforto da fé”. “Para os migrantes” – dizia ainda – “a pátria é a terra que lhes dá o pão”, concluindo que “a migração amplia o conceito de pátria”³²

e) *Centros de estudos e de pastoral*

Com a finalidade de desenvolver um trabalho mais eficaz e de maior incidência sociopolítica, torna-se necessário manter uma leitura científica e atualizada do fenômeno da mobilidade humana. Nasceram assim os Centros de Estudos Migratórios, hoje espalhados pela Europa, Ásia, África, América do Norte e América do Sul. Em colaboração e sinergia com outras

³² Famiglia Scalabriniana, i tre Istituti religiosi, *Scalabrini, una voce viva*, impressão renovada, Roma, 2005, p. 397.

entidades acadêmicas, realizam pesquisas, estudos, conferências, encontros, cursos e seminários no sentido de envolver o maior número de pessoas, como também de sensibilizar a Igreja, a sociedade civil e as autoridades dos governos para o drama das migrações. Evidente que semelhante leitura aprofundada dos fluxos e tendências, causas e consequências da migração mantém-se estritamente conectada com os itens anteriores. Ela ajuda não somente a incrementar as atividades pastorais, sociais e políticas, mas também incide sobre as mudanças necessárias para novas Leis de Imigração.

Vale a esse respeito sublinhar a realização do Fórum Internacional de Migração e Paz³³. Em sua 5ª edição (Antigua, Bogotá, Cidade do México, New York e Berlim), o Fórum tem mantido um duplo objetivo: por um lado, desvincular o conceito de migração do pano de fundo da ideologia de segurança nacional e do crime organizado, enfatizando antes suas potencialidades para a busca da paz; por outro, envolver autoridades políticas, expoentes acadêmicos e outras personalidades, na tentativa de maior incidência sociopolítica em favor dos direitos dos migrantes.

5. A caminho de uma nova pátria

Ao final destas reflexões, tomo de empréstimo três comentários bem distribuídos no tempo, mas próximos no conteúdo e no horizonte. Um com mais de dois séculos, outro com menos de um século e o terceiro com menos de um ano. Em 1763, dizia o bispo de Puy: “O cristão é, ao mesmo tempo, cosmopolita e patriota. Estas duas qualidades não são incompatíveis. O mundo é, na verdade, uma pátria comum; ou, para falar em termos mais cristãos, um exílio”³⁴.

³³ O Fórum sobre *Migração e Paz* é organizado, entre outras entidades e organismo, pelo Scalabrini International Migration Network (SIMN).

³⁴ Instrução Pastoral de Le Franc de Pompignan, bispo de Puy, 1763: *Sobre a pretensa filosofia dos incrédulos modernos*. Citado por BENDA, Julien, *Il tradimento dei chierici - il ruolo dell'intel-*

Depois, na segunda metade do século XX, dizia o filósofo alemão Gadamer: “O que proporciona um novo ponto de vista não é a aprendizagem de uma língua estrangeira como tal, mas seu uso, tanto no trato vivo com homens estranhos como no estudo da literatura estrangeira. Por muito que alguém se desloque a uma forma espiritual estranha não chega nunca a esquecer sua própria aceção do mundo e inclusive da linguagem. Ao contrário, esse mundo distinto que nos vem ao encontro não é somente estranho, mas é distinto em muitos aspectos. Não somente tem sua própria verdade *em si*, mas tem também uma verdade *para nós*”³⁵. Disso resulta que compreender, segundo o autor, é um processo de “fusão de horizontes” e esta “fusão de horizontes” pressupõe a “fusão de experiências vividas”.

Por fim, em julho de 2018, no prefácio ao livro póstumo de Bauman, já citado, escrevia a filósofa italiana Donatella di Cesare³⁶: “O desafio do terceiro milênio é coabitar. Bauman o diz com letras bem claras. Esta é a ‘alternativa’. Em caso contrário, restaria somente a guerra. Coabitar não significa, porém, um rígido estar um ao lado do outro. Trata-se sobretudo de dividir o passado em vista de um futuro comum. O que é possível graças ao diálogo, assim como o há delineado a hermenêutica filosófica, aquele diálogo que é verdadeiro quando transforma os interlocutores. Este é o caminho real para a solidariedade”.

Perguntas para reflexão

1. Quais as fronteiras mais dinâmicas em termos de migração?
2. Entre as feridas e cicatrizes da migração, como construir juntos o caminho da acolhida, do diálogo e da solidariedade?

.....
lettuale nella società contemporanea, Piccola Biblioteca Einaudi, 1976 e 2012, p. 131.

³⁵ GADAMER, Hans-Georg. *Verdad y Método*, Ediciones Sígueme, Salamanca, Espanha, 1997, pp. 529-530.

³⁶ CESARE, Donatella di. In BAUMAN, Zigmunt, op. cit. (prefácio)

Referências bibliográficas

- ANTONIAZZI, Alberto. *A saída é...ficar*. O conflito dos cristãos com a sociedade segundo a primeira carta de Pedro”. Estudos Bíblicos n. 15. Petrópolis: Vozes, 1987 (Introdução).
- BAGGIO, Fabio; PARISE, Paolo & SANCHEZ; Wagner Lopes (orgs.). *Diásporas africanas e processos sociorreligiosos*. São Paulo: Paulus, 2017.
- BEOZZO, José Oscar, *Brasil 500 anos de migrações*. São Paulo: Paulinas, 1992.
- CELAM, *Documento de Aparecida*. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e Caribenho. São Paulo: Edições CNBB, Paulus e Paulinas, 2007, pp. 185-187.
- CNBB, Documento da Comissão para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz, Setor de Mobilidade Humana. *Mobilidade Humana no Brasil, Orientações Pastorais*. Brasília: Edições CNBB, 2009.
- ELIOT, J. H. *Um lar para quem não tem casa*. Interpretação sociológica da primeira carta de Pedro. São Paulo: Paulus, 1985.
- Erga Migrantes Caritas Christi*, Instrução do Pontifício Conselho da Pastoral para os Migrantes e os Itinerantes. São Paulo: Edições Paulinas, 2004.
- Instrução *Erga Migrantes Caritas Christi*, Pontifício Conselho da Pastoral para os Migrantes e os Itinerantes. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 36.
- GONÇALVES, Alfredo José. *Mobilidade Humana na Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- NOGUEIRA, Paulo Augusto de Souza. *As Cartas de Pedro. O Evangelho dos sem-teto*. São Paulo: Paulus, 2002. Série “Como ler a Bíblia”.

SAYAD, Abdelmalek. *O retorno, elemento constitutivo do imigrante*. In: *Travessia, Revista do Migrante*, publicação do Centro de Estudos Migratórios (CEM), ano XIII, número especial, janeiro/2000.

2. Migrantes e refugiados: acolhimento, proteção e integração na legislação brasileira

Rosita Milesi¹

Introdução

Os diferentes momentos vividos no Brasil em termos de migrações internacionais e de regimes políticos geraram iniciativas diversas a reger o tratamento dispensado aos migrantes e aos refugiados. Sem nos atermos a uma análise dos diversos momentos históricos e condutas legislativas, por não ser objeto deste breve escrito, vale ressaltar que, nas últimas décadas “[a]s políticas migratórias no Brasil viviam o paradoxo de conviver com um marco regulatório baseado na segurança nacional em plena ordem democrática”, como afirma ATR de Oliveira². Ademais, há anos o Brasil possui uma Constituição Federal voltada a parâmetros de proteção aos direitos humanos e de tratamento igualitário entre brasileiros e estrangeiros residentes, assegurando a estes um amplo elenco de direitos e garantias. Contudo, mesmo neste contexto, sobrevivia, até recentemente, o retrógrado e defasado Estatuto do Estrangeiro (Lei 6815/1980), anterior à própria “Constituição Cidadã”, o

¹ Diretora do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), Membro da Congregação das Irmãs Scalabrinianas, advogada, observadora no Conselho Nacional de Imigração (CNIg), participante convidada no Comitê Nacional para Refugiados (CONARE). Contato: rosita.imdh@gmail.com.

² https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/531045/000854969_Estatuto_estrangeiro.pdf?sequence=1.

qual engessava decisões voltadas ao acolhimento³, proteção e integração dos imigrantes.

Considere-se ainda que neste longo período de vigência do Estatuto do Estrangeiro, além de expressivas alterações no quadro das migrações internacionais no Brasil, situações novas ocorreram e mereciam ser contempladas na legislação pátria. Exemplos disso são: a saída e retorno de brasileiros e brasileiras, a questão da apatridia e os fluxos migratórios motivados por situações humanitárias. Enfim, a mobilidade humana que se registra nos tempos atuais, a diversidade de situações e, sobretudo, a necessidade de tratar a migração como um direito tornavam imperiosa a revisão da legislação brasileira que regula e orienta o tratamento aos migrantes, aos refugiados e demais condições de pessoas em mobilidade internacional.

1. Acolhida, Proteção de Direitos e Integração dos Migrantes no Brasil – princípios e legislação (Lei n. 13.445/2017 e Decreto n. 9.199/2017)

O Brasil conviveu, por mais de 35 anos, com uma Lei restritiva – o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/80) –, aprovada em pleno regime militar. Esta Lei foi proposta e aprovada em regime de urgência, em 1980, pelo Governo Militar, baseada na doutrina da segurança nacional, numa postura de desconfiança e rejeição aos estrangeiros, vistos como ameaça, como perigosos para o País.

Para termos uma ideia do quão inadequado era tal instrumento jurídico, basta lembrar que, já em 1991, o Poder Executivo enviava ao Congresso Nacional uma proposta de alteração bastante substancial à referida Lei. Tal proposta que se tornou o Projeto de Lei n. 1.813/91 tramitou por 10 anos no Congresso

³ Segundo o dicionário online de português, “acolhimento” significa: “Ação ou efeito de acolher; acolhida. Modo de receber ou maneira de ser recebido; consideração. Boa acolhida; hospitalidade. Lugar em que há segurança; abrigo”. Acesso em 12/08/2018.

Nacional, mas a fraca pressão da sociedade que, à época, não vivia qualquer desafio em termos de migrações, e o pouco interesse do Parlamento pelo tema, acabaram por não viabilizar a aprovação do referido Projeto de Lei. Em 2001 foi, então, retirado pelo próprio Poder Executivo.

Sucederam-se muitos debates, estudos, sempre na expectativa de que um novo Projeto de Lei seria encaminhado ao Congresso Nacional. Porém, isso tardou a acontecer. Somente em 2009 é que, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, encaminhou ao Congresso a nova proposta de PL, desta vez com o n. 5.655/2009. O projeto também tramitou por alguns anos, mas, face à lentidão do processo e ao pouco interesse do Congresso, além das mudanças na realidade migratória que já vinham ocorrendo no Brasil, tornou-se obsoleto. Já não correspondia às necessidades e tampouco representava uma atualização significativa na postura do País frente à questão migratória. Sprandel⁴ assinala que, apesar de alguns avanços, esse instrumento ainda era tímido e restritivo. O PL mantinha, no essencial, a política migratória praticada no Brasil, baseada no mobilizar, classificar e localizar, e refletia mais o enfoque que trata de forma instrumental as migrações internacionais, procurando tirar proveito das vantagens econômicas. Não obstante ser apresentado como um novo instrumento baseado nas garantias dos direitos humanos dos migrantes, o conteúdo mantinha algumas características típicas da visão fundada na segurança nacional.

Ao longo deste período de vigência do inadequado Estatuto do Estrangeiro, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) supriu as lacunas, a defasagem, e a retrógrada postura daquele texto legal, emanando inúmeras Resoluções que buscavam atender a novas situações da migração, da vida dos migran-

⁴ SPRANDEL, M. A. Políticas migratórias no Brasil do século XXI. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESLOCAMENTOS, DESIGUALDADES E DIRETOS HUMANOS. Anais. São Paulo, 6 e 7 de julho de 2012.

tes e das soluções que o País precisava dar às novas circunstâncias e dinâmicas migratórias. Tal conjunto de Resoluções contribuiu também para formar a base de muitas disposições legais, hoje incorporadas na Lei de Migração vigente.

Em 2013, surge nova iniciativa, agora no Senado Federal, visando uma Lei de Migração. Um projeto de Lei do então senador Aloysio Nunes Ferreira Filho propõe um texto que altera profundamente a ótica e a filosofia da postura do Brasil para o tratamento da questão migratória. Baseado na Constituição Federal (CF) de 1988, o novo texto opõe-se totalmente ao então ainda vigente “Estatuto do Estrangeiro” e se orienta pelo direito de migrar, pela proteção aos direitos humanos, pelo respeito à dignidade humana, pela igualdade de tratamento entre nacionais e migrantes, contemplando todo um elenco de princípios constitucionais já consagrados em nossa Carta Magna.

Após quatro anos de processo legislativo, com ampla participação da sociedade civil, organismos internacionais, diferentes instâncias governamentais e órgãos públicos de proteção, a nova Lei de Migração (Lei 13.445/2017⁵) foi aprovada no Congresso Nacional e seguiu para sanção do Presidente da República, Michel Temer. Certa decepção se abateu sobre todos os que lutaram por esta nova Lei de Migração, avançada e efetivamente protetora do direito de migrar e dos direitos dos migrantes, devido ao veto do Presidente da República a 21 itens do texto que fora aprovado pelo Congresso Nacional. Com efetivo prejuízo em seu conteúdo, causado por terem sido vetadas disposições de grande importância, a nova Lei de Migração foi sancionada e publicada no Diário Oficial da União no dia 25 de maio de 2017, revogando, finalmente, o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/80).

Apesar dos vetos, a Nova Lei de Migração foi uma grande conquista, um verdadeiro avanço no contexto das migrações,

⁵ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm.

contemplando, inclusive aspectos que anteriormente não dispunham de qualquer disposição, tais como apatridia, tráfico de pessoas, reunião familiar, emigração de brasileiros, isenção de taxas, hipossuficiência, entre outros.

Com a longa vigência do Estatuto do Estrangeiro, a realidade jurídica nacional ficou defasada, o País convivia com uma legislação que contrariava os tratados internacionais de direitos humanos, dos quais o Brasil é signatário e também as garantias fundamentais estabelecidas pela CF/88.

Vem, então, a nova Lei de Migração, que tem sua base fundamental na CF/88, e ratifica sua determinação de dispensar tratamento igualitário entre brasileiros e imigrantes⁶. Desse modo, representa uma mudança de paradigma para a migração no Brasil. Reconhece o migrante como sujeito de direitos e garante seus direitos civis, sociais, culturais e econômicos (Lei 13.445/17, Artigo 4º, I), além de garantir também a inclusão social, laboral e produtiva através de políticas públicas (Art. 3º, X).

É importante ressaltar que ao imigrante é garantida a manifestação política⁷, mas não ainda o direito de voto⁸, aspecto que só será possível contemplar em lei, após necessária alteração constitucional. Para que o sufrágio universal, direito de votar e ser votado, seja garantido aos imigrantes é necessário modificar a CF/88, considerando que este direito político é restrito a brasileiros natos, naturalizados (Art. 14, CF/88) e portugueses com residência permanente no Brasil⁹. No sentido de se

⁶ “Art. 4º Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...).” BRASIL. Lei n. 13.445/2017, publicada no Diário Oficial da União dia 25/maio/2017. Brasília, DF, 2018.

⁷ “XIII - diálogo social na formulação, na execução e na avaliação de políticas migratórias e promoção da participação cidadã do migrante;” Artigo 3º, XIII. BRASIL. Lei n. 13.445/2017. Brasília, DF, 2018.

⁸ “§ 2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.” Artigo 14, § 2. BRASIL. Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, 2018.

⁹ “§ 1º Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor

alcançar esta alteração constitucional, tramita no Congresso a Proposta de Emenda à Constituição n. 25/2012, que visa alterar os artigos 5º, 12 e 14 da CF/88, “conferindo aos estrangeiros com residência permanente no País capacidade eleitoral ativa e passiva nas eleições municipais”.

A Lei de Migração ora vigente no Brasil traz um olhar diferenciado aos direitos humanos dos migrantes, uma linguagem com teor humanitário e promove assim uma flexibilização no tratamento da questão migratória, inserindo princípios, novos termos e nova visão em relação ao migrante no ordenamento jurídico brasileiro. A substituição do termo “estrangeiro” por “migrante”, por exemplo, busca abandonar a carga discriminatória que traz o uso de expressão que trata o outro como um alienígena, um estranho e não como alguém que se desloca em busca de um lugar para viver, de uma pátria que lhe propicie melhores condições pessoais, familiares e sociais, com dignidade e em segurança.

Assim, pode-se observar que os fundamentos a orientarem a política migratória brasileira foram transfigurados e, o que antes era uma abordagem protecionista e discriminatória, passou a ser acolhedora e receptiva.

Disposições diversas constantes na Lei 13.445/2017 expressam uma nova visão, um novo espírito a nortear o tratamento da questão migratória no Brasil nos vários aspectos da acolhida, proteção e integração do migrante. Vejamos, por exemplo, pontos que se destacam no artigo 3º: a universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos; o repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação; a não criminalização da migração; a não discriminação em razão dos critérios ou dos procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida em território nacional; a promoção de en-

de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição. (Redação dada pela ECR n. 3/1994)” Artigo 12º, II, “§ 1ºBRASIL. Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988. Ressalte-se, contudo, que deve requerer “igualdade de direitos”. Brasília, DF, 2018.

trada regular e de regularização documental; a acolhida humanitária; a garantia do direito à reunião familiar; a igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante e a seus familiares; políticas públicas que devem promover a inclusão social, laboral e produtiva do migrante; o acesso do migrante a programas e direitos sociais, educação¹⁰, assistência jurídica integral, com respeito ao contraditório e à ampla defesa¹¹, trabalho, moradia, serviço bancário; a promoção e difusão de direitos, liberdades, garantias e obrigações do migrante; a cooperação internacional com Estados de origem, de trânsito e de destino de movimentos migratórios, a fim de garantir efetiva proteção aos direitos do migrante; a proteção integral e atenção ao superior interesse da criança e do adolescente migrante; a proteção ao brasileiro no exterior; a promoção, nos termos da lei, do reconhecimento acadêmico e do exercício profissional no Brasil; e o repúdio a práticas de expulsão ou de deportação coletivas.

Em outras disposições, encontra-se o reconhecimento de situações de vulnerabilidade, pois, apesar de a definição de “grupo vulnerável” ter sido um dos artigos vetados¹², uma nova elucidação¹³ aparece no Decreto regulamentar n. 9.199/2017¹⁴;

¹⁰ Os imigrantes têm o mesmo direito à educação que as pessoas nascidas no Brasil. A nossa legislação, nos artigos 5º e 6º da Constituição Federal, nos artigos 53º e 55º do Estatuto da Criança e do Adolescente e nos artigos 2º e 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), determina que os estrangeiros residentes têm o mesmo direito de acesso à educação que as pessoas nascidas no Brasil. A Lei de Migração 13.445/2017 reforça essa garantia, e os artigos 43º e 44º da Lei dos Refugiados garantem que a falta de documentos não pode impedir o acesso à matrícula nas escolas.

¹¹ “§ 3º Nos procedimentos conducentes ao cancelamento de autorização de residência e no recurso contra a negativa de concessão de autorização de residência devem ser respeitados o contraditório e a ampla defesa.” Artigo 30º, “§ 3º. BRASIL. Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017. Brasília, DF, 2018.

¹² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Msg/VEP-163.htm.

¹³ “§ 5º Para fins de isenção de taxas para obtenção de documentos de regularização migratória, os menores desacompanhados, as vítimas de tráfico de pessoas e de trabalho escravo e as pessoas beneficiadas por autorização de residência por acolhida humanitária serão consideradas pertencentes a grupos vulneráveis.” Artigo 312º § 5º. BRASIL. Decreto n. 9.199, de 20 de novembro de 2017. Brasília, DF, 2018.

¹⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9199.htm.

a isenção de taxas nos casos de hipossuficiência econômica¹⁵.

A Lei de Migração inova no âmbito jurídico nacional ao abordar termos e situações que ainda não haviam sido versados em legislação específica brasileira, apenas em tratados internacionais, como a proteção aos apátridas¹⁶ e asilados¹⁷ no Brasil, e aos brasileiros no exterior¹⁸. Contempla diferentes formas e possibilidades de regularização migratória. Assim, contempla migrantes que vêm ao Brasil para tratamentos de saúde e menores desacompanhados; define a acolhida humanitária¹⁹ e determina a possibilidade do visto temporário para pessoas forçadas a deixar seus países de origem, não abrangidas pelas disposições referentes a refúgio; além de facilitar e permitir a regularização do migrante em território brasileiro, mesmo estando em situação irregular.

Indubitavelmente, a Lei de Migração é um novo marco no ordenamento jurídico brasileiro sobre o tema e interpela a sociedade e todos os agentes sociais e públicos, a estarem vigilantes em sua implementação e a monitorarem as disposições práticas que vem sendo estabelecidas para viabilizar seu

¹⁵ “§ 3º Não serão cobrados taxas e emolumentos consulares pela concessão de vistos ou para a obtenção de documentos para regularização migratória aos integrantes de grupos vulneráveis e indivíduos em condição de hipossuficiência econômica.” Art 113. Idem

¹⁶ “VI - Apátrida: pessoa que não seja considerada como nacional por nenhum Estado, segundo a sua legislação, nos termos da Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, de 1954, promulgada pelo Decreto n. 4.246, de 22 de maio de 2002, ou assim reconhecida pelo Estado brasileiro.” Art 1º, §1º, VI, NLM. BRASIL. Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017. Brasília, DF, 2018.

¹⁷ Art. 27. O asilo político, que constitui ato discricionário do Estado, poderá ser diplomático ou territorial e será outorgado como instrumento de proteção à pessoa.” BRASIL. Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017. Brasília, DF, 2018.

¹⁸ “XIX - proteção ao brasileiro no exterior; Artigo 1º, §1º, XIX, NLM. BRASIL. Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017. Brasília, DF, 2018.

¹⁹ “§ 3º O visto temporário para acolhida humanitária poderá ser concedido ao apátrida ou ao nacional de qualquer país em situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidade de grande proporção, de desastre ambiental ou de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário, ou em outras hipóteses, na forma de regulamento.” Art 14º, §3º, NLM. BRASIL. Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017. Brasília, DF, 2018.

cumprimento, pois estas representam o verdadeiro caminho de aplicabilidade dos princípios e conteúdo que a Lei estabeleceu. Estas disposições – portarias, resoluções, instruções normativas – por ora são preocupantes, pois em muitas circunstâncias tem-se demonstrado mecanismos a dificultar o efetivo acesso à acolhida, proteção e integração dos migrantes, apátridas, asilados, ou mesmo refugiados aos direitos previstos na própria Lei de Migração em vigência.

No contexto promissor e otimista da nova Lei, um quadro menos animador já se desenhou com a sua regulamentação, tanto no processo adotado, quanto no conteúdo do Decreto 9.199/2017. Preocupante já era, quando da elaboração e contribuições ao Projeto de Lei, o fato de muitos temas serem remetidos à regulamentação posterior. De fato, nesta etapa não houve espaço para a participação da sociedade civil o que, já é em si, uma grande limitação, pois exclui atores de extrema importância no diálogo entre imigrantes e Poder Público, considerando que ali no espaço e na vida cotidiana, a sociedade civil lida com a realidade, os desafios, as necessidades, as possibilidades, a riqueza e as expectativas dos migrantes, assim como com os espaços e possibilidades da sociedade brasileira.

Não podemos ignorar, neste contexto de análise da Lei de Migração, que os vetos presidenciais deixaram lacunas que nem o decreto de regulamentação, portarias e resoluções, poderão suprir ou preencher. Dentre elas, alguns itens afetam mais profundamente o tema da acolhida e proteção, como é o caso da previsão de regularização migratória, conhecida como anistia, para imigrantes que entraram no Brasil até o dia 06 de julho de 2016 e se encontravam, em tal data, no País, em situação irregular ou mesmo em condição regular provisória, como solicitantes de refúgio sem perspectivas de uma decisão positiva de seu pedido. O objetivo de tal dispositivo era o de possibilitar que imigrantes já estabelecidos no país, mas que ainda estavam em tais condições, pudessem regularizar sua situação

de maneira definitiva. A justificativa ao veto foi “O artigo concede anistia indiscriminada a todos os imigrantes, independentemente de sua situação migratória ou de sua condição pessoal, esvaziando a discricionariedade do Estado para o acolhimento dos estrangeiros. Além disso, não há como se precisar a data efetiva de entrada de imigrantes no território nacional, permitindo que um imigrante que entre durante a *vacatio legis* possa requerer regularização com base no dispositivo”.²⁰

Hoje, convive-se no Brasil com número expressivo de imigrantes e solicitantes de refúgio que possuem um protocolo provisório, com validade determinada, que já não encontram amparo legal para uma solução migratória. Trata-se de uma população que entrou no País antes da vigência da nova Lei de Migração²¹, que já está integrada na sociedade brasileira face ao tempo em que se encontra no País e que, na maioria dos casos, já se estabeleceu em emprego formal ou em atividades autônomas, mas que enfrenta agora as restrições sobretudo documentais, previstas no Decreto 9.199/2017, e subsequentes portarias e resoluções, inviabilizando suas possibilidades de regularização migratória.

Assim, ao mesmo tempo em que se aprecia os avanços da Lei, são preocupantes as restrições práticas e de acesso ao seu conteúdo avançado e promissor como postura do Brasil no trato da migração e da proteção e garantias à pessoa do migrante e de sua família.

2. A implementação da acolhida humanitária

Prevê a Lei de Migração em seu artigo terceiro que a política migratória brasileira se rege por diversos princípios, entre eles o da acolhida humanitária.

²⁰ www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Msg/VEP-163.htm.

²¹ Recordando que a nova Lei de Migração, Lei n. 13.445/2017, entrou em vigor dia 21 de novembro de 2017.

Não obstante a previsão ser ampla, a acolhida humanitária, estabelecida por portaria de quatro Ministérios, somente foi concedida esta possibilidade, até a presente data (31 de julho de 2018), aos nacionais do Haiti. Tal concessão possui antecedentes: face ao grande fluxo de haitianos ao Brasil, após o terremoto ocorrido naquele país em 2010, o governo brasileiro adotou a Resolução Normativa n. 97/2012, aprovada pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg) em janeiro de 2012, dispondo sobre a concessão de visto permanente por razões humanitárias aos nacionais do Haiti.

Para estabelecer as disposições sobre a concessão do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária para cidadãos haitianos e apátridas residentes na República do Haiti, os quatro Ministérios – da Justiça, do Trabalho e Emprego, das Relações Exteriores e o da Segurança Pública²² – editaram a Portaria Interministerial n. 10, de 06/04/2018²³, a qual contempla a concessão gratuita do visto, estabelecendo, também, que este deve ser solicitado exclusivamente na Embaixada brasileira em Porto Príncipe. Uma vez no Brasil, os portadores devem registrar-se na Polícia Federal e têm isenção total das taxas referentes ao registro e à Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM)²⁴. Além de prever a concessão do visto temporário de acolhida humanitária para os haitianos que pretendem vir ao Brasil, a portaria também possibilita a regularização migratória para os haitianos que ingressaram no país antes dessa data e que não haviam conseguido sua regularização migratória no país²⁵.

²² Posteriormente à publicação da Lei 13.445/2017, foi criado pelo Presidente da República a partir da edição da Medida Provisória n. 821, convertida na Lei 13.690, de 10 de julho de 2018, o Ministério da Segurança Pública.

²³ Publicada no Diário Oficial da União dia 09 de abril de 2018.

²⁴ Artigo 9º da Portaria interministerial n. 10, 06/04/2018: “Aplica-se ao imigrante beneficiado por esta Portaria a isenção de taxas e emolumentos para obtenção de visto e regularização migratória.”

²⁵ Artigo 5º da Portaria: “O nacional da República do Haiti e o apátrida que residia no Haiti, que tenham ingressado no Brasil até a data da publicação desta Portaria, poderão apresentar requere-

Apesar de toda a dimensão positiva e de abertura que a Lei de Migração enseja a esta acolhida humanitária, o decreto regulamentador já estabelece limitações, como é o previsto no Artigo 36, § 1º, que atribui a quatro Ministérios a definição das condições, prazos e requisitos para a concessão do visto. Com amparo nesta disposição, a Portaria Interministerial n. 10, de 06 de abril de 2018, além de limitar o visto e residência por acolhida humanitária somente a haitianos, fixa em apenas 2 anos o prazo do visto.

3. Acolhida, proteção e integração de refugiados e solicitantes de refúgio no Brasil – considerações a partir da Lei 9.474/1997

O Brasil é internacionalmente percebido como hospitaleiro e acolhedor em relação a migrantes e refugiados. Exemplo disso é a Lei de Refúgio brasileira (Lei 9.474/1997), avaliada pelas Nações Unidas como uma das “[...] mais modernas, mais abrangentes e mais generosas [legislações] do mundo²⁶”, contemplando os mais avançados dispositivos de proteção internacional: a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, seu Protocolo de 1967 e a Declaração de Cartagena (1984). De acordo com a lei, será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I – devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

.....
rimento de autorização de residência para acolhida humanitária perante uma das unidades da Polícia Federal.”

²⁶ BARRETO, L. P. T. F. (Org.). *Refúgio no Brasil: Proteção Brasileira aos Refugiados e seu impacto nas Américas*. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010. Acesso em: 02 jul. 2017. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2010/Refugio_no_Brasil.pdf>.

II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Este último inciso incorpora o sentido e aplicabilidade da Declaração de Cartagena de 1984 e amplia as situações que podem ensejar o reconhecimento de um indivíduo como refugiado, indo além das situações de perseguição individualizada, constantes no inciso I. Na prática, não existem critérios objetivos para determinar se uma situação específica se caracteriza como “grave e generalizada violação de direitos humanos”. Esta decisão fica a cargo do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) e o Brasil a tem aplicado em várias circunstâncias e ocasiões, como para iraquianos, devido às consequências após a guerra, a nacionais da Síria ou a pessoas afetadas pela guerra neste país. Atualmente, discute-se sobre a aplicabilidade deste conceito ao caso dos venezuelanos²⁷.

Muitos dispositivos da Lei 9.474/97 expressam a disposição brasileira de acolher pessoas em situação de refúgio como, por exemplo:

- o estrangeiro que estiver em território nacional pode se apresentar à autoridade migratória e expressar sua vontade de solicitar refúgio mesmo que tenha ingressado no país de maneira irregular;

- em hipótese alguma pode ser efetuada a deportação do solicitante para “fronteira de território em que sua vida ou liberdade estejam ameaçadas, em virtude de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política”

²⁷ <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/component/tags/tag/conare-comite-nacional-para-os-refugiados>.

(Art. 7º, § 1º). Este dispositivo trata de um dos princípios basilares do Direito Internacional dos Refugiados, nomeadamente, o princípio do *Non-Refoulement* (não-devolução);

- caso o solicitante de refúgio tenha entrado irregularmente no País, qualquer procedimento administrativo ou criminal que tenha sido instaurado em função da entrada irregular será suspenso até que o pedido de refúgio seja julgado pelo CONARE.

Estas disposições são importantes quando pensamos em acolhida, pois nem sempre as pessoas que fogem de uma situação de perseguição e risco à vida têm acesso a mecanismos regulares de obtenção de visto ou de entrada no país em que desejam buscar proteção.

Neste ponto, uma iniciativa brasileira que merece destaque é a previsão de concessão de visto simplificado a indivíduos forçosamente deslocados por conta do conflito armado na Síria (Resolução Normativa n. 17/2013 do CONARE), oferecendo a estas pessoas um mecanismo regular, de fácil obtenção, para a entrada no território brasileiro e a oportunidade de solicitar refúgio. Trata-se de uma boa prática que desestimula a ação de contrabandistas de migrantes e reduz os riscos a que se expõem os indivíduos forçados a se deslocar em razão da guerra síria. Como resultado, quase três mil sírios vieram para o Brasil e foram reconhecidos como refugiados pelo CONARE até 2017²⁸.

Para concretizar a acolhida e a proteção, a Lei 9.474/97 estabelece que os refugiados têm direito a “cédula de identidade comprobatória de sua condição jurídica, carteira de trabalho e documento de viagem” (Art. 6º). Já os solicitantes de refúgio, recebem da Polícia Federal um documento provisório de esta-

²⁸File:///C:/Users/REFUGIADOS/Desktop/REF%C3%9AGIO%20EM%20N%C3%9AMEROS_1104.pdf.

da regular no País, o qual lhes permite obter Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Carteira de Trabalho e Previdência Social, assegurando-lhes acesso ao mercado de trabalho (Art. 21). Conceder ao solicitante de refúgio o direito de exercer atividade remunerada desde este momento inicial de sua entrada no País é essencial para que seu processo de integração tenha início o quanto antes, não ficando condicionado ao julgamento do pedido de refúgio, que pode levar longo tempo para sua decisão.

Contudo, mesmo que o documento provisório de refúgio funcione como “Cédula de identidade” e garanta direitos ao seu portador, na prática, seu valor nem sempre é reconhecido por servidores públicos, bancos, potenciais empregadores e outros atores. A precariedade no formato e material em que é emitido enseja este não reconhecimento de seu valor e importância na vida do solicitante de refúgio. Buscando mitigar esta dificuldade, o Decreto n. 9.277/2018 instituiu o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório para identificação do solicitante de refúgio, com emissão iniciada em 21 de agosto de 2018.

A legislação brasileira de refugiados contempla, também de forma especial, aspectos relativos à integração, considerando algumas necessidades específicas desta população, estabelecendo que sua condição “atípica” deve “ser considerada quando da necessidade de apresentação de documentos emitidos por seus países de origem ou por suas representações diplomáticas e consulares” (Art. 43). A aplicação prática desta disposição ocorre, por exemplo, quando da revalidação de diplomas escolares/universitários, assim como no fato de que não necessita apresentar passaporte e/ou Certidão de Inscrição Consular para realização de seu Registro Migratório Nacional. De fato, muitos refugiados não podem apresentar estes documentos, principalmente quando seu deslocamento forçado foi ensejado por perseguição estatal ou simplesmen-

te porque, na condição de refugiado, não possa ou não queira acercar-se à embaixada do próprio país.

Como já referido, a “situação desfavorável vivenciada pelos refugiados” também deve ser considerada nos casos de “reconhecimento de certificados e diplomas” e de “ingresso em instituições acadêmicas de todos os níveis”, com processos “facilitados” (Art. 44). Como a operacionalização destes dispositivos está condicionada à autonomia das universidades, cada estabelecimento de ensino superior pode desenvolver suas próprias regras. Na prática, tem-se observado um número crescente de universidades que oferecem formas de ingresso facilitado para refugiados reconhecidos pelo CONARE.

Neste item da revalidação de diplomas, merece destaque uma evolução promissora em termos de disposições legais estaduais. Em 2018 foram aprovadas legislações estaduais em São Paulo (Lei 16.685/2018) e no Rio de Janeiro (Lei 8.020/2018) que isentam refugiados do pagamento de taxas para revalidação de diplomas de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado nas universidades estaduais. Trata-se de um avanço importante, pois o reconhecimento dos títulos possibilita a recolocação profissional do refugiado dentro de sua área de conhecimento, contribuindo não só para sua realização pessoal e integração laboral, como também para a dinamização e diversidade do mercado de trabalho brasileiro.

De modo geral, nota-se que a legislação brasileira traz dispositivos importantes relativos ao acolhimento e proteção de solicitantes de refúgio e refugiados, mas sua implementação ainda encontra grandes desafios. Há entraves à efetivação plena das disposições legais, como a demora na tramitação dos pedidos de refúgio, que podem levar mais de 2 anos para serem julgados pelo CONARE, apesar de a Lei prever que esses processos têm caráter urgente (Art. 47).

A dimensão da integração é ainda mais desafiadora, pois além de ser tratada apenas pontualmente pela legislação, para

se concretizar, a integração requer muito mais que a garantia legal de direitos. Para que os refugiados se integrem social, laboral e culturalmente são necessárias políticas públicas que façam face às necessidades específicas desta população, o que ainda é uma grande lacuna no contexto brasileiro.

4. Acolhimento aos migrantes no espaço Mercosul – Bolívia e Chile e países associados

O Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), Bolívia e Chile, promulgado no Brasil pelo Decreto n. 6.975/2009, concede aos cidadãos do Mercosul e aos cidadãos da Bolívia e do Chile o direito de obter a residência legal no território de outro Estado Parte. Com a adesão de outros países sul-americanos, atualmente o acordo está vigente para os países do Mercosul e associados, incluindo-se: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Chile, Peru, Colômbia e Equador.

O acordo assegura, entre outros, o direito ao trabalho e de entrada e saída do território dos Estados signatários. Possibilita acolhida, proteção jurídica e acesso aos direitos que favorecem a efetiva integração, tais como: igualdade de direitos civis; direito à reunião familiar; igualdade de tratamento com os nacionais; direito de transferir recursos; os filhos dos imigrantes nascidos no território de outro país terão direito à nacionalidade de acordo com o direito do país de nascimento e direito fundamental de acesso à educação em condições de igualdade com os nacionais do país de recepção. Isenta multas de quem entrou irregularmente no território nacional e/ou aqui permaneceu de modo irregular²⁹. Tal isenção é essencial

²⁹ Artigo 3 – O presente Acordo aplica-se a: O procedimento previsto no parágrafo 2 (“Nacionais de uma Parte, que se encontrem no território de outra Parte, desejando estabelecer-se no mesmo e apresentem perante aos serviços de migração sua solicitação de regularização e a documentação determinada no artigo seguinte”) aplicar-se-á independente da condição migratória em que houver ingressado o peticionante no território do país de recepção e implicará a isenção de multas e outras sanções administrativas mais gravosas.

para que pessoas em situação de vulnerabilidade não sejam, por falta de recursos, excluídas da possibilidade de efetuar sua regularização migratória.

Merece ser sublinhada a importância deste acordo e das disposições em geral que favorecem a estada regular, em que os migrantes podem obter os documentos que lhes garantem o acesso e proteção de seus direitos e a prática habitual dos atos da vida como cidadãos. Ademais, são meios eficazes para combater a exploração, os atravessadores inescrupulosos, o tráfico de pessoas, a submissão a condições degradantes de exploração de mão de obra. Sabe-se que para algumas nacionalidades, notadamente os bolivianos no Brasil, este acordo representou um avanço apreciável.

Por outro lado, embora disponha o país de legislação que oferece possibilidades diversas de acolhida com amparo legal, proteção de direitos e de oportunidades que favorecem a inserção social, laboral e cultural, nossa atenção e ações de incidência não devem arrefecer. Necessário se faz continuar para vencer ou suprir tantos obstáculos que a burocracia impõe, lacunas na regulamentação, falta de mecanismos de acesso aos direitos assegurados em disposições legais. Igualmente importante é buscar formas de suprir a falta de apoio e a precariedade em que se encontra o migrante ou refugiado, impedindo-o de ter acesso à capacitação básica, como, por exemplo, aulas de português ou o simples recurso que viabilize o transporte para a busca de trabalho e emprego.

5. Acolhida e autorização de residência para nacionais da Venezuela

Atualmente, o principal fluxo migratório para o Brasil é de nacionais da Venezuela que fogem da grave crise econômica, política, social e humanitária no país. A crise venezuelana vem sendo amplamente reconhecida pela comunidade internacional, por organizações da sociedade civil e outros atores

como uma situação de “grave e generalizada violação de direitos humanos” o que, de acordo com a Lei 9.474/97, ensejaria o reconhecimento da condição de refugiado dos indivíduos que são forçadamente deslocados por esta situação. Até a presente data, não houve decisões do CONARE baseadas no inciso III, do artigo 1º da Lei 9474/98.

O Brasil tampouco tem aplicado vistos de acolhida humanitária para os venezuelanos, a exemplo do que é assegurado a nacionais do Haiti. A solução alternativa ao pedido de refúgio estabelecida para venezuelanos, inicialmente por meio da Resolução Normativa n. 126/2017 do CNIg e, posteriormente pela Portaria Interministerial n. 9/2018, que “Dispõe sobre a concessão de autorização de residência ao imigrante que esteja em território brasileiro e seja nacional de país fronteiriço, onde não esteja em vigor o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e países associados, a fim atender a interesses da política migratória nacional”³⁰.

A chegada dos venezuelanos que entram no País pela fronteira norte vem provocando uma situação crítica, especialmente entre o estado de Roraima e o governo federal. O estado de Roraima não tem capacidade, estrutura ou insumos para acolher, proteger e integrar os indivíduos que chegam diariamente àquela região. Assim, e atendendo aos princípios da atual Lei de Migrações, o governo federal, com apoio de organismos internacionais e da sociedade civil, adotou uma estratégia de interiorização de venezuelanos que estavam localizados em Boa Vista, deslocando-os, para diversos estados da Federação. Nesses novos locais de residência, diversos serviços e ações do Poder Público local e de entidades da sociedade civil foram organizados para favorecer a inserção social e o acesso ao trabalho e emprego, à educação, e aos direitos sociais. Trata-se de iniciativas que de fato favorecem a integra-

³⁰ Publicada no Diário Oficial da União em: 15/03/2018 | Edição: 51 | Seção: 1 | Página: 57.

ção dos migrantes e solicitantes de refúgio, mas alcançam e impactam positivamente um extremamente reduzido número de pessoas.

6. Acolhida a Migrantes em situação de Crises Humanitárias

Está vigente no Brasil, desde 25 de junho de 2018, a Lei 13.684/2018, que dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária.

A edição dessa Lei foi motivada pela crescente chegada de venezuelanos para o estado de Roraima, embora suas regras se apliquem também a outras situações de fluxo migratório provocado por crise humanitária. Crise humanitária, de acordo com o Artigo 3º da lei, é *“situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidade de grande proporção, de desastre ambiental ou de grave e generalizada violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário que cause fluxo migratório desordenado em direção a região do território nacional”*.

A Lei prevê o auxílio que o governo federal e os estados devem se prestar mutuamente e ressalta a ajuda que a União deve prestar aos estados, através de repasses financeiros. Prevê, ainda, que a União poderá prestar cooperação humanitária para apoiar países ou populações que se encontrem *“em estado de conflito armado, de desastre natural, de calamidade pública, de insegurança alimentar e nutricional ou em outra situação de emergência ou de vulnerabilidade, inclusive grave ameaça à vida, à saúde e aos direitos humanos ou humanitários de sua população”*, nos termos do Artigo 11 da lei.

Conclusão

Deixo aos leitores do presente texto algumas questões para reflexão e debate: O Brasil avançou em disposições legais que

propiciam acolhimento a populações migrantes ou refugiadas. As referências constantes no presente texto retratam que a legislação vigente, mesmo com carências e lacunas, dá espaço para acolher, proteger e integrar as populações migrantes e refugiadas. No entanto, a efetiva implementação de medidas concretas depende de outros fatores, decisões, recursos, compromissos tanto de governo em suas várias esferas, principalmente no âmbito municipal (é no município que transcorre a vida das pessoas), assim como da sociedade, comunidades, organizações de fé, entidades da sociedade civil e das próprias organizações de migrantes.

Questões para reflexão

Leia, reflita e apresente suas contribuições:

1. Entre a legislação em vigor e os mecanismos de acesso aos direitos que ela estabelece, protege e garante, muito frequentemente há uma distância quando não contradições que reduzem os benefícios legalmente constituídos e inviabilizam o efetivo e pleno acesso dos migrantes e refugiados. Você concorda com esta afirmação e conhece fatos que exemplifiquem esta circunstância?
2. Em sua opinião, frente à realidade, desafios e sofrimentos que vivem migrantes e refugiados, o Brasil pode e deve aprimorar sua disposição, legislação e mecanismos para acolher, proteger, promover e integrar esta população? Exemplifique, proponha, apresente sugestões concretas que possam servir de estímulo e sugestões de iniciativas nas comunidades locais e nos âmbitos governamentais.

Referências bibliográficas

ACNUR, Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. *UNHCR Global Trends: Forced Displacement in 2017*, Jun/2018. Acesso em 22 de setembro de 2018. Disponível em: <http://www.unhcr.org/globaltrends2017>.

CADERNO DE DEBATES: Refúgio, Migrações e Cidadania. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos. Acesso em 22 de setembro de 2018. Disponível em: <http://www.migrante.org.br/index.php/component/booklibrary/53/view/53/Publica%C3%A7%C3%B5es/490/caderno-de-debates-12-refugio-migracoes-e-cidadania>

GEDIEL, J. A. P; GODOY, G. G. (org.). *Refúgio e Hospitalidade*. Curitiba: Kairós Edições, 2016. Acesso em 22/09/2018. Disponível em: http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Livro_Ref%C3%BAgio_e_Hospitalidade_2016.pdf

JUBILUT, L. L.; GODOY, G. G. (org.). *Refúgio no Brasil: Comentários à Lei 9.474/97*. São Paulo: Quartier Latin/ACNUR, 2017. Acesso em 22 de setembro de 2018. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Ref%C3%BAgio-no-Brasil-Coment%C3%A1rios-%C3%A0-lei-9.474-97-2017.pdf>

REMHU: Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana. Brasília: Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios. Acesso em 22 de setembro de 2018. Disponível em: <http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu>

Filmes/Vídeos

A BOA MENTIRA (em inglês: *The Good Lie*) é um filme de drama indo-queniano-estadunidense escrito por Margaret Nagle. O longa, que é baseado em fatos reais, narra a chegada de quatro irmãos sudaneses, refugiados de guerras que assolavam o país. Depois de uma longa e impetuosa jornada pelo interior da África, os jovens chegam a um campo de refugiados onde permanecem por mais treze anos os jovens então embarcam para os Estados Unidos, onde sofrem e vivem todas as dificuldades para se adaptarem à nova vida.

O PORTO (2011) – dirigido pelo finlandês Aki Kaurismäki, o filme aborda de maneira quase fantasiosa a questão da imigração indocumentada na Europa. Distanciando-se do pessimismo corrente nos filmes do gênero, o cineasta entrega uma colcha de retalhos cinematográficos para o espectador, o que torna o filme delicioso e emocionante. As referências culturais e históricas podem ser interessantes para um público voltado às questões migratórias.

FAMÍLIA REFUGIADA DA SÍRIA RECONSTRÓI SUA VIDA EM BRASÍLIA: vídeo produzido a pedido do Comitê da Cidadania, apoiador do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH). Mostra a esperança que alimenta a busca de um espaço onde salvar a família e reconstruir o caminho que a guerra destruiu (produção: TV Câmara). Acesso em 22/09/18. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/institutomigracoes/videos/?ref=page_internal.

3. Por uma cidade justa, humana e popular: os desafios para a redução das desigualdades territoriais, sociais e na mobilidade urbana em São Paulo

Américo Sampaio¹

Introdução

São Paulo é uma das cidades mais ricas do planeta. Com um Produto Interno Bruto (PIB) anual de mais de R\$ 600 bilhões – somatória de toda a riqueza produzida no município –, a capital paulista figura entre as dez cidades mais opulentas do mundo. Seu orçamento é igualmente significativo, passando de R\$ 50 bilhões ao ano desde 2014. Isso coloca São Paulo em quarto lugar no ranking de orçamento público do país, perdendo apenas para a União e os governos estaduais de São Paulo e de Minas Gerais.

Muito embora a fortuna produzida pela cidade alcance vultosos patamares, o que coloca São Paulo sempre em posição de destaque quando o assunto é produção de riqueza, o mesmo não acontece quando a matéria é distribuição de renda, patrimônio e infraestrutura urbana. Pelo contrário, quando se trata de igualdade e justiça social a cidade colhe revoltante e

¹ Sociólogo, gestor de projetos da Rede Nossa São Paulo, integra o Grupo de Trabalho de Democracia Participativa da mesma instituição, é professor e membro da direção da Escola de Governo, é associado ao Centro Santo Dias de Direitos Humanos, faz parte da Rede pela Transparência e Participação Social (RETPS) e assessora as Escolas de Cidadania da Pastoral Fé e Política. Integra o Conselho Consultivo da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública de São Paulo.

negativa notoriedade por ocupar as piores posições, se compararmos seus indicadores sociais e econômicos de bem-estar e qualidade de vida com outras cidades do mundo.

Sabemos, porém, que as desigualdades são o traço característico de sociedades baseadas em sistemas políticos e econômicos regidos pelas leis de mercado, e com democracias fracas e instituições frágeis, como é o caso no Brasil. Mas, ainda assim, alguns elementos políticos, econômicos e sociais aprofundam ainda mais essa realidade em nossa cidade.

Não bastasse a desigualdade estrutural do país, em São Paulo esse cenário é agravado por outros itens que merecem atenção e caracterizam-se como “travas” – obstáculos – para a redução das desigualdades no município.

Para citar apenas duas dessas “travas”, cabe, em primeiro lugar, destacar o modelo de funcionamento do sistema tributário paulistano. “Noves fora” o regime de tributação brasileiro de forma geral, os impostos municipais também contribuem para a manutenção e o aprofundamento das desigualdades na capital paulista. Um exemplo disso é o Imposto Sobre Serviço (ISS), principal tributo municipal. O ISS é um dos impostos que caracterizam a regressividade do sistema tributário brasileiro², juntamente com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Produto Industrializado (IPI). Responsável por taxar serviços de qualquer natureza, o ISS afeta diretamente o consumidor final, independentemente de sua renda ou classe social. Isto é, sendo um imposto que incide sobre o consumo, ele se torna mais pesado quanto menor for a renda da população. E o inverso é também

² Entende-se por caráter regressivo de tributação os impostos que incidem mais sobre o consumo final do que sobre renda e patrimônio. Também entendidos como impostos indiretos, estes atingem diretamente o consumo da população, diferentemente dos impostos diretos, que são aqueles que taxam renda e patrimônio.

verdadeiro. O Imposto Sobre Serviço se torna mais suave, proporcionalmente, para quem for mais rico.

O problema se torna ainda mais preocupante pelo fato de o ISS – regressivo e indireto – ser a principal fonte de receita do município. Atualmente, ele representa quase 25% de toda a arrecadação anual da Prefeitura, e isso confere a este imposto centralidade no resultado fiscal da gestão municipal. Assim, por sua relevância para os cofres públicos, há uma tendência à sua manutenção ou mesmo à elevação de alíquotas ao longo dos anos, principalmente em tempos de crise econômica, por seu retorno para o orçamento municipal ser rápido e certo. Porém, dessa forma, ele acaba por tender também a uma elevação progressiva da taxa municipal sobre o consumo, que incide proporcionalmente mais sobre os mais pobres do que sobre os ricos, travando, por conseguinte, o avanço da redução das desigualdades na cidade.

De outro lado, o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) caminha no sentido contrário. Esse tributo é também de competência municipal, porém, não incide sobre o consumo, mas sim sobre o patrimônio. Diferentemente do ISS, o IPTU é progressivo e direto, uma vez que taxa os bens levando em conta a metragem e a localização do imóvel.

A vantagem do IPTU é que, levando em consideração suas duas variáveis (tamanho e região), ele tem a capacidade de garantir o princípio da seletividade. Isto é, garantir que a cobrança do tributo possa estar relacionada com a essencialidade do bem tributado, e, por conseguinte, à capacidade de pagamento da população. Em outras palavras, sendo o Imposto Predial e Territorial Urbano um imposto progressivo, ele pode variar de acordo com a capacidade de contribuição dos diferentes estratos da sociedade e servir como um mecanismo de redistribuição de renda e de acesso à cidade. Por exemplo, cobrando

significativamente mais de quem tem mais dinheiro, mora em uma casa maior e em uma região com mais infraestrutura urbana, e taxando menos IPTU de quem tem menos, mora em uma casa menor e numa região com menos infraestrutura.

Assim, esse imposto poderia ser ao mesmo tempo um importante ativo de promoção da equidade na cidade – cobrando mais de quem tem mais – e também auxiliar na ampliação das receitas do município. Mas, infelizmente, como ele não é entendido como tal, a Prefeitura de São Paulo não vem dando a devida atenção ao tema, e o sistema tributário municipal permanece contribuindo com as desigualdades no município.

Prova disso é o fato de, no final de 2017, a Prefeitura e a Câmara de Vereadores terem congelado a atualização dos valores do IPTU na cidade. Com essa medida, a gestão municipal aprofunda o abismo social que existe em São Paulo e perde a oportunidade de utilizar esse tributo como um mecanismo de combate às desigualdades. A próxima revisão dos valores do IPTU só pode ser atualizada em 2021.

Desse modo, o sistema tributário paulistano funciona hoje como “trava” para o desenvolvimento equitativo da cidade, em vez de ser um importante aliado na redução das desigualdades. Ainda, acaba por contribuir para o aprofundamento da violação do direito à cidade, uma conquista estabelecida e referendada na Constituição de 1988.

Se São Paulo dedicasse real empenho na redução das desigualdades, o sistema tributário do município deveria prever a redução progressiva das alíquotas de Imposto Sobre Serviço (ISS) para aumentar o poder de consumo dos mais pobres, e, ao mesmo tempo, ampliar significativamente as alíquotas do Imposto Predial e Territorial Urbano para as regiões mais nobres da cidade, e para os imóveis com metragens expres-

sivamente grandes, tributando assim os que mais podem pagar. Somado a isso, poderia ser também estruturado um grande plano de isenção de IPTU para as áreas mais pobres da cidade, o que contribuiria para o desenvolvimento econômico dessas regiões. Ainda nessa perspectiva, a ampliação das notificações de Imposto Predial e Territorial Urbano Progressivo (IPTU Progressivo) também deveria acompanhar essas medidas, buscando combater a especulação imobiliária.

Tudo isso colaboraria para o combate às desigualdades, não só pelo fato de se taxar mais os ricos, mas também porque seria possível, dessa maneira, ampliar significativamente a capacidade de arrecadação do município com base em impostos progressivos, o que contribuiria ainda para ampliar a capacidade de investimento da Prefeitura.

Não obstante, é importante mencionar que um dos papéis do poder público municipal na redução das desigualdades é justamente o de promover mecanismos de desconcentração de renda e patrimônio no grupo dos mais ricos. Para se ter uma ideia, corroborando com a proposta acima mencionada, ampliar significativamente a cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano dos mais ricos faria com que fosse taxada precisamente a parcela mais abastada da população paulistana, promovendo a justiça social. Segundo dados da Oxfam Brasil, atualmente, 1% de proprietários no município de São Paulo, o equivalente a 22.400 pessoas, concentram 25% de todos os imóveis registrados na cidade. Isso significa que cerca de 50% do valor imobiliário municipal (ou R\$ 749 bilhões) está concentrado nas mãos do 1% de proprietários da cidade. O que denota que este ínfimo grupo de proprietários possui, em valores imobiliários, uma média de R\$ 34 milhões por pessoa, cerca de 600 vezes mais do que a média nacional de distribuição de patrimônio no Brasil.

Em resumo, podemos concluir que o sistema tributário paulistano apresenta uma tendência de crescimento em impostos sobre o consumo, mas não eleva a tributação sobre patrimônio e não está cooperando para a redução das desigualdades, mas sim alimentando-as e produzindo mais concentração de renda.

Em segundo lugar, vale colocar em relevo a dimensão do sistema político e administrativo da cidade de São Paulo também como uma das “travas” para a redução das desigualdades. A Lei Orgânica do Município (LOM) preconiza em seu Artigo 2º, que faz parte dos princípios e diretrizes do município, “a garantia de acesso, a todos, de modo justo e igual, sem distinção de origem, raça, sexo, orientação sexual, cor, idade, condição econômica, religião, ou qualquer outra discriminação, aos bens, serviços, e condições de vida indispensáveis a uma existência digna”. E, para isso, é importante que o arranjo institucional paulistano colabore para o atingimento dessa diretriz. No entanto, não é por este caminho que a cidade tem avançado nos últimos anos.

Sabemos que, para a cidade conseguir progredir no caminho da redução das desigualdades, além da questão tributária já tratada acima, é imprescindível também ampliar e fortalecer os mecanismos de transparência, participação e controle popular da gestão dos recursos públicos. Nesse sentido, o arranjo institucional necessário para se alcançar tal objetivo seria aquele que apostasse em um modelo descentralizado, transparente e com forte controle e participação social.

Para isso, foram criadas em 2002 as Subprefeituras³, estruturas administrativas que tinham por objetivo descentralizar

³ Dada pela Lei n. 13.399, de 1º de agosto de 2002 (Projeto de Lei n. 546/01, do Executivo): dispõe sobre a criação de Subprefeituras no Município de São Paulo, e dá outras providências.

a gestão municipal e, com isso, aproximá-la da população. Algo extremamente lógico e razoável, dadas as dimensões tanto em extensão quanto em população da cidade de São Paulo - 1.500 km² e cerca de 12 milhões de habitantes, respectivamente.

As 31 Subprefeituras criadas tinham por atribuição, entre outras coisas: constituírem-se em instância regional de administração direta com âmbito intersetorial e territorial; e instituir mecanismos que democratizassem a gestão pública e fortalecessem as formas participativas em âmbito regional.

No interior de cada uma delas, a estrutura administrativa era formada, entre outros órgãos, pelas Coordenadorias de Ação Social e Desenvolvimento (responsável pelas ações nas áreas de trabalho, assistência social, abastecimento, esporte, lazer e cultura e atividades afins), Planejamento e Desenvolvimento Urbano (responsáveis pelo planejamento urbano, habitacional e dos transportes, controle e fiscalização do uso do solo, conservação e preservação do meio ambiente e atividades afins), Manutenção da Infraestrutura Urbana (responsável pela manutenção das vias públicas, da rede de drenagem, da limpeza urbana, a conservação de áreas verdes e de próprios municipais e atividades afins), Projetos e Obras Novas (responsável pela elaboração, execução e gerenciamento de projetos e obras novas, inclusive próprios municipais e atividades afins), Educação (responsável pela execução e gerenciamento dos serviços da área, além dos recursos humanos e financeiros da Educação e atividades afins), Saúde (responsável pelas ações de assistência à saúde, vigilância sanitária e epidemiológica, recursos humanos e financeiros da Saúde e atividades afins), e Administração e Finanças (responsável pela administração geral, orçamentária e financeira e de recursos humanos no âmbito das Subprefeituras, além de atividades afins).

Dessa forma, o que se colocou como novidade com a aprovação da Lei das Subprefeituras foi o fato de a cidade ter ganho um sentido concreto na sua gestão administrativa da cidade, que passou a ser determinantemente descentralizado e participativo. A ideia por trás da medida aprovada pela Prefeitura e pela Câmara de Vereadores em 2002 era a de que o governo central (Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais) teria um papel estratégico de planejamento integrado e formulação de metas, políticas e diretrizes para a cidade, mas em cada uma das subprefeituras espalhadas por todas as regiões de São Paulo haveria um conjunto de coordenadorias com capacidade de gestão local das principais políticas sociais no território, absorvendo suas mazelas, capacidades, características e vocações, e aproximando, assim, a população da gestão das políticas públicas nas diferentes regiões da capital. Com essa medida, o orçamento público tinha por objetivo também acompanhar o processo de descentralização, aproximando, igualmente, a população da gestão dos recursos públicos.

Porém, mesmo com toda essa estrutura montada, nos anos que se sucederam a partir de 2002 não houve avanço no sentido da descentralização. Pelo contrário, pouco a pouco, por decretos e outros mecanismos legais, a gestão municipal foi eliminando as coordenadorias das subprefeituras, e levou novamente a gestão das políticas públicas sociais e do orçamento para as estruturas centralizadas da Prefeitura (Gabinete do Prefeito e Secretarias Municipais).

Em resumo, ao longo dos últimos 15 anos, a cidade de São Paulo viveu um processo de centralização da gestão das políticas públicas, o que é prejudicial tanto do ponto de vista da redução das desigualdades quanto do ponto de vista de uma gestão mais democrática e transparente. Somado a isso, o or-

çamento público da cidade também sofre com os impactos da centralização da gestão municipal.

A Lei Orgânica do Município (LOM), em seu Artigo 137, define que “a Lei Orçamentária Anual (LOA) identificará, individualizando-os, os projetos e atividades, segundo a sua localização, dimensão, características principais e custo”. Isto é, a Constituição do município de São Paulo obriga que o orçamento municipal seja regionalizado, tornando-o transparente para a população e informando a localização exata da destinação dos recursos públicos.

É importante destacar que o disposto no Artigo 137 consta na Lei Orgânica do Município (LOM) desde os anos 90. Isso é um elemento de análise fundamental pelo fato de um dos pontos centrais para a redução das desigualdades na cidade ser justamente o de conseguir conter as assimetrias socioterritoriais da destinação de recursos públicos. A regionalização do orçamento público, por conseguinte, é condição básica para reduzir as desigualdades na cidade, em especial identificando a destinação dos investimentos, e orientando-os para aquelas regiões que mais precisam. Isto é, aquelas regiões em que prevalecem os piores indicadores sociais e os mais precários registros de infraestrutura urbana e de equipamentos e serviços públicos.

No entanto, mesmo essa normativa constando originalmente na Lei Orgânica do Município (LOM), todos os governos municipais e vereadores da cidade a ignoram. Para se ter uma noção do grau de descumprimento dessa normativa, entre os anos de 2014 e 2017 foram gastos cerca de R\$ 65 bilhões pela Prefeitura nas áreas sociais, mas apenas R\$ 2 bilhões foram devidamente regionalizados. Isso significa que, dos cerca de R\$ 50 bilhões de gastos municipais que poderiam ter sido regionalizados nesse período, a gestão municipal não informou à população a destinação de tais recursos.

Perfazendo este ponto da análise, conclui-se que o arranjo institucional paulistano que se encontra hoje centralizado e não descentralizado, e, ainda, a não regionalização dos gastos públicos como determina a Lei Orgânica do Município (LOM), estimulam o aprofundamento das desigualdades na cidade. Pois somente com uma gestão territorial das políticas públicas, somada à transparência da destinação dos recursos municipais por região, é que se pode conferir algum nível de insuspeição a medidas que tenham por objetivo a promoção da igualdade no município. Do contrário, a fiúza de toda e qualquer proposta para a redução das desigualdades se torna débil.

Soma-se a isso o fato igualmente preocupante de que, nos últimos anos, espaços fundamentais de participação popular e controle social estarem sob nítido ataque, como é o caso dos Conselhos Participativos Municipais (CPM) e do Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento Participativo (CPOP). Ambos sofreram profundos revezes com relação ao seu funcionamento ao longo do ano de 2017.

Os Conselhos Participativos Municipais (CPM), criados em 2013, tiveram seu decreto de constituição alterado pela gestão municipal, o que reduziu o número de conselheiros praticamente pela metade. Inicialmente, eram mais de mil e cem conselheiros, mas, com o decreto editado em 2017, eles passaram para pouco mais de quinhentos. Fora essa redução drástica, o sistema de eleição dos mesmos foi também alterado para pior, e a participação da população na escolha desses representantes da sociedade foi igualmente prejudicada.

Na mesma esteira de reflexão, o Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento Participativo (CPOP) foi extinto, também por decreto, em 2017. Ele era o principal – para não dizer o único – espaço qualitativo de participação e controle popular do orçamento público. Formado por representantes das 32 Subprefeituras da cidade, seu papel era o de fiscalizar,

acompanhar e propor projetos e outras melhorias para a destinação dos recursos públicos nos territórios.

O que chama a atenção nos dois casos é o fato de ambos os espaços de participação e controle popular terem sido imensamente prejudicados por medidas estabelecidas por meio de decretos da Prefeitura de São Paulo, sem o devido diálogo com a população e, ainda, sem nenhuma justificativa plausível ou razoável, que avaliassem, de alguma forma, tais mudanças. Isso mostra que a gestão municipal atual não se preocupou, pelo menos na primeira metade de seu governo (2017-2020), com a transparência, o controle social e a participação popular.

Dessa forma, sem ter a pretensão de esgotar a discussão, ou mesmo de apresentar todos os elementos de análise, nosso objetivo nessa breve introdução foi o de pôr em relevo alguns dos subsídios fulcrais que caracterizam determinadas “travas” elementares na cidade para se avançar numa agenda para a redução das desigualdades, fundamentalmente com relação aos sistemas tributário, político, administrativo e de participação social. O que, a nosso ver, são pontos basilares para o combate às desigualdades.

Essas são algumas das principais razões para que a cidade não reúna as condições necessárias hoje para a concretização de medidas que possam viabilizar um enfrentamento real às desigualdades. Para que isso se torne realidade, precisamos de outro sistema tributário (mais progressivo e direto), com mecanismos de redistribuição de renda e combate à concentração de patrimônio, e de um arranjo institucional que propicie a transparência, a participação popular, a gestão territorial e descentralizada das políticas públicas, e um orçamento público devidamente regionalizado.

1. A Desigualdade em São Paulo

A cidade de São Paulo atingiu patamares alarmantes de desigualdade. O município convive historicamente com rea-

lidades absolutamente distintas entre quem vive em áreas nobres e centrais da capital, e aqueles e aquelas que habitam as periferias e regiões mais pobres. Não é justo, e muito menos natural, que a localidade onde se nasce e vive na cidade seja tão definidor da vida dos paulistanos como é hoje.

É como se a loteria biológica da vida fosse marcadamente determinada pela dinâmica desigual da cidade. Tudo muda a depender de qual região de São Paulo você nasce ou constrói sua trajetória.

Para se ter uma dimensão do tamanho desse verdadeiro abismo social, vale levantar alguns dados para aprofundarmos nossa análise sobre a realidade da cidade. Por exemplo, segundo dados do Mapa da Desigualdade da Rede Nossa São Paulo, publicado em 2017, uma pessoa moradora do Jardim Ângela, na zona sul da capital, vive em média 55 anos, enquanto quem mora em uma das regiões mais nobres da cidade, conhecida como Jardins, vive em média até os 80 anos. São 25 anos de diferença no tempo médio de vida que são retirados da população periférica.

Esse dado é grave, inaceitável e extremamente significativo da realidade dos paulistanos e paulistanas. Confiscar 25 anos de vida dessa parcela da população revela o peso e a dimensão da desigualdade em São Paulo. Mas não é só isso. Outros dados também revelam o tamanho do problema. Um deles diz respeito a essa população que vive, em média, 25 anos menos do que aqueles que moram nos bairros nobres da cidade.

Sobre isso, é preciso destacar o recorte de cor desses moradores. Nas regiões centrais da capital, mais ricas e com maior infraestrutura urbana, a taxa da população negra em relação aos brancos não chega a 20%. No entanto, quando saímos do centro expandido e vamos para o começo das periferias, o percentual de negros e negras sobe para 40%. E, ainda, quando

vamos para os extremos da cidade, em especial para os fundos das regiões leste e sul, observamos que essa população passa de 50%.

Isso revela que o confisco do tempo de vida média dos moradores da periferia não tem um recorte apenas territorial, mas também de cor. É a população branca, majoritária nas áreas nobres da cidade, que vive em média 20 anos a mais do que a população das periferias, que é em sua maioria composta por negras e negros.

Outro aspecto que precisa ser destacado são os níveis de acesso a emprego e renda nessas regiões, analisando, justamente, aqueles em que prevalece a população negra da cidade. Por exemplo, nos extremos das regiões sul e leste, a remuneração média dos trabalhadores com emprego formal não passa de R\$ 1.700,00, enquanto na região oeste da cidade a média de remuneração é de R\$ 3.800,00. Isto é, mais que o dobro. Da mesma forma, a disponibilidade de postos de trabalho também acompanha a desigualdade da cidade. Nos extremos das zonas leste e sul, a cidade proporciona apenas dois empregos formais para cada 10 habitantes economicamente ativos, enquanto na região central há mais de 50 postos formais de trabalho para cada 10 habitantes economicamente ativos, o que representa uma diferença de mais de 25 vezes.

As desigualdades de emprego e renda em São Paulo são acompanhadas de dados que também revelam as desigualdades com relação à violência na cidade. E é preciso reforçar o óbvio: uma coisa está diretamente ligada à outra. Quero dizer, a desigualdade gera a violência.

Para se ter uma dimensão do que isso representa em números, é preciso destacar que no Itaim Bibi, área nobre da cidade, a taxa de homicídio juvenil em 2017 era zero na faixa etária de

15 a 29 anos, enquanto no distrito do Itaim Paulista, zona leste da cidade, esse indicador subia para 66 homicídios de jovens de 15 a 29 anos para cada porção de 100 mil habitantes. Inaceitável!

Números bastante semelhantes se expressam nessa conta quando comparamos também as taxas de homicídios entre adultos. Enquanto em Perdizes, área nobre da capital, a taxa de homicídio de adultos era zero em 2017, no distrito do Jd. São Luís, zona sul da cidade, esse indicador se elevava a 22 homicídios para cada 100 mil habitantes.

Assim, nota-se que os indicadores que abrangem questões relacionadas ao tempo médio de vida, violência, renda e oferta de emprego formal, deflagram a profunda desigualdade entre o centro e a periferia de São Paulo. E, não só isso, revelam também uma desigualdade entre a população negra e branca, que caracterizam essas regiões. É patente, a partir desses dados, que a população da periferia, majoritariamente negra, é quem vive menos, sofre mais com a violência, tem menor renda e também tem menos acesso a postos formais de trabalho. Em resumo, as regiões periféricas dos extremos sul e leste da cidade têm proporcionalmente o dobro de negros do que as regiões centrais; suas populações vivem em média cerca de 20 anos a menos do que quem vive em áreas nobres; têm 25 vezes menos postos de trabalho perto de casa do que os moradores do centro; ganham menos da metade em remuneração do emprego formal do que quem mora na zona oeste; e sofrem imensamente mais com a violência do que quem vive nos distritos centrais da cidade.

Dessa forma, podemos traçar aqui uma evidente dinâmica da capital paulista, que é a dinâmica da exclusão. Mas não é qualquer exclusão. É uma exclusão direcionada para os mais pobres, negros e periféricos. Essa é a realidade de São Paulo.

Essa é a São Paulo que poucos veem. Mas é exatamente essa a São Paulo que está bem diante de nossos olhos. Uma cidade muito rica, porém desigual.

Nesse sentido, cabe refletirmos aqui sobre os fatores que nos levam a tal dinâmica. Muitas pessoas alegam que a desigualdade de São Paulo é fruto de uma cidade muito grande que cresceu de forma rápida e sem planejamento. Isto é, a responsabilidade de termos atingido patamares tão elevados de desigualdade seria a da falta de planejamento urbano.

No entanto, os dados aqui apresentados mostram que, ao contrário, a desigualdade não pode ser explicada pela ausência de planejamento, mas sim pela sua presença. A desigualdade em São Paulo é simétrica. Ela se expressa em todas as áreas de políticas públicas, sempre marcada pelo mesmo eixo centro-periferia – lembrando que esse eixo é também caracterizado pela relação entre a população branca-negra, rica-pobre etc. Assim, não houve em São Paulo um processo de “não planejamento”, pois, se assim fosse, os indicadores ora levantados demonstrariam certa confusão territorial ao serem analisados no contexto da cidade. Na realidade, a partir da análise dos dados, nos parece que a desigualdade em São Paulo seguiu algum planejamento. Um planejamento urbano que tinha por objetivo justamente o de construir uma cidade na qual a população branca e rica pudesse desfrutar de regiões centrais com boa infraestrutura urbana, acesso a emprego e serviços e também com ótimos indicadores sociais, ao passo que a população trabalhadora, majoritariamente negra e pobre, fosse relegada à periferia da cidade, com pouca infraestrutura urbana e trágicos indicadores sociais e econômicos.

À vista disso, o que se coloca nesta análise é o fato de os dados aqui apresentados nos orientarem a uma reflexão no sentido de que a dinâmica da desigualdade em São Paulo é forjada no eixo centro-periferia em todos os seus indicadores.

O que nos leva a crer que a dinâmica da desigualdade na cidade é, na realidade, fruto sim de um planejamento. Isto é, a desigualdade em São Paulo é um projeto político. Ou melhor, um projeto de cidade que tem por objetivo justamente manter longe do centro e das áreas nobres e mais estruturadas a população pobre, negra e trabalhadora. A cidade foi planejada para ser assim, e não o contrário. A forma e o tamanho da desigualdade em São Paulo chama a atenção para o fato de que precisamos problematizar o discurso predominante sobre as razões da desigualdade na cidade. Será que os níveis de desigualdade em São Paulo demonstram que o planejamento e o projeto de cidade “deram errado”, e por isso o abismo social que vemos hoje? Ou será que a dinâmica da desigualdade na cidade, que segue um padrão simétrico no eixo específico centro-periferia, confirma a ideia de que a cidade “deu certo”, porque ela foi pensada e planejada para ser assim? Quem planeja a cidade? Quem não planeja a cidade? É mera coincidência o fato de as regiões que têm os piores indicadores sociais, pior infraestrutura urbana, concentrarem a maior parte da população negra da cidade e também os mais pobres, estarem sempre longes do centro? Porque as áreas chamadas de “nobres” da cidade não têm essas mesmas características? Será que faltou mesmo planejamento em São Paulo que justifique uma desigualdade tão bem desenhada no espaço urbano? Por que o planejamento de São Paulo conferiu tantos privilégios às regiões centrais?

O planejamento urbano sempre responde aos interesses de quem planeja a cidade. A simetria da desigualdade sobre o eixo centro-periferia se destaca pelo fato de parecer ser desenhada à mão, precisamente construída na cidade, e com uma precariedade urbana endereçada às periferias. As desigualdades em São Paulo seguem um padrão, e é isso que precisamos observar com atenção. Não houve falta de planejamento em São Paulo, a cidade foi planejada para ser assim, desigual.

2. Desigualdade e Mobilidade Urbana

Isso posto, destaca-se nesta análise o fato de que com tais níveis de desigualdade na cidade, as diferentes políticas públicas – para não dizer todas elas – passam a sofrer com essa determinação desigual. Isto é, elas passam a se comportar de maneira desigual nas diferentes regiões da cidade, e, logo, passam a promover níveis de qualidade de vida igualmente desiguais nessas regiões.

Um dos recortes de políticas públicas que podemos fazer para analisar esse fato é o da mobilidade. Segundo a pesquisa de mobilidade urbana da Rede Nossa São Paulo, publicada em 2017, notamos que o ônibus é a principal forma de locomoção em São Paulo, utilizada por 47% da população. Em segundo lugar está o carro, utilizado por 22%. E em terceiro lugar o metrô, com 13%, seguido pelo deslocamento feito exclusivamente a pé, com 8%.

No entanto, quando analisamos esses dados por região, observamos que os diferentes tipos de transporte na cidade são utilizados de maneira bastante diferente pela população. Na zona oeste, por exemplo, 36% dos moradores afirmam utilizar o ônibus como meio de transporte principal, enquanto no extremo norte e sul da cidade o ônibus é a principal forma de locomoção para 60% de seus moradores. Já o carro segue uma tendência inversa. Enquanto 38% dos moradores da zona oeste o utilizam com maior frequência, apenas 12% o utiliza no extremo sul de São Paulo.

Quando observamos os tempos de deslocamento, a dinâmica desigual da cidade se impõe novamente. Na média da cidade os paulistanos passam 2h53min por dia parados no trânsito, independentemente do meio de transporte que utilizam. Isso significa que, em média, todo paulistano passa 25 dias do ano parado no trânsito de São Paulo.

Porém, se analisarmos o tempo perdido no trânsito em cada uma das regiões da cidade, os valores são diferentes. Por exemplo, os moradores da região central gastam em média 2h22min diários no trânsito, enquanto quem vive no extremo leste da cidade perde 3h26min por dia em seus deslocamentos. Ou seja, literalmente uma hora a mais. E, ainda, quem mora na região oeste passa 2h13min do dia no trânsito, mas quem vive no extremo sul de São Paulo tem 3h00min do seu dia consumidos pela mobilidade na cidade.

Isso significa que, se traduzirmos o tempo gasto no trânsito da cidade em dias do ano, quem mora no centro perde em média 22 dias parado no trânsito de São Paulo, mas quem mora no extremo leste da cidade perde 32 dias. Quem mora na zona oeste perde em média 21 dias ao ano se deslocando pela cidade, mas quem mora no extremo sul perde 30 dias. Ou seja, quem mora nas periferias das regiões sul e leste da cidade tem mais de uma semana a mais por ano consumido pelo trânsito de São Paulo do que aqueles que vivem nas regiões mais centrais.

Fora o gasto de tempo com o trânsito ser bastante diferente entre as regiões centrais e periféricas da cidade, o impacto do custo com transporte também varia de maneira diferente para as duas regiões. Por exemplo, apenas 6% dos moradores da zona oeste da cidade dizem que sempre deixam de fazer consultas médicas ou realizar exames por conta do preço da passagem do ônibus. Mas nas regiões leste e sul esse percentual praticamente dobra e sobe para 14% dos moradores da zona leste e 11% dos moradores da zona sul. Isso significa que o peso do preço da passagem de ônibus impacta duas vezes mais as regiões periféricas de São Paulo do que as regiões mais centrais, quando o assunto é deixar de fazer consultas médicas ou realizar exames.

E, ainda, o impacto do preço da passagem sobre a frequência com que a população vai a atividades culturais e de lazer

na cidade também é grande. Apenas 8% dos moradores da zona oeste dizem que deixam de ir a parques, cinemas e outras atividades de lazer por conta do custo da passagem de ônibus, mas esse percentual sobe para 20% quando analisamos as respostas dos moradores da zona sul de São Paulo.

É importante destacar que a mobilidade urbana é um direito fundamental e que é ela que permite que a população acesse e desfrute da cidade, tanto com relação ao trabalho quanto com relação à cultura e lazer. Dessa forma, uma cidade extremamente desigual como São Paulo acaba por criar barreiras para que a parcela mais pobre e periférica da população possa circular por ela. Violando, dessa maneira, o direito à cidade.

Os dados aqui apresentados, que escancaram a desigualdade em São Paulo e demonstram o impacto na política de mobilidade urbana, poderiam ser também encontrados em qualquer outra área de política pública. Em qualquer um dos temas (saúde, educação, cultura, assistência etc.) é possível observar a severa desigualdade que acomete São Paulo e como ela impacta diretamente a qualidade de vida dos paulistanos e paulistanas.

É precisamente este o ponto focal da análise. Enquanto São Paulo continuar a conviver com patamares tão elevados de desigualdade, a qualidade de vida da população vai ser sempre radicalmente diferente a depender da região em que se vive na cidade.

O que precisamos é de um outro projeto de cidade, que se dedique a resolver essas questões, reduzindo os níveis de desigualdade da cidade e permitindo que toda a população, em especial aquela que vive nas periferias, tenha iguais condições de vida. Para conquistarmos níveis de qualidade de vida em São Paulo maiores e mais equilibrados, fazendo com que a ci-

dade seja boa para todas e todos, e não boa apenas para uma minoria, é fundamental que seja compreendido e encarado de frente por toda a sociedade o fato de que a maior parte da população vive em condições bastante precárias quando o assunto é qualidade de vida e direito à cidade.

É combatendo o projeto de cidade hegemônico hoje em São Paulo que conseguiremos construir uma outra cidade. O caminho é a redução das desigualdades, e a igual redução dos privilégios daqueles que podem desfrutar de São Paulo. É colocando a periferia no centro das tomadas de decisão da cidade e também no centro da ação governamental que poderemos ver nascer uma cidade mais justa, humana e popular.

Pelo fim das desigualdades. Pelo fim dos privilégios. Por uma outra São Paulo. Uma cidade para o povo.

Questões para reflexão

Dentro deste panorama da cidade:

1. O que é feito hoje e o que pode ainda ser feito pelas pastorais e movimentos sociais no sentido de reverter a situação de exclusão de pessoas do direito à cidade?
2. Como são acolhidos e se poderia acolher os/as migrantes em sua condição de busca por dias melhores para si e suas famílias na cidade de São Paulo?

Referências bibliográficas

- OXFAM BRASIL. A distância que nos une. São Paulo: Brief Comunicação, 2017
- REDE NOSSA SÃO PAULO. Mapa da Desigualdade. São Paulo: 2017
- REDE NOSSA SÃO PAULO. Pesquisa Mobilidade Urbana. São Paulo: 2017

Sites indicados

<http://saopaulo.dieese.org.br>

<http://www.saopaulo.sp.leg.br/institucional/cteo/boletins-e-outros-documentos>

<https://www.nossasaopaulo.org.br>

<https://www.oxfam.org.br>



SEÇÃO II
BÍBLICO-TEOLÓGICA



1. Migrantes em terra estrangeira: Rute, a moabita

Odja Barros¹



A rota da fome – imagens de venezuelanas migrando rumo à fronteira de Boa Vista

Introdução

As irmãs Cora Freites, de 58 anos, Carmen Freites, 51, e Elia Tarazona, 43, decidem, às 8h do dia 21 de fevereiro, descer a pé a serra de Pacaraima, que dá nome ao primeiro município brasileiro na fronteira com a Venezuela. De lá até Boa Vista – destino final da viagem – são 215 quilômetros na BR-174, uma rodovia isolada no meio da selva amazônica, estreita, cheia de curvas sinuosas e buracos mal tapados. “De manhã, nos deram pães, mas refeições não fazemos desde sexta [16]”, diz Carmen.

Cora, Carmen e Elia, irmãs venezuelenas que migram fugindo da fome e em busca de vida melhor. Histórias como estas marcam hoje o movimento migratório ao redor do mundo. São 200 milhões de pessoas que se movem buscando sobre-

¹ Odja Barros é pastora batista, assessora do Centro de Estudos Bíblicos (CEBI) e coordenadora do Grupo de leitura popular e feminista da Bíblia Flor de Manacá. Doutoranda em Teologia pela Escola Superior de Teologia EST-RS.

vivência e vida melhor. A crise migratória tem assustado os chamados países desenvolvidos que, tomados pela xenofobia, têm fechado suas fronteiras para os migrantes.

Segundo as Nações Unidas, quase 50% das pessoas migrantes são mulheres e a feminização da pobreza do terceiro mundo aponta uma tendência de inversão: As mulheres superarão os homens nas contínuas ondas migratórias pelos países desenvolvidos em busca de sobrevivência.²

A abordagem do curso de verão 2019 enfrenta o desafio de refletir sobre o tema: POR UMA CIDADE ACOLHEDORA: SOMOS TODOS/TODAS MIGRANTES na busca de contribuir com novas análises interpretativas sobre a realidade dos movimentos migratórios que desafiam a sociedade e a igreja a uma resposta política e pastoral que visem se solidarizar, organizar e fortalecer as comunidades migrantes em nossas cidades.

A América Latina foi fruto de sucessivas ondas migratórias em seus mais de 500 anos de história. Fruto de processos violentos de conquista e colonização, a América Latina foi território alvo da lógica colonizadora dos impérios europeus, que produziu movimentos migratórios forçados, tanto de entrada como de saída. Hoje, em pleno século XXI, novos movimentos e reestruturações territoriais estão em curso. As políticas econômicas do capitalismo global forçam novas ondas migratórias. Grupos humanos e comunidades migratórias buscam fugir da fome, da guerra. Buscam vida melhor em outros territórios.

É neste sentido que iniciamos este texto trazendo as experiências de mulheres migrantes da Venezuela que caminham em busca de vida melhor. A acolhida à pessoa estrangeira é um testemunho evangélico (Mt 25,36). O Brasil,

² Dados extraídos da Revista Ribla 63. Quito, 2009-2 – Por um mundo sin muros: Biblia e Migración, p. 6.

assim como outros países, tem recebido nos últimos anos pessoas oriundas de muitos lugares. Migrantes e refugiados optam pelo Brasil porque consideram nosso país como um lugar caracterizado por um espírito acolhedor e com perspectivas de futuro. É com esperanças que vêm para cá pessoas do Haiti, Senegal, Síria, Bolívia, Peru, Congo, entre outros países. Mais recentemente, a complexa crise migratória venezuelana, que vem sendo manipulada por vários interesses, nos desafia a pensar sobre o desafio de confirmar a nossa “fama” de ser um povo e uma nação acolhedora a todos os povos. Somos ou não somos uma casa comum para todas e todos? Cremos ou não em um mundo sem muros e sem fronteiras?

1. Rute, a moabita

*Os povos migram, os textos também.
A memória migra, Deus também!*
Nancy Cardoso

É a partir da chave bíblica do livro de Rute, a moabita, que buscaremos iluminar nossas conversas e reflexões. Cada pessoa ou grupo que lê o livro de Rute lança olhares e vai descobrindo coisas novas a partir de seu contexto de vida. Lendo o livro com um grupo de mulheres pobres da periferia, elas enxergaram na luta de Rute e Noemi sua própria luta de mulheres pobres e exploradas. Lendo a mesma história com o grupo de movimento sem-terra, ouvimos a fala de um militante: “Este livro mostra como a gente deve lutar pela terra!” Outros, que não gostam de lutar, disseram assim: Está vendo? Temos que confiar em Deus e deixar tudo por conta dele. No fim tudo vai dar certo! “Lendo o texto com um grupo de estudos feministas da Bíblia, uma delas disse: Rute e Noemi nos ensinam a subverter a ordem para garantir nossa voz e nosso direito”. Lendo a mesma história com um grupo de homens eles descobriram: “Vejam como Boaz é um homem que assume um modelo novo

de masculinidade, de sensibilidade e cuidado!” Em nosso caso, enxergaremos em Rute e Noemi, duas mulheres migrantes que caminham em busca de pão e de vida melhor. Situação semelhante a das irmãs venezuelanas acima retratada.

O livro de Rute é uma novela bíblica de sentidos escondidos, ocultados. É novela que retrata em personagem e tramas a história de um povo. Mas, para descobrir estes sentidos é preciso entrar no texto com sensibilidade aguçada. Precisamos colocar todo o nosso corpo, nossa história, nossos sentidos, realidade e imaginação. Buscaremos entrar na trama dessa novela bíblica, buscando chaves interpretativas que nos ajudem a iluminar a realidade dos dias atuais e os desafios que nos trazem as comunidades migrantes ao redor do mundo.

O livro de Rute é o retrato de uma situação que, a despeito das distâncias de tempo e ambiente, continua a mesma: a concentração de riquezas em algumas partes do mundo força a migração de milhões de pessoas em busca de formas de sobrevivência. É a partir dessa chave interpretativa que leremos o livro de Rute.

Como ler a Bíblia a partir da realidade das pessoas migrantes? Como ler a Bíblia criando hermenêuticas alternativas que desfaçam os equívocos da leitura convencional da religião bíblica como religião de identidade étnica fechada? Como ler o livro de Rute desde a perspectiva dos povos que migram?

A história do povo contada a partir da história de mulheres migrantes

As mulheres representam um dos grupos mais desprotegidos nas estruturas sociais e econômicas da época bíblica. A situação das mulheres era de maior vulnerabilidade econômica, pois não eram consideradas cidadãs para acessar nenhum direito. Logo se não tivessem um pai, um marido ou filhos homens, perdiam completamente o acesso a algum tipo de direito. Os enredos evidenciam e denunciam que os sistemas

sociais e econômicos da época, assim como nos dias atuais, servem mais para favorecer os “fortes” e não os “fracos” de uma sociedade. Também revelam que os sistemas legais, mesmo que originalmente pretendiam garantir igualdade e justiça, havia caducado ou eram manipulados por manobras dos “donos do poder”. O nosso objetivo, resgatando essa memória bíblica do livro de Rute, é deixar que a narrativa da história possa trazer à tona a realidade que formou o pano de fundo do livro de Rute, com destaque para a situação do povo que vivia em constante migrações em busca de pão e de vida melhor.

A partir da chave interpretativa da migração, a novela de Rute poderia ser resumida em três cenas ou atos:

Primeiro Ato – A família de Elimelec migra de Belém para Moabe em busca de vida melhor. (Rute 1)

Segundo Ato – Rute, a moabita, migra para Belém em busca de vida melhor. (Rute 2 e 3)

Terceiro Ato – Rute, a moabita, resgata o nome e a herança de Elimelec e a devolve a Noemi. (Rute 4)

Podemos descrever rapidamente o enredo que envolve a história dessas duas mulheres como protagonistas: Noemi e sua nora Rute. Nelas estão representadas a história do povo, suas crises, conflitos e suas esperanças. Noemi, uma mulher de família tradicionalmente israelita, vivia feliz com seu marido Elimelec e seus dois filhos: Maalom e Queliom. Uma grande seca se abateu sobre Belém de Judá, sua terra natal, e a família resolveu ir morar na terra de Moabe, em busca de uma vida melhor. Tudo transcorria bem até que morre Elimelec e Noemi fica viúva. Mas ainda lhe restaram os filhos, para cuidarem dela, dando-lhe segurança. Os filhos casaram com mulheres moabitas, uma chamava-se Orfa e a outra Rute. A vida dessa família transcorria normal até que morreram também os filhos Maalom e Queliom, ficando Noemi e suas duas noras desamparadas. Noemi decidiu então voltar para sua terra e

pediu às duas noras que retornassem à casa de suas mães, pois ela não teria mais nada o que oferecer. Orfa decidiu seguir o conselho da sogra, mas Rute, ao contrário, decidiu seguir com Noemi. Após despedirem-se de Orfa, as duas viajaram juntas e estabeleceram-se em Belém. Era tempo de colheita de trigo e cevada e Rute foi respigar nos campos (catar as sobras que caíam durante a colheita e que, por Lei, deviam ser deixada para os pobres recolherem). Com essa atividade Rute poderia sobreviver à fome, mas não significava viver com dignidade. Noemi lembrou que tinha um parente rico, Boaz, cujo nome significava “força”. Um homem muito rico e muito sábio. Rute foi respigar no campo que pertencia a Boaz. Era costume entre os israelitas, para preservar sua própria linhagem, que o parente mais próximo deveria desposar a jovem viúva, da qual dependiam as esperanças de resgate da terra – herança da família. Então, quando Noemi lembrou que Boaz era seu parente e que por já ter muita idade, ele não desejaria se casar com ela, pensou que Rute podia ocupar o seu lugar. Bem orientada por Noemi, Rute executa o plano traçado para ter uma noite com Boaz na Eira (celeiro onde se armazenava a colheita) e assim forçar Boaz a tornar-se seu resgatador (Goêl). Ao acordar e ver que era Rute que havia estado com ele, louvou sua atitude e não negou que seria ele um possível resgatador para ela, mas que havia um resgatador mais próximo a quem Boaz devia procurar diante do Conselho da cidade para resolver a questão de quem assume o resgate das terras de Elimelec. O resgatador mais próximo (chamado na narrativa apenas de certo fulano) nega-se a ser o resgatador depois de saber que, resgatando as terras, deveria também casar-se com Rute. Com a recusa dele, Boaz torna-se o resgatador legítimo de Rute e, casando-se com ela, restaura o direito do falecido Elimelec sobre sua herança. Assim, seu nome não mais seria cortado do meio de sua comunidade e de seu povo e, outra vez, a herança volta para casa de Noemi. Rute concebe um filho e a história termina com a lou-

vação das mulheres a Noemi: “Louvado seja o Senhor que não a deixou sem resgatador! Que o seu nome seja celebrado em Israel! O menino lhe dará nova vida e as sustentará na velhice, pois é filho da sua nora que a ama e que é melhor do que sete filhos!” (4,14).

O livro de Rute e o período do Pós-Exílio

“No tempo em que os juízes governavam...”. Assim inicia o livro de Rute, deixando o tempo de juízes como referência da história. O tempo dos Juízes, neste caso, é a memória que o grupo que escreve o livro vai resgatar. Para este grupo, o tempo dos Juízes constitui-se o modelo de sociedade que deve ser construída e vivenciada. As pesquisas em torno da possível data que foi escrito o livro de Rute situa sua última redação entre os anos 536 e 400. Época do Pós-Exílio. Logo, para entender melhor a mensagem do livro de Rute é necessário conhecer a história pós-exílica e a história dos diferentes períodos e modos de dominação vividas pelo povo.

Ao percorrer a história do povo de Deus, ao longo da Bíblia, percebemos diferentes momentos de dinâmica social e econômica decorrentes das diferentes políticas de dominação aplicadas pelas potências dominantes. Num olhar panorâmico podemos destacar alguns desses momentos históricos até chegar no pós-exílio:

Sociedade tribal – baseada no conceito de clã, família e comunidade

A família bíblica possui sentido amplo, que abrange parentes em diversos graus. Várias famílias constituem um clã, e muitos clãs formam uma tribo. Esse é o sistema original de Israel. Sistema muito evocado na mensagem dos profetas. A sociedade tribal não possuía um Estado central para intervir nas relações sociais, políticas e econômicas. As questões jurídicas eram resolvidas em família, como a divisão/distribuição

das terras entre Abraão e Ló (Gn 13,7-9). O juramento mútuo garantia a aliança. A economia se baseava na produção e consumo coletivos, com festa e queima das sobras, como ilustra a celebração da Páscoa (Ex 12,1-10). A religião é familiar, o patriarca exerce o sacerdócio e mantém a aliança com o Deus do clã, como Abraão ao construir altares (Gn 12,6-9).

A sociedade tribal é unida por laços sanguíneos e, sobretudo, por laços afetivos. Os eventos mais celebrados são os que unem a família como: nascimento, circuncisão, casamento e morte. Valores como a honra e o respeito são sumamente valorizados. A Lei da hospitalidade é sagrada, e o hóspede é considerado um mensageiro divino. Quando a fome atingia todos, inclusive o patriarca, como no caso de Isaac (Gn 26,1), a mulher possuía autonomia para exercer o trabalho, a exemplo da pastora Raquel (Gn 29,9). Neste sistema, o poder circulava entre as pessoas. A fraternidade e a sororidade eram fundamento das relações. Sem o Estado centralizador, a liderança era exercida por uma pessoa carismática. Esta função foi atribuída aos juízes de Israel, que eram lideranças populares e carismáticas. Seu serviço incluía todos os poderes: julgar, governar e fazer respeitar as leis.

Sistema nacional-monárquico – Imitação do Egito

Trata-se de um poder piramidal, centralizador, com concentração nas mãos do rei ou faraó. O Egito empregou este sistema ao longo de séculos, com sucessão de mais de trinta dinastias, geralmente passando o poder de pai para filho. O soberano era uma espécie de filho de Deus. Israel imitou/copiou esse sistema nas pessoas de Saul, Davi e Salomão, e depois, nos reis que se sucederam, após a divisão entre reino de Israel, do Norte e reino de Judá, do Sul. Na Monarquia, o Estado se consolidou como única instância jurídica e política. O clã foi superado. A economia se baseava no tributarismo, ou seja, no pagamento de impostos, em forma de produtos. O Estado

dominava o comércio, principalmente a produção do trigo. O santuário e o templo eram do rei, e o próprio Deus passou a ser manipulado pela religião. Para se ter uma ideia sobre o sistema monárquico, basta ler o texto que se refere aos “direitos do rei”, em 1 Sm 8,10-18. O texto aparece como um alerta do profeta Samuel contra os perigos desse sistema. As denúncias aos desmandos da monarquia são constantes em toda a pregação profética.

Sistema de deportações – Modelo assírio-babilônico

Consistia em conquistar um povo e dominá-lo por meio de exército e impostos. Caso houvesse rebeliões, aumentavam os impostos e a violência militar. Persistindo as revoltas, seguiam as deportações, com baralhamento dos povos, exilados para regiões diversas. Israel foi vítima desse sistema, que causou várias deportações, e culminou com o chamado exílio babilônico (2 Rs 25,8-12). Para conhecer os horrores deste sistema, basta ler o Sl 137 ou o livro de Lamentações. Também é conhecida a retomada profética para a libertação, por exemplo, no chamado, segundo Isaías (Is 40-55).

Sistema de repatriamento – Descentralizar para controlar mais

Provém do Império Persa. Os persas organizaram o Império em províncias (satrapias), para distribuir o poder e estreitar o controle. Aperfeiçoaram o sistema tributário, com a unidade da moeda. Para adquirir dinheiro, era necessário produzir para vender, o que gerava dívidas, penhor e escravidão. A política persa possibilitou a volta dos judeus do exílio, bem como a reconstrução do Templo e a retomada da religião bíblica, mas gerou a imitação política, com a união do trono e do altar (Esd 3,7-10) e um fechamento nacionalista concentrado no Templo, e baseado na pureza étnica, a ponto de expulsar as mulheres estrangeiras (Esd 10,7-14).

Sistema helenista – globaliza a cultura pela filosofia e pela ideologia

O projeto helenista se organizou em torno da cidade livre (pólis). A cidade concentrava os cidadãos e, conseqüentemente, marginalizava a classe escrava, as mulheres, as crianças e as pessoas com qualquer deficiência. A ideologia que dava sustentação a esse Estado era materialista e dualista. Tinha como base a filosofia grega, com características, como universalismo, humanismo e racionalismo. O sistema helenista teve muita influência sobre a cultura ocidental, principalmente sobre o Cristianismo, mas recebeu forte oposição e resistência judaica, na época conhecida como dos Macabeus (1Mac 1,1015). Também o livro do Eclesiastes mantém aguda crítica aos governantes helenistas.

Sistema romano – pela ideologia da paz, leva ao extremo o modelo imperialista e dominador

Como uma máquina de dominação, o Império Romano se organizou com imperador, senado, legados ou procônsules, procuradores, rei, sinédrio, sumo sacerdote, escribas etc. Sobre Israel implantou-se uma monarquia, com o Rei Herodes, dentro de um Império, o romano. Os dois suportes da dominação foram aperfeiçoados, o exército e o tributo. A ideologia que dava sustentação a esse Estado imperialista era a da paz, conhecida como *pax romana*. Propagava uma religião com muitas divindades, todas vivendo num panteão, com hierarquia, mas em harmonia entre os deuses em suas diversas classes. Era a paz dos deuses (*pax deorum*). Se os deuses viviam em paz, concluíam, quanto mais os humanos! Deviam imitá-los. Sob o Império Romano nasceu Jesus e teve início o Cristianismo. As críticas ao imperialismo, no Novo Testamento, são impiedosas, e vão desde a denúncia à matança dos meninos, por parte de Herodes (Mt 2,16), até o apelativo do Império como vômito de satanás, no livro do Apocalipse (Ap 12,15-16).

Sistema familiar tribal – ideal e horizonte em diferentes épocas

Em meio às alternâncias de sistemas, muitos projetos de resistência surgem na tentativa de recuperar o sistema familiar original. Isto seria apenas uma idealização utópica? Sabemos dos limites e problemas presentes também no sistema tribal, mas na história bíblica esse projeto funciona como referência e horizonte utópico. Até mesmo Jesus recebeu a influência dos grupos proféticos de resistência que lutaram contra os projetos de hegemonia nacional, apontando para algo mais além. Jesus chamou esse modelo de governo que retoma suas origens de partilha, solidariedade familiar, de Reino de Deus. Esse é o caso do Livro de Rute, onde o sistema tribal-familiar é tomado como modelo ideal, para o qual o povo devia olhar como referencial no tempo de reconstrução histórica que estava acontecendo no período do pós-exílio.

O projeto de dominação persa e as resistências

Depois do cativeiro babilônico, imposto pelo rei Nabucodonosor, Ciro, rei da Pérsia, derrota o rei da Babilônia e assina o chamado de “Edito de Ciro”, que permitiu ao povo voltar para Jerusalém (Esd 1,1-5). Esta cidade tinha sido destruída por Nabucodonosor, e os que agora voltam, tentam organizar-se em torno de suas leis, de seus costumes e de sua cidade. Esse período coincide com o domínio persa, que vai de 538, a data da volta do cativeiro, até 333, início do período do Império de Alexandre. Esse é tempo das lideranças de Josias, Esdras, Neemias e dos profetas Ageu, Zacarias e Malaquias. Naquela época houve vários projetos para reorganizar o povo. Os projetos que predominavam eram: o projeto religioso em torno do altar e do templo (Esd 3,1-13), o projeto em torno da Lei (Esd 9,1-10; Ne 8,1-18) e o projeto social de Neemias (Ne 5,1-19).

O livro de Rute, no entanto, registra a voz de um outro grupo, que nas entrelinhas aponta o retorno ao sistema tribal fa-

miliar como caminho de reconstrução. O livro de Rute seria, neste sentido, uma reação aos projetos de reconstrução político e religioso da época. Entre as várias interpretações do livro de Rute uma delas diz que a história de Noemi e Rute é justamente uma resposta aos projetos hegemônicos de Zorobabel (centralização de poder político) e de Esdras (centralização do poder religioso). O livro de Rute aparece como projeto de resistência retomando o sistema tribal e familiar como caminho de reconstrução nacional. É uma história que nos fala de uma sociedade em busca de caminhos de vida melhor, principalmente para os grupos mais sofridos e explorados pelos sistemas e leis injustas. E um dos grupos sociais mais excluídos nestes projetos hegemônicos eram as mulheres, sobretudo as pobres, as viúvas e as estrangeiras. Por esta razão, acredita-se que o livro de Rute seja memória de um grupo de mulheres.

No livro de Rute, a esperança de reconstrução da história do povo foi aos poucos sendo desenhada através da história da família migrante de Elimelec, agora representada por duas mulheres viúvas, uma delas estrangeira. E o menino que nasce de Rute e Boaz representa a esperança da família dos pobres. O livro de Rute conta uma história de luta e de resistência a partir dos mais empobrecidos. É projeto de resistência para fortalecer a unidade da casa familiar. Pão, Terra e Família são caminhos de reconstrução para uma sociedade destruída pela ambição dos poderosos e ricos. O livro de Rute é literatura de resistência de mulheres, enquanto um dos grupos que naquele instante não tinha voz e vez na discussão nacional e nem nos grandes projetos que prometiam conduzir o povo a tempos prósperos. No enredo narrativo transparece um modelo de sociedade bíblica do pós-exílio em tempos de reconstrução. É colocada em tela, através dessa história, a situação social dos grupos mais vulneráveis socialmente e economicamente: mulheres pobres e estrangeiras e famílias sem-terra.

A situação que transparece no Livro de Rute

Situação Econômica

Sociedade agrária (1,22 e 2,23); Terra objeto de negócios (4,3); Os donos da terra eram pessoas importantes (2,1); A terra era trabalhada por empregados (2,3 e 9); A produção era de cevada, trigo (1,22 e 2,23); A produção era recolhida na eira, terreiro para ser debulhada pelo dono (3,2).

Situação Política

As instituições políticas recebem pouco destaque no livro. Não se fala em rei. No início há uma breve referência ao governo dos juízes (1,1); Havia um tribunal onde as questões de decisão, sob juramento na presença dos anciãos e de testemunhas (4,2); Seguiam os costumes antigos (4,7-8); O tribunal se reunia na porta da cidade (4,1); para regulamentar os problemas da terra e do clã havia a Lei do Levirato (2,20; 3,9), mas, parece que essas leis não eram bem observadas (4,3-6). A Lei favorecia mais os ricos que os pobres (4,8), havia esquecimento ideológico do espírito das leis (Lv 25,24-25; Dt 15,7-11). Os direitos das mulheres, dos pobres e de estrangeiros são violados.

Clãs familiares, comunidade

A unidade básica da sociedade era o clã, a grande família patriarcal (1,2). O que parece é que esses clãs familiares viviam uma fase de desintegração e não funcionavam como deviam, pois o sistema político e econômico não favorecia a partilha e a fraternidade/sororidade, nem era capaz de defender os direitos de cada um de seus membros. Havia ricos e pobres dentro do mesmo clã (3,10); Comunidades, clãs e famílias já não conseguiam se manter unidas para lutar e defender seus direitos e dos seus membros mais pobres (Ne 5,8); A exploração entrou dentro da própria família. Havia falta de terra, de pão e de partilha!

Problemas sociais e econômicos enfrentados pelas famílias empobrecidas

Fome (1,1); Migração (1,1-7); Pobreza que obriga a catar as sobras da colheita (2,2); Impossibilidade dos pobres manterem-se com a posse de suas terras (4,3); Recusa de um parente mais rico a ajudar o parente mais pobre do mesmo clã (4:6); Doença, morte e falta de futuro melhor (1,3-5); Velhice e dificuldade de manter a continuidade da família (1,11-12); A necessidade que obriga as pessoas a viverem divididas e espalhadas (1,1; Ne 5,1-5).

Pão, terra e família: Caminhos de Reconstrução para uma sociedade mais justa

O projeto de reconstrução nacional que transparece no livro de Rute pode ser sintetizado em três palavras: pão, terra e família. Todo projeto elege seus símbolos. O projeto que transparece no livro de Rute pode ser resumido nestas três palavras. Em torno dessas palavras é tecida a história de Noemi e Rute, que representa a história do povo. A sociedade da época do livro de Rute circulava entre esses elementos: pão, família e terra. A provocação da narrativa é que as protagonistas são mulheres sem pão, sem família e sem-terra. Elas representam o povo. Povo em busca de pão, de terra, de família. A história é tecida com muita inteligência e beleza, sem deixar de fora a grande crítica social, política e religiosa. Na trama que envolve a Lei do Levirato, o livro de Rute questiona o sistema legal, jurídico e familiar que já não atua a favor dos marginalizados e excluídos.

Pão, fome e migração

Na narrativa do livro de Rute um dos problemas/sintomas sociais econômicos centrais na vida do povo é a fome, a migração em busca de pão, a pobreza que obriga o povo a sair da sua terra em busca de vida melhor ou lhe restar apenas catar as sobras da colheita. A origem da história está na falta de pão. A

família de Noemi deixa a sua terra em busca de pão. Esvaziamento de pão, esvaziamento da família, do povo. A família sai da terra em busca de pão e, depois, volta em busca de pão e de família. Noemi que saiu farta, cheia de sua terra, retorna vazia e amarga. A falta de pão desintegra a família, gera morte. Mas, será esta mesma realidade que vai unir Rute e Noemi em torno de um plano de sobrevivência e resistência. A volta para a terra de origem de Noemi em busca do pão e do Deus que dá o pão. É época de colheita. Tempo onde há fartura de pão. A princípio a fome de pão é tudo! Então Rute decide respigar. Catar as sobras da colheita (2,11-12).

Terra, território e os sistemas legais

A sociedade da época de Rute se organizava em torno da terra. A mulher na sociedade judaica só tinha direito à terra e à família através do homem: pai, filho ou marido. Para regulamentar os problemas da terra e do clã havia a Lei do Levirato (2,20; 3,9). Mas, parece que essas leis não eram bem observadas (4,3-6). A Lei favorecia mais os ricos que os pobres (4,8) havia esquecimento ideológico do espírito das leis (Lv 25,24-25; Dt 15,7-11). Os direitos das mulheres, dos pobres e de estrangeiros em relação à terra estavam sendo violados, burlados ou não garantidos. Na sociedade agrária a terra é direito e redenção. Como é caracterizada a questão da terra na narrativa do livro de Rute? Lendo algumas partes do texto podemos perceber que o poder gira em torno da terra: Terra objeto de negócios (4,3); Os donos da terra eram pessoas importantes (2,1); A terra era trabalhada por empregados (2,3 e 9); A produção era de cevada, trigo (1,22 e 2,23); A produção era recolhida na eira, terreiro para ser debulhada pelo dono (3,2); Impossibilidade de os pobres manterem-se com a posse de suas terras (4,3).

A terra é a raiz do problema do povo. No começo da história aparece o problema da falta de pão e, juntamente com isso, o problema da família e do clã. Esses problemas estão interliga-

dos na história. A situação da família de Noemi é a imagem da situação dos pobres daquele tempo. Eles estavam perdendo a família e a terra. A Lei que foi criada para garantir aos pobres a posse da terra estava sendo usada para aumentar o latifúndio e para empobrecer ainda mais os pobres. Para entender melhor o drama da casa de Noemi é preciso lembrar que, caso uma família ficasse sem nenhum herdeiro homem, as mulheres perdiam todo o direito à terra que pertencia à família e neste caso, a Lei do Levirato ou Lei do parente mais próximo estabelecia que, no caso de um homem casado morrer sem filhos, o irmão do falecido devia casar-se com a viúva, e o filho que nascesse devia ser considerado filho não dele, mas do irmão falecido (Dt 25,5-10). Trata-se dos parentes da casa familiar, isto é, a Lei do Levirato obrigava apenas os irmãos, filhos do mesmo pai, e não os primos e outros parentes. Não era como a Lei do Resgate, que obrigava todos os parentes do mesmo clã (grande família) a prestar ajuda ao irmão que estivesse passando necessidade. O objetivo da Lei do Levirato era garantir a continuidade da família e impedir que, por falta de herdeiro, a família se acabasse. No caso da família de Noemi, a situação era gravíssima. Maalon, o marido de Rute, morreu sem deixar filhos. Conforme a Lei do Levirato, o irmão de Maalon deveria casar com Rute e suscitar um filho para o falecido. Mas, não havia irmão! Noemi não tinha outros filhos e nem podia tê-los. A família de Noemi estava no fim. A Lei do Levirato não podia ser invocada. E por isso que Noemi recorre à Lei do resgate. O objetivo da Lei do resgate, portanto, era defender e fortalecer a casa familiar como base da organização social, pois essas casas representavam defesa para os indivíduos e para as famílias pobres contra as ambições dos poderosos, dos ricos e dos reis. A Lei do resgate, quando observada, impedia que alguém perdesse suas terras e um outro acumulasse terras. A Lei do resgate estimulava a corresponsabilidade de todos e todas pelo bem-estar dentro da mesma família e comunidade.

O que o livro de Rute propõe é a mudança na Lei do Levirato para que de fato venha cumprir o objetivo de proteger a terra das famílias mais pobres. As duas mudanças consistiam no seguinte, segundo Carlos Mesters³: A primeira mudança foi unir entre si a Lei do Resgate, que dava direito de adquirir a terra do irmão pobre, a Lei do cunhado, que impunha o dever de casar com a viúva do irmão falecido. Separadas, estas duas leis embora muito boas, já não resolviam o problema o povo. Só a Lei do resgate, isto é, só a terra, sem um filho herdeiro, não garantia a continuidade da família e favorecia o latifúndio. Só a Lei do cunhado, isto é, só o filho, sem a terra, não garantiria o pão para sobreviver. A segunda mudança foi ampliar a Lei do cunhado. Conforme estava estabelecida antes da mudança, o cunhado ou outro parente do falecido não tinha obrigação de casar com a viúva (Dt 25,5). Mas, com a mudança proposta no livro de Rute, já não só o irmão do falecido, mas qualquer parente da família (clã) é obrigado a casar com a viúva, ampliando assim o quadro de defensores dos pobres. Carlos Mesters então esclarece as consequências das mudanças da Lei do Resgate:

As consequências desta mudança na Lei do resgate seriam as seguintes: em primeiro lugar, o terreno já não ficaria para o fulano que o adquiria, mas continuaria sendo posse da família de Noemi; em segundo lugar, o filho que fosse nascer não teria o nome do fulano que o gerava, mas sim do falecido marido de Noemi. Em outras palavras, o fulano apenas gastaria dinheiro e trabalho para no fim, ficar sem nada: sem a terra que comprou, sem o dinheiro que gastou, sem a mulher que adotou, sem o filho que gerou! Ficaria apenas com o gosto de ter ajudado a família de Noemi a sobreviver e ter um futuro!⁴

O direito à terra torna-se caminho de redenção e de garantia de vida e dignidade para a família de Noemi. Por esta razão

³ MESTERS, Carlos. Como ler o livro de Rute: Pão, Família e Terra. São Paulo, Paulinas, 1990.

⁴ Idem.

é que Noemi vai além da proposta de sobrevivência que estava sendo garantida pela iniciativa de Rute de catar e respigar nos campos de Boaz. Não basta sobreviver. Tem que construir caminho de autonomia. Não basta recolher espigas, catar as sobras de pão. É preciso sair a catar, respigar os direitos que humanizam e recuperam dignidade e direitos. Noemi, representa a sabedoria da casa da mãe. Dela vem os conselhos para seguir com o plano de saciar a fome, não mais apenas de pão, mas de direito. Direito à terra e à dignidade. Uma noite fecunda na “eira de Boaz” subverte os espaços, transgride e enfrenta o projeto de poder acumulativo e injusto.

Família, comunidade e solidariedade

A família não tem um sentido aqui meramente moral ou afetivo. Família é espaço de resistência aos grandes projetos. Permanecer em solidariedade – lutar juntos – família, clã, comunidade. Carol Meyers⁵ destaca alguns aspectos relevantes sobre a casa familiar como uma unidade social que compunha a estrutura social do Antigo Israel. Antes da ascensão da Monarquia, a sociedade israelita funcionava em três diferentes níveis de organização social: as Tribos (nível mais amplo), os clãs (unidade significativa que aglutinava a parentela) e a “casa familiar” (unidade social fundamental no período pré-monárquico) (Meyers, 2002). Na história de Noemi e Rute, a reconstrução do povo passa pela casa familiar que estava sendo rompida pelo sistema econômico. É nessa dimensão social da casa familiar que aconteciam as atividades vitais de produção e reprodução. A dinâmica da vida na casa familiar autossuficiente envolvia uma ampla variedade de tarefas que envolvia a sobrevivência. Em cada casa familiar eram produzidos alimentos, roupas, pequenos móveis e coisas

⁵MEYERS, Carol. De Volta para Casa Rute 1,8 e a definição de gênero do livro de Rute. Em Rute a partir de uma leitura de gênero. Athalya Brenner (org.). São Paulo: Paulinas, 2002.

necessárias à manutenção básica da família. Havia também no interior da casa uma divisão de trabalho cuidadosamente organizada entre todos os membros da família, homens, mulheres, jovens e velhos. No sistema familiar de produção não era menos importante o papel da mulher que do homem. Os homens participavam das tarefas agrícolas. No contexto da casa familiar quase sempre se caracterizavam pelo equilíbrio interno de gênero e não por uma hierarquia de gênero. A presença da referência à casa da mãe, no livro de Rute, como expressão alternativa para falar de casa familiar não a partir do pai, mas da mãe, representa ao mesmo tempo uma denúncia e um caminho para uma organização social mais justa.

Algumas curiosidades sobre o livro de Rute que deixam outras provocações: a organização social, econômica, política e religiosa da época. Por exemplo, no livro de Rute não se fala de rei, nem de sacerdotes. Não fala de templo nem de altar, numa época onde as pessoas queriam reconstruir a sociedade em torno do Templo, do altar e da lei. O livro de Rute denuncia a verdadeira raiz do problema do povo e não está no abandono da Lei ou do templo, mas no abandono da solidariedade e da justiça com os pobres e estrangeiros e estrangeiras. Uma segunda coisa que se destaca é que a atenção se volta para os grupos que certamente eram excluídos da discussão nacional: mulheres, estrangeiras, viúvas. Da solidariedade entre duas mulheres, sogra e nora (encontro geracional), judia e estrangeira (encontro de culturas e povos), surge a saída para o povo. O livro faz provocações também à estrutura patriarcal quando escolhe contar a história do povo a partir da imagem de duas mulheres que juntas vão tecer um projeto para se fartarem de pão, de terra e de família. O uso do termo “casa da mãe” (*bêt immāh*) em substituição ao termo “casa do pai” (*bêt’-ab*) geralmente é indicativo – não apenas de um texto escrito por vozes de mulheres na sociedade, mas também para questionar o modelo patriarcal de família e sociedade. A casa da mãe é

caminho alternativo à casa do pai. O livro trata ainda da participação da mulher nas questões sociais. A mulher não participava no conselho dos anciãos. Também no livro de Rute as mulheres não participam no conselho dos anciãos, mas elas descobrem uma maneira de articular para que sua voz chegue até lá. O livro de Rute mostra que a mulher sabe ir além do espaço da casa para buscar os seus direitos, dentro e fora do ambiente familiar.

Alguns problemas que o texto apresenta

Um primeiro problema, que ninguém pode ignorar, é a “natureza patriarcal” do ambiente social do livro de Rute. Essa característica patriarcal aparece claramente quando se trata de definir quem seria o resgatador da terra de Noemi e o futuro marido de Rute. Embora as duas mulheres tenham refletido juntas e tenham procurado autonomamente a solução de seus problemas – encontrando a saída que melhor lhes convinha –, foi em um ambiente totalmente masculino que a decisão final foi tomada. Boaz vai até o portão da cidade, senta-se e espera o parente que tinha o direito de resgatar. Ele convida dez homens dentre os anciãos e todos esses homens, sentados no portão da cidade, finalmente decidem o destino de Noemi e Rute (Rt 4,1-10). Enquanto isso, essa atmosfera patriarcal é transformada pelo coro do povo e pelos anciãos que estavam perto do portão da cidade: “somos testemunhas! Oxalá o Senhor faça esta mulher que entra na tua casa semelhante a Raquel e Lia, que formaram a casa de Israel” (Rt 4,11).

A ação de Rute na casa gerou nova comunidade e nova vida. Assim, Rute é a imagem da mulher corajosa do tempo pós-exílico, que colabora na construção de Israel e, como estrangeira, investe nela sua vida e sua sabedoria. “Sua boa reputação é conhecida nos portões da cidade”. Esta afirmação parece ser um paralelo com o livro de Provérbios, com esta frase de louvor à mulher forte e sábia que é louvada na porta da cidade.

Dessa forma, o primeiro problema seria uma ambiguidade entre o ambiente social em que Noemi e Rute atuavam, um ambiente marcadamente patriarcal, e a ação independente e sábia das mulheres, plenamente reconhecidas nesse mesmo ambiente. Mas isso seria um problema ou a indicação de uma possibilidade?

Há ainda outra dificuldade nessa cena que ocorreu nos portões da cidade: é a tensão entre a Lei do go'el e a Lei do casamento do Levirato. A Lei do go'el garante que uma mulher pobre e viúva tem o direito de resgatar a terra de sua família (Lv 25,25). A Lei do Levirato refere-se ao dever do cunhado de se casar com a viúva de seu irmão, para dar-lhe descendência (Dt 25,5 e Gn 38). O parente anônimo de Rute (4,6) se recusa a casar com ela. Nesse sentido, ele está em seu direito, porque não é seu cunhado. Por outro lado, o texto permite entender que Boaz quer que o parente mais próximo se abstenha de seu direito, porque ele não o chama pelo nome. Se o fizesse, entraria na história, na qual todos os nomes pessoais têm significado dentro da trama.

Outro problema de interpretação é encontrado nas lacunas deixadas pela narrativa:

- 1) O texto não apresenta dados biográficos de uma pessoa tão importante quanto Rute. O texto nos informa, mal, que Orfa e Rute eram “mulheres moabitas” (Rt 1,4) e que Rute veio “dos campos de Moabe” (Rt 1,22). Nada mais!
- 2) Também encontramos uma reserva na narração quando estamos lidando com a viagem de volta a Belém de Noemi com Rute. Esta longa viagem para as duas viúvas teria sido feita sem nenhum evento importante que a marcou? Nosso texto diz simplesmente: “os dois (as duas?) partiram e chegaram a Belém” (Rt 1,19a). Deixando uma lacuna na viagem, a narrativa parece estar com pressa para contar a recepção alegre das mulheres de Belém (Rt 1,19b) e a reação de Noemi, que pede para mudar

seu nome para Mara (Rt 1,20), expressando assim sua dolorosa experiência.

3) A história também não nos informa sobre a idade, motivações e status de Boaz, outro personagem importante.

4) Rute desaparece no último capítulo. A narrativa refere-se a ela, na terceira pessoa, apenas para concluir a história: “assim, Boaz se casou com Rute, que se tornou sua esposa. Juntou-se a ela, e Yahweh deu a Rute a graça de conceber e deu à luz um filho” (Rt 4,13). No versículo seguinte, o filho de Rute é entregue a Noemi, que por acaso é louvada por um coro de mulheres (Rt 4,14-15). Desta forma, a mudança de papéis entre Noemi e Rute é evidente, não apenas no capítulo 4, mas também em vários pontos desta história. No capítulo 1, o personagem principal é Noemi. No capítulo 2, é Rute, a protagonista, mas desaparece no capítulo 4, como já mostramos. A partir dessa dificuldade, Athalya Brenner⁶ analisa a possibilidade de que as histórias de Rute e Noemi fossem originalmente duas histórias separadas.

Também chama a atenção para a postura de Rute, “caindo de bruços no chão e se prostrando” diante de Boaz (Rt 2,10). Agora, essa atitude é usada em relação a Deus. Em Gênesis 17,3 encontramos Abraão se prostrando dessa maneira diante de Deus. Será que o texto quer comunicar que Rute é como Abraão, que deixou sua terra, sua família e sua fé para viver em uma nova terra (Cf. Rt 1,16-17 e Gn 12,1-2)? Curioso também é o que Rute diz quando se prostra diante de Boaz. Se ele assume a figura do go'el, ou salvador, por que Rute tem que se humilhar diante dele, dizendo que ela é “estrangeira” (Rt 2,10b)? Não estaria, assim, confirmando os preconceitos da

⁶ BRENNER, Athalya. Noemi e Rute In: Rute a partir de uma leitura de gênero. São Paulo: Paulinas, 2002. Idem à referência

época contra as mulheres estrangeiras, uma das razões da reação crítica que gerou a história de Rute?

A forma literária também pode representar uma dificuldade. Cada unidade literária do livro de Rute foi elaborada através da repetição de um verbo. Assim, a repetição de “retornar”, “recolher” e “resgatar” tem uma função importante para entender a estrutura do livro. No entanto, nossa linguagem tende a não aceitar esse tipo de repetição e as traduções apresentam sinônimos em vez de repetir o mesmo verbo, como no hebraico original. Com isso, você perde um pouco da força e do sabor da narrativa.

Essas e outras dificuldades apresentadas pela redação do texto deram origem a uma pluralidade de interpretações. Segundo Athalya Brenner, muitas dessas interpretações emanam da mesma base da teoria literária e da leitura na perspectiva das mulheres. Ao fazer este comentário, o autor reconhece que essa diversidade é instrutiva e enriquecedora.

Fome e migração

Ao colocar a história de Rute na era tribal, o narrador desafia a memória do ouvinte. Um dos principais objetivos da organização tribal liderada pelos juízes era garantir terra e comida para todos. No entanto, a história de Rute começa com uma experiência muito dolorosa, a fome, e mostra que há uma contradição no país: falta pão na “casa do pão” (*bet lehem*). Ao afirmar que não havia pão na casa do pão, já está indicando que há algo muito errado. Para escapar da fome, a pequena família de Elimelec e Noemi foi para Moabe, um país que no tempo dos juízes se tornou inimigo de Israel (Jz 3,12-30). Uma história muito popular contou a vitória de Eúde sobre o rei de Moabe, naquela época. Agora, em apenas um versículo (Rt 1,1), a história de Rute mostra as contradições da situação do povo, recolhe memórias perigosas de seu passado e apresenta um casamento que é colocado em ação para superar a fome, ao emigrar para Moab.

A solidariedade excede os preconceitos e recria a vida

Em Moab, Elimelec, o marido de Noemi morre e seus filhos se casam com mulheres estrangeiras (1,3-5). A narrativa se distancia das contendas do passado (Dt 7,3 e 23,4) e do presente (Esd 9-10 e Ne 13,23-25) sobre o casamento com mulheres estrangeiras. Ela rapidamente alcança seu objetivo: “Noemi levantou-se com suas noras e voltou dos campos de Moabe, pois ouviu que Javé havia visitado seu povo para lhes dar pão” (1,6). A ação mais importante do primeiro capítulo é retornar (*švb*). Este verbo é repetido onze vezes em 1,6-22. Mas o clímax deste capítulo está na aliança entre Rute e Noemi (1,15-18). Esta é também uma chave para a leitura, para entender toda a história de Rute, que a partir de uma narrativa legitimadora da superioridade do Deus e da religião de Israel assume radicalmente o povo de Noemi, com sua história, sua situação e seu Deus, mesmo antes de conhecê-lo. Sendo solidária com Noemi, Rute está começando a recriar a vida de todo povo. As mulheres de Belém percebem que quando as veem, chegam e cantam: “Esta é a graça!”. Mas Noemi ainda não percebe, e responde: “Não me chame de graciosa. Chame-me de infeliz!” (1,19-20). Um jogo de palavras que se torna um refrão fácil de memorizar e estimula a reflexão sobre a situação sofrida pelo povo naquele momento. O verso 22 fecha o primeiro capítulo, resumindo-o e abrindo um novo horizonte: Noemi voltou dos campos de Moabe e Rute, sua nora moabita, veio com ela. Chegaram a Belém no começo da colheita da cevada.

Dignidade, trabalho e migração

A ação que marca o segundo capítulo da história de Rute é pegar ou recolher (*jqł*). Este verbo é repetido treze vezes em 2,2-22. A novidade desta ação para recolher as sobras da colheita está na dignidade com que Rute a faz. Ela mesma toma a decisão de trabalhar dessa maneira para sua subsistência e a de Noemi. É uma das consequências da aliança de solidarie-

dade que eles fizeram. Assim, Rute trabalha, ao mesmo tempo, resgata o direito de estrangeiros, órfãos e viúvas (Dt 24,19-22; Lv 19,9-10). O texto sugere que essa prática havia cessado e que as pessoas que espigavam tiveram que pedir permissão para fazer, como esmola (2,7). Além disso, nem sempre foram respeitados (2.9.16). Portanto, a ação de Rute abre uma lacuna na organização da produção agrícola da época. Tudo isso acontece por causa de um relacionamento criado entre Rute e Boaz. Quando os dois se encontraram no campo, algo inesperado aconteceu. Parece que ao ver Rute, Boaz ficou encantado. É dessa experiência que Boaz reinterpreta e implementa a antiga Lei que defendia o direito dos pobres. E Rute expressa a alegria que sente quando percebe o interesse e a ternura que Boaz despertou, repetindo duas vezes a frase: “Achei graça em seus olhos” (2,2,10,12). “Você me confortou e falou ao meu coração” (2,13). O relacionamento de Rute com Noemi também é uma possibilidade de mudança. Elas conversam por um longo tempo. Rute compartilha suas experiências. Noemi aprova e faz sugestões. Um clima de inspiração mútua emana de seus diálogos.

- Colher as sobras da colheita - 2: 11-12 - 12 vezes ocorre catar e colher - (Lv 19,10).
- A ideia de colher as sobras, espigar, veio de Rute, era o seu direito na condição de mulher pobre, viúva e estrangeira. Direito ou esmola?
- Duas mulheres iniciam uma caminhada. Uma delas é do povo de Israel e duas são moabitas - Mistura de raça, religião e geração. Permanecer em solidariedade - lutar juntas!

Na eira de Boaz – Uma noite de subversão

No entanto, a relação entre Boaz e Rute não está apenas no deslumbramento mútuo. No final da colheita, Rute toma a iniciativa de passar a noite na eira que, à época, era espaço proibido para mulheres. O engraçado é que foi Noemi quem

teve a ideia. Então, Rute toma banho, usa perfumes e vestidos para encontrar Boaz (Ct 3,2 e 5,2). O terceiro capítulo, carregado de símbolos que expressam uma relação sexual entre os dois, visa resgatar a terra de Noemi e, ao mesmo tempo, encontrar um marido para Rute. Portanto, a ação de resgate aparece sete vezes na conversa entre Rute e Boaz, naquela noite na cidade (3,9-13). A palavra “redentor” *go’el* tem um sentido de libertador de solidariedade. Será também a palavra mais repetida no capítulo quatro (14 vezes em 4,1-12). Outra palavra repetida no último capítulo é “nome” (*shem*). Termo que aparece sete vezes, indicando a importante ação de manter a memória do nome da pessoa morta, através da Lei do Levirato. Essas duas ações, resgatando a terra e mantendo a memória, fazem parte do compromisso assumido naquela noite de prazer e diálogo na época. Ações que foram planejadas por duas mulheres e que foram realizadas, muito agradavelmente, por Rute e Boaz.

Converter esmola em direito

As duas se reúnem e elaboram plano. Revisam e refazem. Não basta sobreviver. Tem que construir caminho de autonomia. Descobrem que recolher apenas as sobras é pouco. As duas descobrem que Boaz tem o direito de resgate sobre elas. Como fazer para que ele cumpra seu dever? Uma noite fecunda na “eira de Boaz”. Subverter os espaços, transgredir, a linguagem do corpo, do amor e da eroticidade. O caminho, a solução não está apenas nos grandes projetos e sim na vida cotidiana. Sabedoria da “casa da mãe” acostumada a ter que fazer caminho onde não existe.

Louvação da comunidade a Noemi e sua nora estrangeira

Boaz é responsável por ratificar diante do povo a legalidade da ação que ele pretende realizar. E Rute, a moabita, é bem-vinda e reconhecida pelo coro do povo e dos anciãos (4,11).

Eles pedem a Yahweh que Rute seja igual a Raquel e Lia, que formaram a casa de Israel. O pedido sugere o sonho do sistema tribal e a nova esperança que está surgindo. O coro também pede que Boaz seja poderoso em Éfrata e tenha um nome em Belém. Esse desejo do povo lembra a profecia de Miqueias e mostra que o amor entre Rute e Boaz desperta novamente a esperança messiânica (cf. Mc 5,1). Messianismo que também é expresso no pedido a Yahweh para que Rute seja igual a Tamar (4,12, cf. Gn 38). Assim, Boaz se casou com Rute e ela deu à luz um filho (4,13). Um coro de mulheres celebra esse fato, dá à criança o nome de Obed (servo) e louva a Deus por tudo que está acontecendo. Cantando Noemi, as mulheres resgatam o significado do seu nome. Sim, ela é graciosa! A criança que nasceu para ela é o filho de Rute, a amada nora, que vale mais que sete filhos!

Por um mundo sem muros!

Entre o livro de Rute e nossos dias, mais de dois mil anos se passaram, mas sua mensagem continua atual. É importante reler essa história e prestar atenção aos pequenos gestos e atitudes de solidariedade que sustentam a vida. Quase 200 milhões de pessoas migram de seus países. Existem desigualdades sociais e econômicas entre países – o mesmo que dentro de um país, geradas por razões políticas. A crise mundial é muito profunda e vai além das diferenças sociais, criando muitas dificuldades para impedir a migração. Além das fronteiras externas – barreiras geográficas, políticas, legais, culturais – as internas crescem, presentes nas diversas formas de preconceito e ações contra estrangeiros. Conhecer a realidade dos migrantes que vivem ao nosso lado é um primeiro passo para ter uma presença de apoio. Existem pessoas e grupos que desenvolvem ações comprometidas em transformar as condições dos imigrantes e refugiados. Devemos nos unir nesse esforço, nutrimos o sonho de construir um mundo sem muros.

Questões para reflexão

1. Como ler a Bíblia a partir das realidades mundiais e dos movimentos migratórios? Como desenvolver hermenêuticas alternativas de resistências e solidariedade com as comunidades de migrantes?
2. A releitura do livro de Rute como uma mulher estrangeira e migrante pode ajudar a desenvolver uma pastoral que mobilize e movimente comunidades de apoio aos migrantes em nossas cidades?
3. Como transformar “solidariedade/esmola” em direito de mobilidade humana? Quais os caminhos? Há brechas? Desde baixo, das resistências e estratégias populares?

Outras memórias bíblicas de um povo que nasceu da migração

“Meu pai era um arameu errante...” – Então vocês declararão perante o Senhor, o seu Deus: “O meu pai era um arameu errante. Ele migrou para o Egito com pouca gente e ali viveu e se tornou uma grande nação, poderosa e numerosa. Mas os egípcios nos maltrataram e nos oprimiram, sujeitando-nos a trabalhos forçados. Então, clamamos ao Senhor, ao Deus dos nossos antepassados, e o Senhor ouviu a nossa voz e viu o nosso sofrimento, a nossa fadiga e a opressão que sofríamos (Dt 26,5-7).

A história do povo bíblico começou com uma memória guardada pela descida de Abraão, a memória marcada pelo grito dos oprimidos, maltratados, afligidos, escravizados, os hebreus, os que migram de um lugar para o outro, são migrantes, peregrinos. O Egito tinha causado uma migração forçada.

“Por isso o Senhor nos tirou da terra do Egito” – “Por isso o Senhor nos tirou do Egito com mão poderosa e braço forte, com feitos temíveis e com sinais e maravilhas.

Ele nos trouxe a este lugar e nos deu esta terra, terra onde manam leite e mel” (Dt 26,8-9).

Neste contexto, a memória popular lembra uma migração para a liberdade, como elemento fundador da história e da vida do povo. Um memorial permanente de um Deus que lutou por nós: o Êxodo. A esperança do Êxodo era que nunca mais haveria migrações, cada família receberia sua herança, uma terra onde eles poderiam semear, colher e comer, sem qualquer opressão ou dominação: “E agora trago os primeiros frutos do solo que tu, ó Senhor, me deste”. Ponham a cesta perante o Senhor, o seu Deus, e curvem-se perante ele. Vocês e os levitas e os estrangeiros que estiverem no meio de vocês se alegrarão com todas as coisas boas que o Senhor, o seu Deus, dá a vocês e às suas famílias” (Dt 26,10-11). O migrante estrangeiro tinha o direito de comer o mesmo prato reservado para a casa e para a casa do levita. Este foi um projeto, mas não era uma realidade. Por querer “ser como as outras nações”, os israelitas escolheram a monarquia e com a monarquia os grandes projetos. Por exemplo, a construção do templo de Salomão significou uma forte migração: “Salomão tinha setenta mil carregadores e oitenta mil cortadores de pedra nas colinas, bem como três mil e trezentos capatazes que supervisionavam o trabalho e comandavam os operários” (1Rs 5,15-16).

O Egito estava de Volta!

Ironicamente, a construção de templos e paisagens foi reeditada em Israel para a mesma função de opressão que anteriormente vivia no Egito, só agora, em nome do Senhor, que eles haviam sido libertados do Egito. Da terra boa e espaçosa, terra de leite e mel, agora o povo tinha de oferecer tributos para a manutenção do palácio do rei Salomão (cerca de quinze

toneladas de farinha de trigo por ano (1Rs 5,2), a dívida contraída com Hiram, rei de Tiro, que forneceu madeira e pedras para construção (cerca de nove mil toneladas de farinha de trigo ao ano (1Rs 5,25), sem falar das vítimas sacrificadas até a inauguração do templo. O Egito estava de volta!

Disponer da vida de um povo, fazê-lo andar de um lugar para outro, conforme seus interesses, era o direito do rei, segundo havia resumido 1 Samuel 8,10-18, Samuel transmitiu todas as palavras do Senhor ao povo, que estava lhe pedindo um rei, dizendo: “Isto é o que o rei que reinará sobre vocês reivindicará como seu direito: ele tomará os filhos de vocês para servi-lo em seus carros de guerra e em sua cavalaria, e para correr à frente dos seus carros de guerra”.

“Colocará alguns como comandantes de mil e outros como comandantes de cinquenta. Ele os fará arar as terras dele, fazer a colheita, e fabricar armas de guerra e equipamentos para os seus carros de guerra. Tomará as filhas de vocês para serem perfumistas, cozinheiras e padeiras. Tomará de vocês o melhor das plantações, das vinhas e dos olivais, e o dará aos criados dele. Tomará um décimo dos cereais e da colheita das uvas e o dará a seus oficiais e a seus criados. Também tomará de vocês para seu uso particular os servos e as servas, o melhor do gado e dos jumentos. E tomará de vocês um décimo dos rebanhos, e vocês mesmos se tornarão escravos dele. Naquele dia, vocês clamarão por causa do rei que vocês mesmos escolheram, e o Senhor não os ouvirá”.

Quanta dor gerada por esta situação: famílias desintegradas, crianças abandonadas, violências de todo tipo ameaçando a vida de mulheres, jovens e anciãos. E há um tipo mais de migração que chama atenção: exércitos inteiros que transitam de uma terra para outra, para impor a soberania de algum império. Não são chamados de migrantes e sim expedições militares, mas esse exército tem direito de ir e vir causando dor e violência.

O profetismo em Israel e a esperança escatológica do fim de todas as migrações forçadas

Acabar com todas as migrações forçadas tornou-se um sonho, um desejo cultivado pelos mais empobrecidos do povo de Israel: poderem sentir-se seguros, comendo em paz os frutos da terra, bebendo água da própria cisterna. Sonhavam com o fim de toda guerra: “Naquele dia farei em favor deles um acordo com os animais do campo, com as aves do céu e com os animais que rastejam pelo chão. Arco, espada e guerra, eu os abolirei da terra, para que todos possam viver em paz. Eu me casarei com você para sempre; eu me casarei com você com justiça e retidão, com amor e compaixão. Eu me casarei com você com fidelidade, e você reconhecerá o Senhor. Naquele dia eu responderei, declara o Senhor. Responderei aos céus, e eles responderão à terra; e a terra responderá ao cereal, ao vinho e ao azeite, e eles responderão a Jezreel” (Os 2,18-22).

Este sonho se converteu em uma utopia escatológica, messiânica, quase impossível de experimentar dentro da nossa história.

Questões para reflexão

1. Que outras memórias bíblicas devemos recordar? Que memórias bíblicas devemos re-elaborar, re-interpretar para criarmos melhores formas de convivência em um mundo e uma sociedade que cria e vive divisões e muros de separação?
2. Como a memória bíblica pode ser convertida em legitimação dos muros e das leis contra a pessoa migrante e como a mesma memória bíblica pode derrubar muros e construir pontes para acolher as pessoas que migram em busca de vida melhor?

Referências bibliográficas

- SILVA, José Josélio. O Livro de Rute: Uma história de Esperança. São Leopoldo: CEBI, 2003.
- GALAZZI, Sandro e RIZZANTE, Ana Maria. Ensaio sobre o Pós-Exílio. (Vol.II). A Resistência da Casa e da Mulher. Macapá: S. Gallazzi, A. M. Rizzante, 2004.
- MEYERS, Carol. De volta para casa: Rute 1,8 e a definição de gênero. In: Rute a partir de uma leitura de gênero/Athalya Brenner (organizadora). São Paulo: Paulinas, 2002.
- MESTERS, Carlos. O Livro de Rute: Pão, família e terra. São Paulo: Paulinas, 1990.
- MESTERS, Carlos. Rute. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

2. Migrantes e refugiados: um olhar sobre as mensagens do Papa Francisco (2014-2018)¹

*Wagner Lopes Sanches*²

*Estes nossos irmãos e irmãs (...) procuravam um lugar melhor para si e para suas famílias, mas encontraram a morte (...)
Quem é o responsável pelo sangue destes irmãos e irmãs?
Francisco, Lampedusa*

Introdução

O tema da mobilidade humana tem estado muito presente na imprensa e nas preocupações de muitas organizações da sociedade civil e de organismos governamentais envolvidas em políticas de gestão dos fluxos migratórios. As peculiaridades desses movimentos de parcelas significativas de pessoas que saem de seus países em razão de guerras, conflitos étnicos, perseguição política e perseguição religiosa, têm trazido à luz a face desumana das sociedades atuais. Os esforços realizados até aqui têm se mostrado insuficientes para atender minimamente às necessidades dos migrantes e refugiados.

¹ Este texto foi publicado originalmente na forma de artigo na revista *Perspectiva Teológica (FAJE)* v, 50 n. 2 (2018) com o título “Francisco e as migrações. Um olhar a partir das mensagens sobre o Dia Mundial do Migrante e do Refugiado (2014 a 2018)” e está disponível no seguinte endereço: <http://faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/3836>.

² Licenciado em e História pelas Faculdades Associadas do Ipiranga. Bacharel em Teologia pela Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção. Mestre e doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em teologia (missiologia) pelo Instituto São Paulo de Estudos Superiores.

A relevância do tema da mobilidade humana atual tem origem na própria gravidade da situação nos países de origem, nos trajetos percorridos por essas pessoas e nos lugares onde elas buscam abrigo e melhores condições de vida. É preciso elaborar diagnósticos muito consistentes das situações que envolvem esse fenômeno, mas, sobretudo, é urgente abandonar a frieza das políticas e estratégias econômicas adotadas até aqui e colocarmo-nos em sintonia as necessidades e esperanças dessas pessoas.

Desde o início do seu ministério como bispo de Roma, o papa Francisco tem colocado o tema das migrações no centro de suas preocupações. Seus pronunciamentos, de tom crítico, mostram o seu compromisso de denunciar as causas reais dos movimentos migratórios atuais e a forma como os países ricos se negam a resolver os problemas vividos por mais 244 milhões de pessoas no mundo inteiro.³ Os seus pronunciamentos e as medidas que tem tomado interpelam a própria Igreja católica exigindo que ela coloque os seus recursos a serviço da acolhida aos migrantes.

Este texto tem por objetivo identificar as grandes características do pensamento do papa Francisco⁴ sobre o tema das migrações através da análise das mensagens para o Dia Mundial do Migrante e do Refugiado, que é comemorado sempre no terceiro domingo do mês de janeiro, de cada ano. O pressuposto subjacente ao texto é que o papa compreende os fluxos migratórios no contexto mais amplo do processo de globalização econômica e faz dos seus discursos uma oportunidade para denunciar as condições desumanas a que estão submetidos os migrantes tanto nos países de origem como nos países-destino.

Para Francisco, a Igreja católica precisa contribuir de forma decisiva seja através da acolhida aos migrantes, atenuan-

³ Cf. <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2018-07/papa-francisco-missa-migrantes.html>.

⁴ Uma boa apresentação das principais ideias do pensamento de Francisco pode ser encontrada em Emilce Cuda, *Para ler a Francisco*. Teología, ética e política.

do o seu sofrimento, seja através da denúncia das causas dos deslocamentos forçados e de medidas discriminatórias e marginalizadoras.

Consideramos que as mensagens para o Dia Mundial do Migrante e do Refugiado, do papa Francisco, apresentam-nos uma síntese das grandes ideias que esse papa tem utilizado em seus discursos e documentos para manifestar as suas preocupações e o seu compromisso com a dura realidade vivida por migrantes e refugiados. Por isso, no nosso ponto de vista, a análise das mensagens permite uma chave de leitura muito importante para entendermos o pensamento do papa sobre os fluxos migratórios atuais.

1. Um mundo de barreiras e os migrantes

O mito da globalização atual⁵ afirma que esta é um sistema aberto onde as fronteiras estão desaparecendo. No entanto, é preciso reconhecer que esse fenômeno, ao mesmo tempo em que modifica as políticas alfandegárias, em razão das decisões tomadas pelos países ricos no sentido de possibilitar que suas mercadorias circulem livremente entre os países, rejeita a possibilidade de as pessoas circularem livremente. Do ponto de vista das pessoas que se veem forçadas a migrar, a ideia de que as fronteiras estão desaparecendo é falsa.

Agier, em sua reflexão sobre as migrações, apresenta-nos uma abordagem sobre as fronteiras justamente para mostrar que sem essa noção fica difícil entender hoje a indiferença e a rejeição aos migrantes. Como explica esse autor, a fronteira é ao mesmo tempo um lugar, um momento e uma situação que possibilita às pessoas viverem a sua relação com o mundo e com os outros.⁶ A ideia de fronteira, portanto, não é só geográ-

⁵ Cf. HIRST, Paul e THOMPSON, Grahame. *Globalização em questão. A economia internacional e as possibilidades de governabilidade.*

⁶ AGIER, Michel. *Migrações, descentramento e cosmopolitismo. Uma antropologia das fronteiras*, p. 30.

fica e inclui também outras dimensões, mas, de qualquer forma, ela envolve sempre o outro que está a nos desafiar como alguém que está próximo de nós – mesmo quando está distante – e que quer compartilhar o mesmo espaço, a mesma realidade.

A afirmação de que a globalização rompe com as fronteiras é muito contraditória justamente porque favorece a circulação de mercadorias e bloqueia a circulação de pessoas em condição de migração como a que estamos presenciando.

A construção de muros não tem muito a ver com as fronteiras geográficas, mas muito mais com as fronteiras existenciais e imaginárias e com a necessidade de defender obsessivamente uma forma de compreensão da identidade⁷, discurso tão presente no mundo atual. Esquece-se que a identidade de quem quer que seja só pode ser construída na relação com o outro. Em certo sentido, não há identidade como algo dado, delimitado; ela é sempre construída nas relações complexas de subjetividades que se relacionam, se movimentam e se desafiam.

Desta forma, em qualquer época e lugar, os processos migratórios colocam em xeque o desafio permanente – às vezes doloroso – vivido pelas pessoas de construir suas identidades numa rede imbricada de intersubjetividades. Esse processo se torna mais difícil quando as razões que levam as pessoas a migrarem estão relacionadas com a guerra, a violência, a perseguição e com a perda de familiares e de pessoas próximas.

A especificidade dos fluxos migratórios nos últimos anos desafia a própria modernidade que sempre alardeou o seu *slogan* de igualdade, fraternidade e liberdade. Além disso, os fluxos migratórios atuais, em certo sentido, elaboram uma *globalização de baixo* que acaba se tornando uma contra-globalização:

nesse sentido, as migrações internacionais revelam a porosidade dos confins nacionais, a seletividade das benesses da modernidade; expressam existên-

⁷ *Ibid.*, p. 41.

cia de uma *globalização de baixo*, ou seja, das pessoas comuns, das famílias, de suas redes de relações que reagem a uma localização imposta em busca de um futuro melhor...⁸

Os migrantes, ao seu modo e com todas as contradições possíveis presentes nas suas lutas pela sobrevivência, com sua resistência à *globalização do alto*, estão apontando para um outro tipo de globalização que leve em conta as necessidades e os dramas “dos de baixo”: pessoas, famílias e grupos humanos envolvidos no processo forçado de migração.

Os movimentos migratórios contemporâneos revelam os paradoxos desse processo mais amplo. A exclusão e a indiferença, que sempre foram características da globalização do alto, se apresentam agora com novas nuances justamente na forma como os países lidam com os migrantes. Se o migrante é “aceito” como força de trabalho barata que interessa às indústrias, ele é rejeitado quando reivindica moradia, educação, saúde e políticas públicas universais. Exclusão social e indiferença são os lados de uma mesma moeda. Ao mesmo tempo que o migrante é “incluído” como força de trabalho, é excluído como sujeito de direitos e valores. Ao mesmo tempo que se estabelecem políticas limitadas de acolhimento, cada vez mais se dissemina nas sociedades a indiferença com as pessoas dos migrantes, atitude que se expressa de várias formas, inclusive em seus modos agressivos como é o caso da xenofobia.

Qualquer tentativa de compreender os fluxos migratórios precisa levar em conta a lógica de uma globalização excludente que impera no mundo; ao mesmo tempo, não é possível compreender a globalização sem considerar as causas, as dinâmicas e as consequências desses fluxos migratórios. Embora crie diversas formas de barreiras aos fluxos migratórios, esse modelo de organização global da economia necessita dos

⁸ TEDESCO, João Carlos. Modernidade e migração: o estrangeiro na globalização, p. 27.

mesmos para a sua continuidade. A globalização do alto não só é causa das migrações, mas também precisa delas para garantir a sua dinâmica da exclusão e da desigualdade no interior das próprias fronteiras dos países ricos.

2. Francisco e o tema dos migrantes na homilia de Lampedusa

No dia 24 de setembro de 2015, na visita ao Congresso dos Estados Unidos, Francisco se apresentou como filho de imigrantes:

Nos últimos séculos, milhões de pessoas chegaram a esta terra perseguindo o sonho de construir um futuro em liberdade. Nós, pessoas deste continente, não temos medo dos estrangeiros, porque outrora muitos de nós éramos estrangeiros. Digo-vos isto como filho de imigrantes, sabendo que também muitos de vós sois descendentes de imigrantes.

Desde o início do ministério de Francisco, o tema das migrações⁹ e o drama dos refugiados têm sido uma constante em seus pronunciamentos. Foi na homilia no dia 8 de julho de 2013, numa celebração da missa realizada na cidade de Lampedusa¹⁰, destino de sua primeira viagem como papa, que Francisco disse que sua visita era um gesto de solidariedade, mas também uma tentativa de despertar as consciências para que naufrágios de navios com migrantes oriundos do norte da África não se repetissem. O tom da mensagem de Francisco

⁹ O tema das migrações não faz parte apenas dos discursos de Francisco, mas também de suas ações. No dia 1º de janeiro de 2017, Francisco criou um novo Dicastério (para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral) que reúne a partir de então os Dicastérios Justiça e Paz, Conselho *Cor Unum*, Pastoral dos Migrantes e Itinerantes e Pastoral para os Operadores da Saúde. Uma das seções desse novo Dicastério tem a incumbência de tratar especificamente das ações em torno da questão migratória. Foi nomeado para coordenador dessa seção o padre Fábio Baggio, que é membro da Congregação dos Missionários de São Carlos que tem como carisma o trabalho com os migrantes e refugiados. Essa seção está vinculada diretamente a ele. A esse respeito, ver o primeiro parágrafo da Mensagem Para o Dia Mundial do Migrante e do Refugiado 2018.

¹⁰ Lampedusa é uma ilha italiana localizada no Mediterrâneo e tem sido uma das principais portas de entrada de migrantes para a Europa. De agora em diante todas as vezes que nos referirmos a essa homilia usaremos a expressão “Lampedusa”.

era de denúncia: “Estes nossos irmãos e irmãs procuravam sair de situações difíceis, para encontrarem um pouco de serenidade e de paz; procuravam um lugar melhor para si e suas famílias, mas encontraram a morte.”

Referindo-se aos migrantes que morrem no caminho de luta pela vida, Francisco perguntava: “Quem é o responsável pelo sangue destes irmãos e irmãs? Ninguém! Todos nós respondemos assim: não sou eu, não tenho nada a ver com isso; serão outros, eu não, certamente”. O bispo de Roma coloca um problema que é uma constante quando se pensa, hoje, na questão da migração: a indiferença em relação a esse fenômeno. É o que Bauman aponta quando se refere à forma como a opinião pública e a própria mídia tratam esse tema: estamos nos aproximando do “ponto de fadiga da tragédia dos refugiados”.¹¹ Estamos ficando insensíveis ao drama dessas pessoas porque estamos cansados de vê-las à nossa porta e saber que permanecem a exigir de nós atitudes solidárias. Passamos da estranheza, atitude inicial diante de fatos dessa natureza, para a indiferença que nasce da insensibilidade.

Essa insensibilidade, segundo Francisco, leva à “globalização da indiferença” (Lampedusa).¹² A indiferença se generaliza no que diz respeito ao sofrimento do outro, à condição de precariedade do outro, já que o “sofrimento do outro, não nos diz respeito, não nos interessa, não é responsabilidade nossa!” (Lampedusa). É negação dos valores morais mais elementares que nos leva a ignorar o outro, a torná-lo invisível, como se não existisse concretamente.

Para Francisco, a indiferença tem como decorrência a incapacidade de chorar diante do sofrimento do outro e de ser solidário. Para ele, essa insensibilidade é a “face” da globaliza-

¹¹ BAUMAN, Zigmund. *Estranhos à nossa porta*, p. 8.

¹² A expressão “globalização da indiferença” aparece quatro vezes e a palavra “indiferença” aparece sete vezes na homilia que tem duas páginas e meia.

ção, uma globalização da indiferença, que exclui aqueles que não interessam e que são um “incômodo” (Lampedusa). Esse é um dos aspectos culturais da globalização: estimula o desca-so com relação àqueles que exigem de nós a solidariedade e o respeito.

Essa globalização da indiferença “tirou-nos a capacidade de chorar”, de sofrer com os outros. Ela instaura uma subje-tividade desinteressada, descomprometida, insensível, com aqueles que são considerados desnecessários, inúteis. É uma subjetividade que se transforma num subjetivismo, intimis-mo, que nos descola da realidade exterior.¹³

O tema da indiferença ou da globalização da indiferença é recorrente em diversos documentos de Francisco. Exemplos disso são a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* e a Carta Encíclica *Laudato Si'*. Na *Evangelii Gaudium* ele critica esse tipo de globalização:

Para se poder apoiar um estilo de vida que exclui os outros ou mesmo entusiasmar-se com este ideal egoísta, desenvolveu-se uma globalização da in-diferença. Quase sem nos dar conta, tornamo-nos incapazes de nos compadecer ao ouvir os clamores alheios, já não choramos à vista do drama dos ou-tros, nem nos interessamos por cuidar deles, como se tudo fosse uma responsabilidade de outrem, que não nos incumbe (54).

Na *Laudato Si'*, referindo-se ao aumento do número de mi-grantes, ele afirma que:

infelizmente, verifica-se uma indiferença geral pe-rante estas tragédias, que estão acontecendo agora mesmo em diferentes partes do mundo. A falta de reações diante destes dramas dos nossos irmãos e irmãs é um sinal da perda do sentido de responsa-bilidade pelos nossos semelhantes, sobre o qual se funda toda a sociedade civil (25)

¹³ ARDUÍNE, Juvenal. *Antropologia. Ousar para reinventar a humanidade*, p. 23.

A homilia de Lampedusa é, portanto, uma denúncia da globalização da indiferença que tem uma incidência tanto nas macroestruturas que hoje causam os deslocamentos forçados, mas também na nossa vida pessoal ao configurar um modo de vida pautado pelo descaso e pela insensibilidade diante das vítimas dos fluxos migratórios.

3. Francisco e as mensagens do Dia Mundial do Migrante e do Refugiado¹⁴

Ao ler os textos de Francisco é preciso ter em conta que eles têm um perfil pastoral bastante acentuado. São textos pastorais sem deixar de serem intensos e contundentes do ponto de vista teológico. É com essa perspectiva que queremos examinar as mensagens do Dia Mundial do Migrante e do Refugiado, escritas por Francisco desde o primeiro ano de seu ministério.

Desde Paulo VI, é costume que os papas publiquem por ocasião do Dia Mundial do Migrante e do Refugiado uma mensagem a respeito do tema das migrações.¹⁵ Desde o ano 1985, com João Paulo II, tem sido costume a publicação de uma mensagem por ocasião desse dia.

A seguir, examinamos cada uma das mensagens de Francisco, de 2014 a 2018, com a finalidade de apresentar o conteúdo central dessas mensagens para depois, na última parte, identificar os seus eixos principais.

Mensagem para o ano 2014 – “Migrantes e refugiados: rumo a um mundo melhor” – publicada em 05/08/2013

Antes de apresentar o tema escolhido por ele para o Dia Mundial do Migrante e do Refugiado de 2014, Francisco apresenta o contexto a partir de onde ele fez essa escolha: vivemos

¹⁴ Nesta parte, os textos utilizados e que não contêm citações específicas são das mensagens do Dia Mundial do Migrante e do Refugiado.

¹⁵ A primeira mensagem de Paulo VI foi através do rádio e no ano de 1963.

hoje um conjunto de “processos de interdependência mútua e interação em um nível global”. Esse é o quadro mais geral no qual Francisco situa o tema “Migrantes e refugiados: rumo a um mundo melhor”. Para ele, esse mundo melhor se refere “à busca de um desenvolvimento autêntico e integral, para poder agir de tal modo que haja condições de vida digna para todos”.

Para Francisco, no âmbito do fenômeno migratório o que é preocupante são as migrações forçadas sobretudo pela guerra e outras formas de violência, o tráfico humano e o trabalho escravo. Apesar desses riscos, segundo a mensagem o que fazem os migrantes e refugiados enfrentarem essa situação com confiança e esperança é “o desejo de um futuro melhor não só para si mesmos, mas também para as suas famílias e para os entes queridos”.

À pergunta “o que significa a criação de um ‘mundo melhor?’”, Francisco aponta três características:

“Essa expressão não se refere ingenuamente a conceitos abstratos ou a realidades inatingíveis, mas se dirige à busca de um desenvolvimento autêntico e integral, para poder agir de tal modo que haja condições de vida digna para todos”.

“A realidade das migrações, com as dimensões que assume na nossa época de globalização, precisa ser tratada e gerida de uma maneira nova, justa e eficaz, o que exige, acima de tudo, uma cooperação internacional e um espírito de profunda solidariedade e compaixão”.

“...olhando para a realidade dos migrantes e refugiados, há um terceiro elemento que eu gostaria de destacar neste caminho de construção de um mundo melhor: a superação de preconceitos e de pré-compreensões, ao considerar as migrações”.

Num primeiro momento, Francisco recorre a um dos temas centrais do Ensino Social da Igreja católica ao dizer que

a busca por um mundo melhor passa pelo “desenvolvimento autêntico e integral”,¹⁶ um desenvolvimento que atenda a todas as pessoas, e não apenas a uma minoria, e ao mesmo tempo atenda a todas as dimensões da pessoa (*Populorum Progressio* 14). Em seguida, o papa afirma que a realidade das migrações precisa ser gerida de outra forma e que se paute pela solidariedade e pela compaixão. A própria gestão das fronteiras que privilegia a circulação de mercadorias e bloqueia o movimento de pessoas tem como resultado novos mapas que marginalizam o migrante. As fronteiras que deveriam ser flexíveis tornam-se verdadeiras barreiras aos movimentos migratórios forçados. Por último, o papa fala na necessidade de superar os preconceitos e pré-compreensões em torno do migrante e dos movimentos migratórios. Esses preconceitos permeiam as estruturas (leis e aparatos institucionais) e as consciências das pessoas ao criar certos estereótipos do migrante como aquele que tira o emprego e como aquele que é um perigo e uma ameaça à segurança dos nacionais. Para Francisco a criação de um mundo melhor supõe, portanto, uma mudança cultural profunda que rompa com os preconceitos e com as pré-compreensões no que se refere aos migrantes.

As características desse “mundo melhor” apresentadas por Francisco, como é possível observar, trazem na sua lógica a denúncia de tudo o que impede a sua realização. Desta forma, na sua primeira mensagem sobre o Dia do Migrante e do Refugiado, o posicionamento do papa não só aponta para a necessidade de mudanças sociais – nacionais e mundiais – que alterem significativamente o modo como os migrantes são tratados, mas também recorda à Igreja que esta é “chamada a ser o Povo de Deus que abraça todos os povos, e leva a todos os povos o anúncio do Evangelho, pois no rosto de cada pessoa

¹⁶ PCJP, *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, p. 213.

está estampado o rosto de Cristo”. Segundo Francisco, para a Igreja a realidade dos migrantes e refugiados é oportunidade para que a comunidade cristã contribua com a construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

Mensagem para o ano de 2015 – “Igreja sem fronteiras, mãe de todos” – publicada em 03/09/2014

Francisco inicia o texto fazendo referência à “solicitude (*de Jesus*), especialmente pelos mais vulneráveis e marginalizados, [que] a todos convida a cuidar das pessoas mais frágeis e reconhecer o seu rosto de sofrimento sobretudo nas vítimas das novas formas de pobreza e escravidão”. Esse é o horizonte em que Francisco situa o tema escolhido: “Igreja sem fronteiras, mãe de todos”.

Esse tema acima leva Francisco a afirmar que:

a Igreja sem fronteiras, mãe de todos, propaga no mundo a cultura do acolhimento e da solidariedade, segundo a qual ninguém deve ser considerado inútil, intruso e descartável. A comunidade cristã, se viver efetivamente a sua maternidade, nutre, guia e aponta o caminho, acompanha com paciência, solidariza-se com a oração e as obras de misericórdia.

O tema “da igreja sem fronteiras, mãe de todos” também está presente na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*:

Os migrantes representam um desafio especial para mim, por ser Pastor duma Igreja sem fronteiras que se sente mãe de todos. Por isso, exorto os países a uma abertura generosa, que, em vez de temer a destruição da identidade¹⁷ local, seja capaz de criar novas sínteses culturais (EG 210).

A ideia de uma Igreja sem fronteiras refere-se não só ao espaço de sua atuação, que deve ultrapassar as fronteiras geográficas, mas também ao fato de que a Igreja tem que ser

¹⁷ Como veremos a seguir, o tema da identidade é uma constante nas mensagens de Francisco.

uma Igreja acolhedora, aberta a todos, uma “Igreja de portas abertas” (EG 46 e 47). Esse tema está bastante conectado com o tema da “Igreja em saída” também presente na *Evangelii Gaudium* (17). Ao recorrer ao tema de uma Igreja sem fronteiras, que é mãe de todas as pessoas e que deve ser acolhedora e misericordiosa, Francisco propõe um mundo que seja mais acolhedor e humano.

Na mensagem para o ano de 2015, Francisco chama a atenção para o “caráter multicultural das sociedades de hoje” que coloca novas exigências para a Igreja católica no que diz respeito à sua atuação, levando-a a assumir “novos compromissos de solidariedade, comunhão e evangelização”. Esse caráter multicultural exige o respeito à diversidade cultural e à instauração do que o papa denomina de “cultura do encontro”, onde as pessoas possam garantir a sua identidade cultural em diálogo com os diversos aspectos culturais das sociedades que os acolhem.

Para o papa, os movimentos migratórios além de trazerem à tona os dramas mais profundos da humanidade, também denunciam as condições desumanas presentes em sociedades que se negam a acolher o estrangeiro, e ao mesmo tempo exigem uma nova lógica social fundada na igualdade e na solidariedade.

A “cultura do encontro numa harmonia pluriforme” (EG 220), defendida por Francisco, é caminho para a construção de uma sociedade onde nacionais e migrantes sejam acolhidos para viver de forma digna e respeitosa. No pensamento do papa, a noção de *cultura do encontro* tem o seu contraponto na cultura autoreferencial, dominante no mundo capitalista. A utilização dessa noção por Francisco, tanto na Mensagem para o ano de 2015 como também na própria *Evangelii Gaudium*, tem suas raízes no Documento de Aparecida, em cuja redação o cardeal Bergoglio teve uma participação decisiva. A esse respeito, Cuda afirma que:

em continuidade com o analisado no Documento de Aparecida – do qual o cardeal argentino Jorge Bergoglio tomou parte e em cuja redação teve uma participação significativa –, podemos comprovar que na Exortação *Evangelii Gaudium* de Papa Francisco também se diferenciam – nas entrelinhas – dois tipos de cultura, a cultura do encontro e a cultura autoreferencial^{18, 19}

Mensagem para o ano de 2016 – “Os emigrantes e refugiados interpelam-nos. A resposta do Evangelho da misericórdia” – publicada em 12/09/2015

Na Mensagem de 2016, Francisco parte de uma constatação preliminar: o fenômeno da migração está acontecendo em todas as áreas do planeta. Esse fato, segundo ele, interpela as comunidades nos diversos países que são “escolhidos” como destinos pelos migrantes. Ao mesmo tempo, esses fatos obrigam os diversos países e as pessoas a repensarem o seu modo de entender os migrantes e refugiados, as suas reivindicações e, sobretudo, a sua potencialidade de diversidade cultural. O fenômeno migratório dá “um choque de realidade” nas concepções tradicionais que veem a diversidade apenas a partir do horizonte de quem pensa e reflete sobre ela. Aqui está, certamente, um dos grandes questionamentos feitos ao ocidente pela migração: ela mostra que a ideia de diversidade cultural no ocidente tem que ser revista a partir das interpelações do outro, do estrangeiro.

O drama vivido pelos migrantes e refugiados tanto nos países de origem como nas fronteiras e nos países que os acolhem, revela a incapacidade desses países de estabelecerem políticas de regulação do processo migratório que possam ser conside-

¹⁸ A expressão autoreferencial tem sido muito utilizada por Francisco para criticar uma mentalidade muito comum, hoje, de um egoísmo muito exacerbado que coloca o indivíduo como centro da compreensão da vida. A esse respeito ver EG 8, 94 e 95 e LS 204 e 208.

¹⁹ CUDA, E. *Para ler a Francisco*. Teologia, ética e política, p. 247.

radas condizentes com a dignidade humana. De modo geral, na maioria dos países ainda não se consolidou uma política de gestão das migrações que esteja em consonância com os direitos humanos.

A partir dessa constatação, Francisco chega a afirmar que os fluxos migratórios fazem parte de um contexto maior de estruturas socioeconômicas. Por isso, segundo ele, é necessário sair da precariedade de programas emergenciais de acolhida para avançar para o estabelecimento de programas que levem em conta as causas e as consequências do fluxo migratório. Nesse sentido, a proposta de regulação das migrações feita por Francisco tem também uma perspectiva estrutural coerente com a sua análise do fenômeno; se o fenômeno migratório se funda em causas estruturais, as políticas de regulação também têm que ser de cunho estrutural.

A questão da identidade é apontada por Francisco como uma questão importante:

Neste momento da história da humanidade, fortemente marcado pelas migrações, a questão da identidade não é uma questão de importância secundária. De fato, quem emigra é forçado a modificar certos aspectos que definem a sua pessoa e, mesmo sem querer, obriga a mudar também quem o acolhe.

Embora no caso dos migrantes a questão da identidade torne-se muitas vezes razão de muito sofrimento, no caso daqueles que os acolhem também a presença de grupos étnicos diferentes se torna um desafio do ponto de vista cultural, social e econômico. Assim, a presença dos migrantes “interpela seriamente as diferentes sociedades que os acolhem”. Para Francisco, diante de tais situações a resposta da Igreja é a misericórdia que é dom de Deus, mas é também caminho para solidificar a solidariedade para com o próximo.

Por isso, o papa propõe olhar para os migrantes muito além de “sua condição de regularidade ou irregularidade, mas so-

bretudo como pessoas que, tuteladas em sua dignidade, podem contribuir para o bem-estar e o progresso de todos”.

Mensagem para o ano de 2017 – “Migrantes de menor idade, vulneráveis e sem voz” – publicada em 08/09/2016

A Mensagem para o ano de 2017 tem como preocupação central os migrantes de menor idade, parcela significativa e bastante vulnerável dos contingentes de migrantes. O papa começa referindo-se ao lugar privilegiado das crianças no ensinamento de Jesus. O critério fundamental presente da Mensagem evangélica é o acolhimento (Mc 9,37).

Segundo o papa, as crianças migrantes “são três vezes mais vulneráveis – porque de menor idade, porque estrangeiros e porque indefesas – quando, por vários motivos, são forçadas a viver longe de sua terra natal e separadas do carinho familiar”. Alguns dados do UNICEF ajudam a entender a situação descrita pelo papa: “200 mil crianças desacompanhadas pediram asilo em 80 países em 2015-2016; 100 mil crianças desacompanhadas foram presas na fronteira entre os Estados Unidos e o México em 2015-2016; 170 mil crianças desacompanhadas pediram asilo na Europa em 2015-2016; crianças desacompanhadas e separadas de suas famílias representaram 92% de todas as crianças que chegaram à Itália por mar em 2016. As crianças representam aproximadamente 28% das vítimas do tráfico globalmente.”²⁰

Para o papa, as crianças migrantes “são os primeiros a pagar o preço oneroso da emigração, provocada quase sempre pela violência, a miséria e as condições, fatores estes que se associam também à globalização nos seus aspectos negativos”

Na perspectiva de Francisco, a resposta a essa realidade passa pela tomada de consciência de que “o fenômeno migratório não é alheio à história da salvação; pelo contrário, faz parte

²⁰ https://www.unicef.org/brazil/pt/media_36161.html. Acesso em 28/09/17.

dela.” Em segundo lugar, para o papa “esse fenômeno constitui um *sinal dos tempos*²¹, um sinal que fala da obra providencial de Deus na história e na comunidade humana”

Francisco afirma que é necessário apostar na proteção, na integração e em soluções duradouras. Para isso, propõe três medidas: garantir proteção e defesa aos menores migrantes; “trabalhar pela integração das crianças e adolescentes migrantes”; adotar soluções duradouras que levem em conta as causas reais da migração.

*Mensagem para o ano de 2018 – “Acolher, proteger, promover e integrar os migrantes e refugiados”
– publicada em 15/08/2017*

Na Mensagem para o Dia Mundial do Migrante e do Refugiado 2018, o papa retoma a sua visita a Lampedusa afirmando que esta foi um sinal dos tempos. Em seguida, afirma que a Igreja tem a tarefa de acolher, em toda a sua experiência migratória, cada “ser humano forçado a deixar a sua pátria à procura dum futuro melhor”.

A Mensagem está estruturada de acordo com quatro verbos: acolher, proteger, promover e integrar. O papa retoma o conteúdo do seu discurso aos participantes do Fórum Internacional sobre Migrações e Paz, no dia 21 de fevereiro de 2017. Nesse discurso, Francisco afirma que a resposta aos desafios dos fluxos migratórios deve se articular nesses quatro verbos.²²

Acolher significa, de acordo com a Mensagem, “oferecer a migrantes e refugiados possibilidades mais amplas de entrada segura e legal nos países de destino”. E as medidas possíveis apontadas vão desde a criação de condições concretas de

²¹ O itálico é do próprio documento.

²² Nesse discurso, Francisco apresenta três deveres “em relação aos irmãos e irmãs que, por diferentes motivos, são forçados a deixar a própria terra de origem: um dever de justiça, de civilização e de solidariedade” (http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2017/february/documents/papa-francesco_20170221_forum-migrazioni-pace.html).

acolhida nos países receptores de migrantes até a adoção de políticas públicas que tenham a pessoa humana como centro dessas políticas.

Proteger se traduz “numa ampla série de ações em defesa dos direitos e da dignidade dos migrantes e refugiados, independente da sua situação migratória”. A proteção dessas pessoas deve ser traduzida em medidas efetivas que visem garantir os direitos fundamentais: ao trabalho, à moradia, à alimentação, à saúde e à seguridade social. Nesse momento da Mensagem, o papa volta a insistir na necessidade de garantir proteção adequada às crianças migrantes e refugiadas.

Promover significa “empenhar-se por que todos os migrantes e refugiados, bem como as comunidades que os acolhem, tenham condições para se realizar como pessoas em todas as dimensões que compõem a humanidade querida pelo Criador”. Nesse aspecto, Francisco chama a atenção para duas dimensões que precisam ser levadas em conta: a dimensão religiosa e a dimensão sóciolaboral. Segundo ele, os países que acolhem devem garantir a liberdade religiosa e o acesso ao trabalho para que os migrantes e refugiados possam viver com dignidade.

Integrar “situa-se no plano das oportunidades de enriquecimento intercultural geradas pela presença de migrantes e refugiados. A integração não é uma ‘assimilação’, que leva a suprimir ou esquecer a própria identidade cultural”. O papa tem consciência de que o processo de integração é complexo e afeta a sociedade e a cultura. Para ele, o processo de integração é uma oportunidade para que as diversas dádivas manifestadas por Deus no meio das pessoas possam ser disponibilizadas inclusive pelos migrantes e refugiados. Os países que os acolhem devem criar condições para que eles possam contribuir com a riqueza cultural local.

4. Aspectos centrais do pensamento de Francisco presentes nas mensagens

A migração em qualquer época e lugar coloca em xeque a própria condição humana: conviver com as outras pessoas supõe conviver com as diferenças sem tornar o diferente um estranho, garantindo o respeito aos princípios éticos e possibilitando a convivência humana respeitosa e fraterna. O fenômeno migratório a que assistimos hoje, com todas as suas múltiplas causas, está questionando tanto o modelo de globalização como também os modelos utilizados pelos países ricos para entender esses processos.

Nos últimos anos, Francisco tem sido a liderança que mais insiste no tema dos migrantes e dos refugiados e que assume uma postura crítica frente à forma como os países tem gerenciado os fluxos migratórios. O próprio Bauman reconhece que o papa tem sido uma “das pouquíssimas figuras públicas a nos alertar acerca dos perigos de seguir o gesto de Pôncio Pilatos”²³ com relação aos dramas vividos pelos migrantes e refugiados.

No seu discurso aos participantes do Fórum Internacional sobre Migrações e Paz,²⁴ Francisco afirmou que “migrar é expressão da aspiração intrínseca à felicidade, própria de cada ser humano...” No entanto, naquela ocasião ele reconhecia também que neste terceiro milênio os fluxos migratórios atingem quase todo o planeta e na maioria das vezes “tratam-se de deslocamentos forçados, causados por conflitos, calamidades naturais, perseguições, mudanças climáticas, violências, pobreza extrema e condições de vida indignas”.

O pensamento de Francisco quanto à crise migratória não apresenta só um diagnóstico, mas também apresenta diretrizes

²³ BAUMAN, Zigmund, *Estranhos à nossa porta*, p. 25.

²⁴ http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2017/february/documents/papa-francesco_20170221_forum-migrazioni-pace.html.

gerais para responder aos desafios da onda migratória. A reflexão que fizemos em torno das mensagens para o Dia Mundial do Migrante e do Refugiados apresenta os principais aspectos do pensamento de Francisco sobre o tema das migrações.

Um *primeiro aspecto* é aquele que diz respeito à *compreensão de Francisco sobre a realidade global*. Para Francisco, a realidade global nos tempos presentes pode ser caracterizada por um conjunto de “processos de interdependência e interação em um nível global”, como ele expressou na Mensagem para o ano de 2014. No número 137 da *Laudato Si'*, Francisco reconhecia essa interdependência e interação:

Dado que tudo está intimamente relacionado e que os problemas requerem um olhar que tenha em conta todos os aspectos da crise mundial, proponho que nos detenhamos... sobre os diferentes elementos duma *ecologia integral*, que inclua claramente as dimensões humanas e sociais.

A migração, como qualquer outro processo no mundo globalizado, só pode ser compreendida dentro da dinâmica mais global de interdependência. Com a complexificação das relações entre os países no atual estágio de globalização, qualquer fenômeno só pode ser entendido nesse contexto. O entendimento do processo migratório passa pela compreensão da inter-relação entre a crise migratória e outras crises presentes no mundo.

Um *segundo aspecto* diz respeito à ideia de um *mundo melhor*. Essa ideia se apresenta nos discursos do papa como uma utopia, como uma alternativa à situação que vivemos. Tanto na *Evangelii Gaudium* como na *Laudato Si'* essa expressão está presente (LS 134 e EG 183). Na Mensagem para o ano 2014, Francisco afirma que a expressão “mundo melhor” não se refere a conceitos abstratos ou realidades inatingíveis.

Para o papa, o mundo melhor se refere à busca do desenvolvimento autêntico e integral que propicie vida digna para todas as pessoas, à existência da cooperação internacional ba-

seada na solidariedade e compaixão e à superação de preconceitos e pré-compreensões.

Uma *nova gestão da migração* é o *terceiro aspecto* do pensamento de Francisco sobre as migrações. Como vimos na Mensagem para o ano de 2014, Francisco afirma que a realidade das migrações “precisa ser tratada e gerida de uma maneira nova, justa e eficaz”. Isso supõe que, antes de tudo, se leve em conta a própria dimensão estrutural dos movimentos migratórios e a perspectiva de um desenvolvimento que atenda de fato às necessidades das pessoas.

Essa nova gestão da migração exige a criação de políticas públicas voltadas para oferecer as condições reais de vida digna – trabalho, moradia, saúde e demais direitos – para os migrantes e refugiados e também a criação de uma nova consciência que estimule a solidariedade com os migrantes, refugiados e com os estrangeiros de modo geral. Nesse segundo caminho, os sistemas educacionais, as igrejas e religiões e os meios de comunicação têm um papel fundamental no sentido de disseminar valores como respeito ao diferente e solidariedade com os que mais sofrem.

A *globalização da indiferença* é o *quarto aspecto* do pensamento de Francisco sobre a migração. Ao tratar do tema, ele tem denunciado em vários momentos aquilo que denomina de globalização da indiferença. Essa globalização da indiferença não é apenas um sistema de organização da vida baseada nas inter-relações de países. É também uma cultura que estimula as pessoas a se pautarem apenas pelos seus interesses pessoais alimentando um sentimento de indiferença diante dos outros sobretudo daqueles que sofrem. Como afirma o papa, “habitua-mo-nos ao sofrimento do outro, não nos diz respeito, não nos interessa, não é responsabilidade nossa!” (Lampedusa).

A globalização da indiferença instaura relações de estranhamento e de distanciamento entre as pessoas. Atualmente os mi-

grantes são as maiores vítimas dessa dinâmica da indiferença. Diante dos sofrimentos e dramas vividos pelos migrantes, há uma cultura da indiferença que nos faz ficar alheios a essa realidade.

A crítica que Francisco faz a essa globalização questiona não só o modelo, que tem implicações nas diversas esferas sociais, mas também a forma como reagimos a essa dinâmica: frequentemente nos esquecemos de que somos parte de uma família humana e que “o urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral, pois sabemos que as coisas podem mudar” (LS 13).

Não podemos esquecer que “sofremos no corpo e na mente os efeitos da ‘globalização da indiferença’, do mal-estar da civilização”. A globalização da indiferença que hoje se manifesta de forma mais lancinante diante do fenômeno migratório diz respeito a todos nós.

Conclusão

A reflexão que fizemos sobre as mensagens para o Dia Mundial do Migrante e do Refugiado revela que Francisco tem consciência de que os fluxos migratórios não podem ser vistos como processos isolados sem interação com as estruturas da globalização.

Perpassa os textos das mensagens a ideia de que a análise dos fluxos migratórios não pode ser vista apenas nas suas causas específicas ou consequências imediatas; é necessário compreendê-los como parte de um contexto maior e mais complexo que está relacionado com o quadro mais geral criado pelos próprios países ricos em sua trajetória de colonização.

Por trás e sob os movimentos migratórios temos uma denúncia silenciosa, mas não menos escancarada, da própria relação dos países ricos com os países pobres e do próprio modelo de estruturação econômica. Por isso, as mensagens de Francisco sobre as migrações são bastante relevantes tanto para a

compreensão do fenômeno migratório atual como também para a própria Igreja católica. Para ele, a Igreja sem fronteiras necessita discernir nas migrações de hoje um grande sinal dos tempos para rever a sua própria atuação.

A reflexão feita neste texto, a partir das mensagens do papa Francisco, mostra a relevância do tema das migrações nos tempos atuais e a necessidade das igrejas e religiões escolherem esse tema como uma de suas prioridades.

Assumir as aspirações e necessidades de milhares de pessoas, adultos e crianças, na condição de migrantes é caminho para defender vidas humanas em situação de vulnerabilidade e viver a solidariedade e fraternidade, valores inerentes às religiões. Além disso, a acolhida às pessoas migrantes é pressuposto para construirmos uma sociedade mais humana e mais justa.

As religiões e igrejas, se quiserem ser fiéis às suas tradições, precisam insistir na necessidade das sociedades e dos governos garantirem direitos a todas as pessoas migrantes. A construção de um outro mundo possível dependerá da forma como as sociedades – incluindo as igrejas e religiões – se abrem para *acolher, proteger, promover e integrar* as pessoas que migram.

Referências bibliográficas

- AGIER, M. *Migrações, descentramento e cosmopolitismo*. Uma antropologia das fronteiras. Alagoas-São Paulo: Edufal-Ed. Unesp, 2015.
- ARDUÍNE, J. *Antropologia*. Ousar para reinventar a humanidade. São Paulo: Paulus, 2002.
- BAUMAN, Z. *Estranhos à nossa porta*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- CARVALHO, E. de A. Perspectiva interdisciplinar inerente à Encíclica. In: PASSOS, João Décio (org.). *Diálogos no interior da casa comum*. Recepções interdisciplinares sobre a Encíclica *Laudato Si'*. São Paulo: Educ-Paulus, 2016.
- CUDA, E. *Para ler a Francisco*. Teología, ética e política. Buenos Aires: Manancial, 2016.

- FRANCISCO. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*. São Paulo: Paulinas, 2013.
- _____. Homilia em Lampedusa 08/07/2013. In: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2013>. Acesso em 21/04/2017.
- _____. Mensagem do Papa Francisco para o Dia Mundial do Migrante e do Refugiado (2014). In: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/migration>. Acesso em 27/04/17.
- _____. Mensagem do Papa Francisco para o Dia Mundial do Migrante e do Refugiado (2015). In: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/migration>. Acesso em 27/04/17.
- _____. Carta Encíclica *Laudato Si'* sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulus-Loyola, 2015.
- _____. Mensagem do Papa Francisco para o Dia Mundial do Migrante e do Refugiado (2016). In: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/migration>. Acesso em 27/04/17.
- _____. Mensagem do Papa Francisco para o Dia Mundial do Migrante e do Refugiado (2017). In: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/migration>. Acesso em 27/04/17.
- HIRST, P. e THOMPSON, G. *Globalização em questão*. A economia internacional e as possibilidades de governabilidade. Petrópolis: Vozes, 1998.
- PAULO VI. Carta Encíclica *Populorum Progressio* (1967). In: <http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals>. Acesso em 27/04/2017.
- PCJP (CONSELHO PONTIFÍCIO “JUSTIÇA E PAZ”). *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. 3ª ed. São Paulo: Paulinas, 2006.
- TEDESCO, J. C. Modernidade e migração: o estrangeiro na globalização. In: PEREIRA, G. M. S. e PEREIRA, J. de R. S. *Migração e globalização: um olhar interdisciplinar*. Curitiba: CRV, 2012.



SEÇÃO III
PASTORAL



|

EXPERIÊNCIAS INSTITUCIONAIS
COM MIGRANTES



1. Acolhimento e apoio aos migrantes e refugiados
Centro de Referência para Refugiados
Caritas Arquidiocesana de São Paulo¹

Maria Cristina Morelli²

*Acolher, proteger, promover e integrar
os migrantes e os refugiados.
Papa Francisco³*

Hoje, o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para o Refúgio) nos apresenta que 68,3 milhões de pessoas foram deslocadas de onde estavam e, destas, 22 milhões estão em situação de refúgio. É preciso lembrar que migrar é um direito universal⁴, assim como não migrar. Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e que completa 70 anos em 2018, consta o artigo 13º, no qual se enuncia:

1. Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado.

¹ Contato: Caritas Arquidiocesana de São Paulo – Centro de Referência para Refugiados. Rua José Bonifácio, n. 107, 1º andar – Centro – São Paulo – SP. CEP 01003-000 – Tel. (011) 4873.6363 e mail: casp.refugiados@uol.com.br – duvidasrefugio@gmail.com.

Site <http://www.caritassp.org.br/> – Facebook <https://www.facebook.com/caritassp>

² Maria Cristina Morelli, Assistente Social, Coordenadora do Centro de Referência para Refugiados – Caritas Arquidiocesana de São Paulo, desde julho 2011.

³ Papa Francisco no Dia Mundial do Migrante e do Refugiado 2018, celebrado em 14 de janeiro.

⁴ <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>

2. Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu.

Migrar é um direito, não um delito. Idealmente, a legislação brasileira corrobora para esta afirmação, via **refúgio e migração**. A Lei 9.474 de refúgio no Brasil, promulgada em 1997, é considerada pela ONU como uma das mais humanitárias, abarcantes e atualizadas do mundo, reunindo todos os dispositivos de proteção internacional aos deslocados forçados e não redigida sob a ótica do direito penal, mas pelo prisma dos direitos humanos. Segundo a Lei brasileira, será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Já a Lei de Migração, regulamentada em 2017, substituiu o antiquado Estatuto do Estrangeiro, contemporâneo à ditadura militar e que colocava o imigrante na posição de ameaça à segurança nacional, dificultando sua regularização no Brasil. A nova Lei é vista como um avanço, pois também se pauta nos direitos humanos e pontua, por exemplo, que o imigrante em situação irregular no Brasil não poderá ser preso, respondendo ao processo em liberdade e com ajuda jurídica do governo brasileiro.

O tema da imigração no Brasil frequentemente desperta ataques de xenofobia e preconceito, em um país essencialmente miscigenado. Entre o século XIX e início do século XX,

mais de 4 milhões de portugueses, espanhóis, italianos, japoneses, entre outras nacionalidades, migraram para o território brasileiro. Em 2015, a população brasileira já chegava a 206 milhões de pessoas. Desse total, segundo a Polícia Federal, cerca de 2 milhões de imigrantes viviam regularizados no Brasil, enquanto estimativas do Ministério das Relações Exteriores apontavam que havia 03 milhões de brasileiros vivendo fora do país, ou seja, mais brasileiros fora do Brasil do que imigrantes em solo brasileiro.

É dedicando-se ao acolhimento dessas pessoas que, há décadas, a Caritas Arquidiocesana de São Paulo vem implantando e estimulando alternativas de vida digna aos irmãos imigrantes em situação de refúgio que chegam ao Brasil. Nos idos de 1970, quase toda a América do Sul vivia um regime de exceção que forçava a saída de pessoas de seus países de origem. No Brasil, a Igreja católica assumiu a tarefa de proteger brasileiros perseguidos pela ditadura, auxiliando-os a se refugiar no exterior. Também recebia e acolhia, com os próprios recursos, os argentinos, chilenos e uruguaios que atravessavam a fronteira para resguardar suas vidas em nosso país, pois no contexto ditatorial era impossível se pensar em qualquer tipo de assistência governamental a essas pessoas. Em São Paulo, criou-se um trabalho de atendimento a refugiados que teve sua origem na Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, instalada na década de 1970.

A abertura política brasileira permitiu que o trabalho fosse formalizado em 1989 dentre as ações da Caritas Arquidiocesana de São Paulo que, ininterruptamente, deu continuidade ao desenvolvimento de programas voltados a receber, orientar, assistir e defender o direito de imigrantes refugiados. Nessa época, também passou a integrar a rede de proteção do ACNUR, porém o papel da agência da ONU limitava-se a entrevistar os imigrantes e a solicitar o reconhecimento formal dos casos de refúgio ao governo, o qual apenas providencia-

va a documentação. Muitos refugiados vinham de regiões de guerra, com traumas psíquicos e problemas de saúde, mas o apoio governamental oferecido era insuficiente e havia a necessidade de aprofundar a integração dos refugiados no ambiente local.

O governo, então, convidou a Caritas Arquidiocesana de São Paulo e a do Rio de Janeiro e organizações que já estavam acostumadas a trabalhar com vítimas de perseguição, para participar de discussões e reuniões com os Ministérios das Relações Exteriores, da Saúde, do Trabalho e Educação, entre outros, acerca da situação dos refugiados no Brasil. As discussões entre as diversas instituições deixaram clara a necessidade de se aperfeiçoar a regulamentação do Estatuto dos Refugiados no Brasil. Assim, em 1997, foi editada a Lei n. 9.474, redigida em parceria com a sociedade civil e o ACNUR.

Sendo membro do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), a Caritas tem um papel muito importante ao propor avanços na normativa brasileira, estimulando a adoção de novas políticas públicas, além da inclusão dos refugiados em políticas já existentes. Nesse contexto, a Caritas Arquidiocesana de São Paulo adotou e segue tomando medidas focadas no desenvolvimento de parcerias, políticas públicas e alterações legais necessárias ao respeito dos direitos dos refugiados e ao cumprimento das obrigações internacionais assumidas pelo Brasil, com a assinatura da Convenção de Genebra de 1951 (Estatuto dos Refugiados) e do seu Protocolo de 1967.

O atendimento aos refugiados é hoje executado pela Caritas a partir de uma estrutura denominada Centro de Referência para Refugiados, o qual conta com o apoio do ACNUR e várias instituições parceiras.

O Centro de Referência para Refugiados possui quatro programas de atendimento direto a refugiados: Assistência Social, Integração Local, Proteção Legal e Saúde Mental, além de grupos de orientação para os recém-chegados, ações de *ad-*

vocacy, fiscalização e sugestão de políticas públicas, expansão do conhecimento sobre o direito e a realidade dos refugiados no país, realização de projetos conjuntos e fomento de parcerias com outras entidades e com grupos de refugiados, realização de campanhas para arrecadação de itens de necessidade básica e sensibilização da população para o tema.

Por meio do Centro de Referência e dos programas de atendimento direto, a Caritas Arquidiocesana de São Paulo acredita contribuir para que nossos irmãos e irmãs em situação de refúgio sejam acolhidos com dignidade, busquem resgatar a autoestima e consigam plena integração na sociedade brasileira. Em outras palavras, busca-se concretizar as atitudes solicitadas pelo Papa Francisco de acolher, proteger, promover e integrar os refugiados.

No Programa de Assistência, a Caritas possui uma equipe de assistentes sociais e voluntários que fazem atendimentos individuais das pessoas em necessidade de primeiro albergamento, atendimento social, saúde, entrega de itens de necessidade, documentos e outras vulnerabilidades especiais. Para esse trabalho, contamos com muitos parceiros, entre eles a Missão Paz, o Amparo Maternal, a CROPH (Coordenação Regional das Obras de Promoção Humana) etc.

No Programa de Integração Local, outra equipe de assistentes sociais e voluntários volta-se para pessoas em necessidade de cursos de português, cursos universitários e profissionalizantes, documentos e direitos trabalhistas, inclusão de crianças e jovens no ensino regular, revalidação de diplomas universitários e inclusão profissional. Neste programa, destacamos alguns parceiros como o: SESC, SENAI, SESI, SENAC, a EMDOC com o projeto PARR (Programa de Apoio para a Recolocação dos Refugiados) e o Instituto CrediPaz de São Paulo (microcrédito solidário - microempreendedorismo).

No Programa de Proteção Legal, contamos com uma equipe de advogados e voluntários que, através de atendimentos in-

dividuais, visam à proteção de direitos a partir das seguintes ações: primeira acolhida, entrevista e parecer sobre a condição de refugiado, orientação jurídica, reunião familiar, formação de rede de proteção, fiscalização. Também faz palestras, participação em comitês e comissões, articulação com órgãos públicos.

E, no Programa de Saúde Mental, uma equipe formada por uma psicóloga com apoio de voluntários realiza atendimentos individuais e em grupo, visando avaliar a condição de saúde mental dos indivíduos mais vulneráveis; fazer encaminhamento e acompanhamento para tratamento, quando necessário; dar orientações e fazer encaminhamento de casos especiais de saúde em geral; promover atividades de bem-estar e manifestação dos sentimentos dos solicitantes de refúgio e de refugiados.

A Caritas possui também uma Assessoria de Comunicação, que atende a jornalistas, pesquisadores, estudantes, produtores e imprensa em geral; elabora apresentações sobre o tema do refúgio; organiza eventos e projetos e busca sensibilizar a mídia sobre o tema.

Também estamos presentes em locais de decisão política na cidade de São Paulo e em espaços fundamentais para a elaboração de políticas públicas: Comitê Estadual para Refugiados (CER), Núcleo de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas, e eleita através dos votos dos refugiados para o Conselho Municipal do Imigrante.

Nesses 40 anos de atuação, a Caritas criou uma rede de parceiros que chega a mais de setenta organizações, tanto do setor privado, como públicas, buscando sempre a melhor acolhida e atendimento aos solicitantes de refúgio e refugiados em São Paulo. E ainda mantém relações institucionais com a Polícia Federal, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do Estado, Ministério Público, Ministério Público do Trabalho, Juizado da Infância e Adolescência, Posto Humanizado do

Aeroporto de Guarulhos, CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), CAPS (Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas), CRAI- SP (Centro de Referência e Atendimento ao Imigrante).

Para a Caritas, a acolhida é a palavra motivadora de todos os nossos serviços. Entendemos que a hospitalidade é a saída possível e necessária para a situação dos refugiados, pessoas obrigadas a deixar suas casas para salvar suas vidas. Caritas, em latim, significa caridade, princípio que nos determina e que é nossa força motriz.

A Caritas é o amor organizado da Igreja para o serviço aos mais pobres, sofridos e excluídos da sociedade. E, hoje, o rosto do imigrante refugiado se apresenta como aquele que é posto à margem da sociedade. Promover a dignidade, defender os direitos e integrar essas pessoas à nossa sociedade - eis a nossa missão!

2. Pastoral dos migrantes: memória como resistência SPM – Serviço Pastoral dos Migrantes

Roberval Freire¹

Quem não tem memória, não consegue voltar para casa
Padre Agostinho Preto, da Pastoral Operária

Incio este depoimento falando da história de um casal migrante, que veio do sertão de Pernambuco para São Paulo: meu pai, André, e minha mãe, Maria do Socorro – um casal de nordestinos na cidade de São Paulo.

Meus pais vieram para a Zona Leste de São Paulo em 1954, onde já haviam residiam parentes. Nasci em 1955, no bairro Sapopemba, Zona Leste de São Paulo, à época, lugar de chegada de muitos migrantes. Toda nossa vida em família foi neste espaço da cidade, onde vivemos por 13 anos. Na casa alugada de dois cômodos, vivíamos eu, meu pai, minha mãe e minhas irmãs.

O pai ganhava pouco, e acordava às 5 horas da manhã para trabalhar e nos sustentar. Pouco tempo depois que nasci, minha mãe começou a ter surtos psicóticos, com mania de perseguição e muitas vezes falava sozinha². Vivemos um desarran-

¹ Roberval Freire é formado em Filosofia pela FAI – Faculdades Associadas do Ipiranga e em Teologia, pela Faculdade Nossa Senhora da Assunção, Ipiranga, São Paulo/SP. Mestre pela PUC-SP, defendendo o tema “Migrantes de Canudos em São Paulo – Reelaboração da Memória num Contexto de Discriminação”. Integra, atualmente, a equipe do SPM – Serviço Pastoral dos Migrantes, Pastoral Social, vinculada à CNBB.

² Era comum ela falar sozinha, horas seguidas, à noite, e isso provocava até briga com as vizinhas.

jo total na família por anos a fio. Certa vez, quando eu tinha 5 anos, minha mãe, no quintal da casa, estava cavando a terra com uma enxada, chorando. Então lhe perguntei: “Mãe, por que você está chorando?”. Então ela me respondeu: “Estou procurando os ossos do meu pai”. “Mas mãe, o vô está vivo; ele está lá em Pernambuco”, eu contestei. Tudo muito estranho e confuso para minha cabeça de criança. Somente anos mais tarde fui entender a força do simbolismo destes “ossos do meu pai”, do que havia deixado para trás e o impacto que foi para ela ter migrado e caído no isolamento da cidade grande.

Minha mãe era uma pessoa muito carinhosa, sensível, religiosa. Contava para mim e para as minhas irmãs, passagens da vida de Jesus, cantava e nos ensinava a cantar hinos, com emoção. Contava histórias que aprendeu no sertão³. Suas crises e internações perpassaram sua vida – ao todo foram 13 internações durante mais de 30 anos.

Mas nossa vida não era só feita de dor: brincávamos na rua, e eu vendia pipa na feira aos dez anos. Meu pai às vezes bebia e se lamentava: “O que fiz pra Deus que eu não tenho uma esposa com saúde, igual aos meus amigos?” Ele sentia um peso nas costas. Na religião, nunca se adaptou ao catolicismo: queria mesmo alguma religião onde pudesse buscar uma cura. Foi em centros de umbanda, sessões espíritas, seicho no ie, ou mesmo curandeiros⁴. Até os 18 anos, eu também rezava, pedindo a Deus pela cura de minha mãe. Mas, aos 19, quando comecei a estudar filosofia, com a ideia de ser padre, na desesperada busca de sentido, fui entender que não era a “cura” milagrosa o verdadeiro caminho a seguir, mas a

³ Ela explicava, por exemplo, o motivo das fogueiras na festa de São João: que naquele tempo o povo fez muitas fogueiras para despistar os soldados que perseguiam João Batista. Também contava que Nossa Senhora, com um ramo, apagava do chão as pegadas de Jesus, também para que não fosse encontrado pelos soldados.

⁴ Ele vivia cindido por dentro, uma espécie de neurose, um sofrimento psicológico também, pois ele entrava em permanente discussão com a mãe, em pleno surto, por não entender o que estava acontecendo.

aceitação da mãe, como pessoa, buscando saídas para o seu sofrimento mental.

Anos antes, na minha adolescência, foi que comecei a entender o que era a ditadura, quando meu pai dizia: “Estes militares aumentaram o próprio salário em 20%, e nós civis só recebemos 10% – isso é arrocho salarial”. Meu pai sentia no bolso o arrocho salarial da ditadura militar, em meio à doença e com filhos para criar. O dinheiro não dava e comíamos mal. Eu comecei a entender o que era a ditadura nas situações bem concretas da vida.

Meu pai, com pouco estudo, foi trabalhar como funcionário público, civil, no almoxarifado do Campo de Marte, na Aeronáutica, em Santana, Zona Norte de São Paulo. Ele era civil, mas recebia ordens dos militares⁵. Naquele tempo não tínhamos informações suficientes para entender tudo aquilo. E ele, cinco anos após aposentar-se, veio a falecer. Cerca de 35 anos, vivendo em casa alugada, sem ter a sonhada casinha. Teve seis filhos, sendo que a caçula nasceu quando minha mãe já tinha 46 anos.

Eu, o filho mais velho, do cuidado com a família, passei ao cuidado com a pastoral, como uma busca de mim mesmo. Depois de fazer filosofia, parei de trabalhar para fazer Teologia, pois essa era a condição para continuar os estudos. Parar de trabalhar só foi possível, com a ajuda de custo que eu recebia no seminário, para repassar à família.

No seminário, estranhei o estilo de vida. Tinha tudo: roupa lavada, comida, dinheiro para a condução etc. No fundo, sabia que aquele não era o meu mundo. Ao voltar em casa, nos finais de semana, quando fazia atividades pastorais, me deparei com aquele quadro sem fim de doença e pobreza: minha mãe em crise, faltando coisas em casa. Já cursando o 3º ano de

⁵ Da forma dele, fazia críticas à ditadura. Lembro quando fazia piada sobre alguns nomes de presidentes militares: “cavalo branco” (Castelo Branco), o “garrafa azul” (Garrastazu). Ele aprendeu até a palavra “isonomia”, como anseio de justiça no salário.

teologia, decidi voltar para casa: “Eu sei que não vou resolver a situação, mas é com eles que tenho que estar”. A saída do seminário e a volta para casa foi um choque, mas eu não podia seguir naquela dicotomia de vida.

Desde os 20 anos, participava de comunidade de base, atividades relacionadas a direitos humanos, pastoral da periferia etc. Nesta caminhada fui entendendo tudo isso com a minha história pessoal. Levei tempo para entender as teorias, nem sempre adequadas ao meu mundo, às nossas culturas, mas percebi que havia um grande conflito de classes no Brasil e que as dores do povo tinham causas bem objetivas.

A própria teologia da libertação, com Carlos Mesters, José Comblin, Ana Flora Anderson e Frei Gilberto Gorgulho, e também a caminhada nas CEBs – Comunidades Eclesiais de Base, foram abrindo meu entendimento para buscar uma libertação na minha própria vida, junto com mais pessoas, que viviam situações parecidas de opressão e exclusão. Ainda tentei voltar à vida religiosa, num Instituto Secular, ficando na Espanha por um ano – lugar onde eu meditei muito sobre esta questão da minha mãe. Naquele “noviciado” era como se eu tivesse vivido um tipo de internação, mas para fazer um encontro comigo mesmo, no “deserto”, e refazer as forças em direção à vida.

Não segui o projeto de vida nesta comunidade, pois o grupo religioso na Espanha dialogava pouco com uma proposta de Igreja mais aberta para a realidade. Foi longe do meu país que eu senti um pouco do que sente o imigrante. Foi lá que eu e os colombianos fazíamos um cafezinho depois do almoço como um ritual em terra estranha, para lembrar a nossa origem⁶. Aquele cheiro e sabor despertavam a lembrança de nossa ter-

⁶ Certa vez uma missionária, chegando do Brasil, em visita à Espanha, falou atrás de mim: “Que coisa! Como vai você?”. Quando eu ouvi aquela palavra “coisa”, senti tremer o corpo inteiro: era a familiaridade da minha língua. Como a gente sente falta da nossa língua, da nossa comida, do nosso mundo quando estamos fora de nosso país!

ra, da Colômbia e do Brasil. Voltei para o Brasil em 1982, livre para trabalhar por seis anos com o povo de rua, junto com as queridas oblatas de São Bento e outras pessoas leigas. Fui morar num cortiço de quintal, com Luis Kohara, no bairro da Luz, ao estilo inserido das amigas Oblatas.

Foi um tempo intenso em todos os sentidos, que marcou muito a minha e as nossas vidas: era o sopão feito na rua, a “cantanço” de papelão, a casa de oração aos domingos, as missões, os grupos de teatros, ocupações de casas abandonadas, tudo feito junto com o povo.

Presenciamos intensamente desgraça e graça – a maioria dos nossos amigos e amigas de rua morreram e, muitas destas pessoas, frequentavam a casa comunitária, onde fazíamos com o povo uma série de atividades. Muitas destas pessoas morreram por atropelamento, morte violenta, doença, alcoolismo e outros, simplesmente desapareceram e nunca mais os vimos.

Lidávamos com grupos bem crônicos da rua, sendo que a maioria era formada por migrantes! Hoje o perfil da população de rua mudou: há jovens, famílias inteiras, dependentes químicos, entre outros.

Depois desse período, me casei com a Regina⁷ que também teve, antes de mim, uma vivência com aquele trabalho junto ao povo da rua. Nosso casamento foi numa capela, gentilmente cedida pelos padres scalabrinianos, no Seminário João XXIII, no bairro do Ipiranga, pois nem eu nem a Regina tínhamos participação em paróquia fixa. Ela trabalhava no CESEEP⁸, na organização de cursos e eu, com o povo da rua.

Por falar a língua espanhola e atuar nas pastorais, foi possível entrar na equipe do SPM, Serviço Pastoral dos Migrantes, com a proposta de trabalhar na articulação nacional dos imi-

⁷ Regina Soares Jurkewicz é feminista, docente no Ensino Superior e membro da diretoria ampliada da ONG Católicas pelo Direito de Decidir.

⁸ Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular.

grantes “latino-americanos” – à época, ainda chamados “hispano-americanos”.

Nesta articulação da Pastoral dos Migrantes, viajei de ônibus por várias cidades do Brasil. Várias vezes, no carnaval, em Foz do Iguaçu-PR, organizávamos encontros de formação com paraguaios e demais “latinos”, juntamente com o Chico Nunes e a Ir. Terezinha Santim, MSCS. Na primeira destas viagens, meu filho Daniel tinha apenas 6 meses. Alguns anos depois nasceu nossa filha Beatriz.

Toda esta questão da migração fazia parte deste encontro comigo mesmo: olhando para a minha história, sabia que a migração tinha tudo a ver comigo! Minha mãe, nos seus últimos 20 anos de vida, deu a volta por cima. Convivemos com ela, em seus “altos e baixos”, suas crises já menos intensas e livre das internações. Meu pai já havia falecido.

Com o tempo fui entendendo um pouco de tudo isso: ela era de uma família grande, que vivia no sertão do nordeste pernambucano. Sua primeira crise aconteceu após a gravidez, depois da migração junto com meu pai. O estranhamento e isolamento da minha mãe, distante de sua família “ampliada”, lhe tirou o chão dos pés⁹.

Trazer aqui a minha experiência de vida foi proposital, pois ela tem muito a ver com a pastoral, especialmente a pastoral dos migrantes. E este encontro comigo mesmo se deu na “missão”. E quando falamos em missão, não falamos da cruz e da espada, que quer “converter as almas”, ou impor uma “salvação à história”, mas falamos da salvação que se realiza “na história”, dentro da realidade, no mundo, conforme acenou ao mundo o Concílio Vaticano II.

E esta missão libertadora não vem de forma espetacular, grandiosa – não tem início com o poder, mas na fraqueza, no

⁹ A Pastoral dos Migrantes é para mim e os migrantes um espaço que tenta recompor um chão acolhedor, tentando resgatar as raízes e as esperanças na vida.

estar junto, no sofrer junto, no lutar junto com migrantes, discriminados, sem-terra, sem-teto, mulheres, entre outros. Fraqueza que anuncia a “Boa Notícia” e denuncia o mal, os mecanismos de morte.

As equipes da Pastoral dos Migrantes experimentam constantemente esta fraqueza, principalmente quando estão literalmente “no caminho”, na “encruzilhada”, com as pessoas migrantes¹⁰.

O desafio de conquistar a “cidadania universal” não é só da pastoral dos migrantes; é geral. Com as pessoas imigrantes pensamos o Brasil, pensamos o mundo, sem muros, sem guerras, sem exclusões e sem discriminações.

O trabalho da memória

É fato: sem memória irá perder-se no caminho! E este tema da memória é especial na Pastoral dos Migrantes. Certa vez, uma mulher imigrante dizia: “Nestes 23 quilos dentro da mala, não está toda minha história”. Porém, a mala simboliza um mundo sem fim: lembranças, músicas, sabores, lutas, pessoas. O trabalho coletivo da memória tem efeito terapêutico. Quando um grupo de migrantes se junta, para conversar, fazer a comida, contar suas histórias – relativizar dores, mágoas, frustrações, e aquilo que era silêncio começa a ser externado, falado – então há uma atuação no presente desde as identidades que não querem ser objetos. A memória tem uma centralidade na Pastoral dos Migrantes – memória em mudança, dinâmica, criativa¹¹.

No encontro entre os diferentes, vemos memórias variadas se comunicando: uma pessoa do Haiti, outra do Congo, outra

¹⁰ É aqui que está fermentando a libertação, nas classes populares, que hoje são desqualificadas, que não são aceitas, que não são ouvidas, e que são dizimadas. Massas de jovens, vítimas do encarceramento descontrolado, numa política de extermínio ao pobre, negro, periférico. Famílias imigrantes enxotadas, discriminadas, ameaçadas.

¹¹ No imaginário, o migrante “distende” sua memória, recriando-a.

da Síria, do Senegal, Angola, Bolívia, do Nordeste... E “não se trata de necessariamente ‘compreender’ o diferente, mas sim de reconhecer a legitimidade de suas cosmovisões”¹². São memórias que se comunicam, que trocam informações. Uma memória submersa, viva no meio do povo. Diferentemente de uma memória oficial, que quer enquadrar tudo, que quer dizer quem é quem; se este é “refugiado”, se aquela é “extracomunitária”, ou se é documentado ou não.

Esta memória oficial enquadra e mata, por ser positivista, por criar estereótipos para com os imigrantes, sua terra, sua história, sua religião etc. A memória oficial destaca, ao olhar do dominador, “vencedores”, monumentos, palácios e generais de guerra. Memórias altamente abstratas para legitimar estruturas de dominação do presente. Mas aquela memória submersa que agora está acontecendo, através de grupos discriminados, grupos de migrantes que estão reconstruindo, reelaborando sua memória, esta sim tem potencial de mudança, como bem fala a professora Teresinha Bernardo¹³. Para reconstituir a história de um determinado grupo migrante, sua chegada em um determinado local, é preciso atenção ao trabalho desta memória. Sem isso pode-se ficar na superficialidade, de uma fotografia sem radiografia. Esta memória, como resistência, pode ser organizada, ou seja, com a intencionalidade de resgate das raízes culturais, como fazem, por exemplo, as associações de migrantes.

A memória pode ser, inclusive involuntária. Uma venezuelana nos disse certa vez: “Quando cheguei na Casa do Migrante, eu senti o cheiro da minha casa”. A memória está viva nas sensações que emergem de forma involuntária. É todo um povo que emerge. É uma riqueza muito grande a memória, o imaginário, a arte popular... É resistência à massificação.

¹² MARINUCCI, Roberto, “Por que se comportam desta maneira? - da dificuldade do encontro com o diferente, in Revista Peregrino, N. 27, jan a jul/2018, p. 10.

¹³ Bernardo, Teresinha. *Memória como resistência - o migrante*. Travessia - Revista do Migrante, ano XI, n. 32, CEM - Centro de Estudos Migratórios, set/dez/1998, pp. 44-45.

Vivemos num sistema de chuva de informações. Mas os narradores e narradoras têm outro ritmo, outro tempo. A informação quer direcionar, enquadrar, controlar, para desmobilizar as resistências, as lutas. E nós, pela memória viva, estamos desafiados e desafiadas a resgatar as narrativas que estão aí, no cotidiano, nos grupos, na luta do povo que quer viver, esteja onde estiver!

Certa vez, um migrante nordestino da região de Canudos-BA, morador de São Paulo, começou sua fala com uma frase impactante, de uma nova narrativa: “Eu vou falar do maior migrante do Brasil”. O canudense José Alôncio, referia-se ao beato Antonio Conselheiro, na 8ª Assembleia do SPM, em 30/11/97. Sua narrativa é uma denúncia à migração forçada, lembrando que Antonio Conselheiro acolheu no Arraial de Belo Monte, levas de camponeses pobres, retirantes, ex-escravos e gente explorada pelos fazendeiros da época. Como ele, homens e mulheres migrantes, imigrantes, refugiados/as, são portadores de narrativas de memória com potenciais de transformação.

Alguns desafios da Pastoral dos Migrantes

Os desafios, sempre novos, com os quais se depara a Pastoral dos Migrantes, em diferentes situações, produz um aprendizado e uma troca permanentes. Esta troca não pode se basear em novas formas colonialistas, nas quais a “integração” da pessoa migrante signifique adaptação forçada ao novo meio, na assimilação à cultura e aos costumes locais vigentes. Uma simples aula de português para imigrantes, por exemplo, pode significar uma troca de saberes ou uma forma autoritária de “corrigir o jeito errado de falar”.

Outro desafio, na Pastoral, é o risco da “tutela” sobre migrante. Algumas formas de proteção reforçam o “vitimismo” e não apostam no sujeito transformador. Os próprios migrantes

costumam dizer: “Eu não me defino só pelo deslocamento que fiz, ou pela guerra de meu país: sou muito mais”¹⁴.

O diálogo inter-religioso é vital para a Pastoral dos Migrantes e outras pastorais abrirem as portas ao novo. O ecumenismo tem ocorrido nas práticas conjuntas, mais do que nos discursos. As iniciativas de celebrações ecumênicas ou macroecumênicas ainda são tímidas. Infelizmente, na própria comunidade cristã, inserida como está na sociedade, há também desconfiança e talvez medo e preconceito com o que se convencionou a chamar de “seitas” ou “sincretismo religioso” ou mesmo de “religiosidade popular”¹⁵.

Criar espaços democráticos é outro desafio de nossas pastorais: num contexto autoritário, aqueles que “pensam que não sabem” intimidam-se diante daqueles que “pensam que sabem”. A arrogância destes condiciona a timidez daqueles e vice-versa¹⁶.

A luta pelos direitos é uma necessidade permanente na vida dos/das migrantes: entrar numa ocupação no centro da cidade, por não conseguir pagar aluguel; ir inúmeras vezes enfrentar os trâmites burocráticos na Polícia Federal; conseguir creche para a criança etc. Esta luta cotidiana requer organizações articuladas e parceiros solidários que possam ajudar a fortalecer o sujeito que normalmente não costuma ser ouvido ou ouvida por ser migrante e/ou refugiado/a.

É recorrente, na Pastoral dos Migrantes, falar de “acolhida” – palavra bonita – mas que nem sempre é revestida de significação política. O que significa uma sociedade ou Igreja

¹⁴ Abdul, refugiado sírio e um dos coordenadores da Associação África do Coração, cidade de São Paulo.

¹⁵ Imigrantes muçulmanos sofrem forte discriminação e são tidos como potenciais “terroristas”. Ao contrário, Islã significa “submissão à vontade de Deus” e é uma religião da paz.

¹⁶ FLEURI, Reinaldo Matias, reinventar o Presente – pois o amanhã se faz na transformação do hoje – conversas com Paulo Freire – com textos inéditos de autoria de Paulo Freire, Edições UFC, Fortaleza, 2008.

acolhedora, de fato? O mercado não é nada acolhedor: interessa-se pela “força de trabalho”, reduzindo homens e mulheres migrantes ao esgotamento físico, ou trabalho escravo. O ser humano não é só produção e nem só consumo. Nossas Igrejas e comunidades acolhem de fato os diferentes, partilhando o poder coletivo ou são espaços verticais, de submissão?

Finalizando, quero lembrar a condição de minha mãe, como mulher migrante de uma determinada época, e os impactos psicológicos pelos quais passou, ao migrar. Passados os anos, pude compreender como a migração está atravessada por aspectos de gênero, cultura e condição social. Os períodos de internação, ainda que dolorosos, não apagam o desejo de viver de minha mãe e sua capacidade de ouvir as pessoas e ser solidária. Com tudo que a vida lhe trouxe, ela conseguiu, à sua maneira, reconstruir relações com a família, com os vizinhos, com as pessoas com quem conviveu até o fim de sua vida.

Referências Bibliográficas

- MARINUCCI, Roberto, “Por que se comportam desta maneira? – da dificuldade do encontro com o diferente, in Revista Peregrino, N. 27, jan a jul/2018, p. 10.
- BERNARDO, Teresinha. *Memória como resistência – o migrante*”. Travessia – Revista do Migrante, ano XI, n. 32, CEM – Centro de Estudos Migratórios, set/dez/1998, 44-45.

3. Povos indígenas: o exercício do Bem Viver Conselho Indigenista Missionário: 46 anos de compromisso

Adriana Ines Nones¹

*Se hoje nós, povos indígenas estamos na cidade é porque,
de alguma maneira, fomos obrigados a sair da aldeia.*
Amaro Mesquita – Indígena Potiguara

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) é um organismo vinculado à CNBB que, em sua atuação missionária, conferiu novo sentido ao trabalho da igreja Católica junto aos povos indígenas.

Criado em 1972, tem como objetivo geral: *Testemunhar e anunciar profeticamente a Boa Nova do Reino, a serviço dos projetos de vida dos povos indígenas, denunciando as estruturas de dominação, violência e injustiça, praticando o diálogo intercultural, inter-religioso e ecumênico, apoiando as alianças desses povos entre si e com os setores populares para a construção de um mundo para todos, igualitário, democrático, pluricultural e em harmonia com a natureza, a caminho do Reino definitivo.*

Tem como princípios fundamentais: o respeito à alteridade indígena em sua pluralidade étnico-cultural e histórica e valorização dos conhecimentos tradicionais dos povos indí-

¹ Adriana Ines Nones: pertence à Congregação das Irmãs Catequisas Franciscanas. Integra a Equipe CIMI-SP. Graduada em Psicologia e Pós-Graduada em Ciências Sociais – Antropologia. Atua junto aos povos indígenas desde 2004. Atuou na Educação e Educação de Adultos, Juventude (formação comunitária) e formação em comunidades.

Roberto Antônio Liebgott: Possui graduação em Filosofia e Direito. Tem compromisso junto aos Povos Indígenas há mais de 25 anos como Missionário do CIMI (Conselho Indigenista Missionário). É coordenador do Regional CIMI Sul e atua na equipe CIMI Porto Alegre.

genas; o protagonismo dos povos indígenas, sendo o Cimi um aliado nas lutas pela garantia dos direitos históricos; a opção e o compromisso com a causa dentro de uma perspectiva mais ampla de uma sociedade democrática, justa, solidária, pluriétnica e pluricultural.

Povos indígenas e os processos migratórios para as cidades

Já fomos expulsos de nossos territórios e, mesmo assim, continuamos dentro da cidade e não habitando a cidade.

Rosa Maria Moraes – indígena Guarasugwe

No contexto latino-americano, presenciamos a mobilidade dos indígenas que deixam seus territórios, lugares de origem, a terra que os viu crescer, movidos por condições voluntárias ou forçados por circunstâncias como a expulsão de suas terras, a insegurança econômica, ausência ou precariedade de serviços básicos.

Esta mobilidade gera um movimento de ir e vir. Tanto no Brasil quanto na América Latina, os indígenas *transitam entre a aldeia e a cidade*. Além de reconhecerem a mobilidade, deixam clara sua ligação com seu lugar de origem. Renato Pankararé, oriundo da Terra Indígena Brejo do Burgo, Bahia, explica que a aldeia representa o tronco e os que vivem na cidade representamos os ramos.

Apesar de alguns países latino-americanos reconhecerem-se como países multiétnicos, multilíngues e pluriculturais é evidente que parte da população indígena é invisível principalmente para os habitantes das grandes cidades e para o poder público, que muitas vezes a ignoram por não corresponderem ao imaginário popular de quem é e de como vive o “índio”.

Esta invisibilidade está diretamente ligada a interesses políticos, uma vez que, ao reconhecer estes povos indígenas e suas condições de vida, os governos se veem diante do dever de garantir políticas de assistência a uma boa parte destas

populações, que vivem em situações de marginalização, lhes sendo negado o acesso a serviços básicos.

É fato que o processo de urbanização transformou a vida da população na medida em que o surgimento e o crescimento dos centros urbanos chegam às regiões consideradas rurais. As populações indígenas, de uma ou de outra maneira, são afetadas por este fenômeno.

Existe por parte das pessoas que vivem nos grandes centros urbanos, a negação da presença dos povos indígenas e, conseqüentemente, a desqualificação das suas formas de organização social e seu modo de ser. Constata-se que, a grande maioria da população brasileira, carrega em seu discurso, ainda que inconscientemente, o preconceito e a discriminação que se funda em uma visão estereotipada dos povos originários. O antropólogo Cristhian Teófilo, no vídeo *Índio sou aonde estou*, alerta para a necessidade de um conhecimento mais cuidadoso de algumas opiniões formadas, como por exemplo, a de que os índios na cidade estariam fora de lugar, que o lugar deles é a aldeia, a terra indígena demarcada. Aponta ainda que as pesquisas têm mostrado o contrário: os índios que vão para as cidades desempenham um importante trabalho de articulação de recursos que, às vezes, só existem nas cidades com a vida nas aldeias.

Ao mesmo tempo que ele leva as questões de quem está na cidade para a aldeia, ele traz as questões da aldeia para a cidade. Ele se encontra com os governantes, ...para resistir!

Juvenal Payayá – cacique Payayá.

Contudo, não podemos subestimar que, os povos originários tanto aqui no Brasil como em toda América Latina, eram sociedades extremamente complexas. Estavam organizados em grandes cidades ou povoados, possuíam arquitetura própria, auto-organização e diversidade de costumes, línguas, vestimentas. Incluía trabalhos de artesãos, arquitetos, pintores, artistas, especialistas na produção e nos serviços. Tinham

agricultura própria, estradas e rotas comerciais que possibilitavam o sistema de trocas com outros povos da região. Baseada na relação harmoniosa com a natureza, a cosmovisão desses povos, se expressa no exercício do Bem Viver.

As inovações na área dos transportes, especialmente marítimos, e a intensificação de relações econômicas e comerciais transcenderam fronteiras. Dessa forma, a chegada da colonização desestabilizou e dizimou comunidades inteiras de povos indígenas, provocou mudanças estruturais e influenciou sua vida e organização. O controle e a imposição mexeram com a estrutura e com o modo de pensar e de viver. “La invasión colonial abrió brechas y heridas en esas concepciones espacio-temporales, mediante la apropiación de sus tierras, territorios, recursos, saberes...” (Dorronsoro, 2013, p. 2)².

Essa apropriação, mediante um projeto político de miscigenação e branqueamento da população, obrigou muitas comunidades indígenas a esquecer ou ocultar sua história, sua língua, negar seus vínculos de pertencimento.

Ignorando a presença indígena, foram construídos povoados e cidades sobre aldeias, como no caso de São Paulo, Salvador, Manaus, Porto Alegre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, entre outros. A cidade ainda é seu território, hoje invadido e constituído por grandes metrópoles. Quando nos referimos a território indígena, estamos falando de algo que é mais do que uma área demarcada. Na América Latina existem diferentes concepções de espaço e tempo, longe dos povos estarem relegados ao passado ou fixados numa determinada terra. Os diferentes povos latinos-americanos são seres contemporâneos que vivem a multitemporalidade. Território, para estes povos, é mais do que a terra. É o lugar de pertencimento, das solidariedades, onde a

² Begoña Dorronsoro. *El territorio cuerpo-tierra como espacio-tiempo de resistencias y luchas en las mujeres indígenas y originarias*. IV Colóquio Internacional de Doutorandos/as do CES, 6-7 dezembro 2013. In: https://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n10/documentos/11.3.1_Begona_Dorronsoro.pdf. Acesso em: 23/08/2018.

vida acontece e que inclui costumes, crenças, alimentação.

Ao mesmo tempo, territórios indígenas já garantidos foram titulados pelo Estado para terceiros e outros foram cortados por ferrovias e estradas. Muitas aldeias foram cercadas por extensas fazendas de gado e monocultura. Grandes projetos como hidrelétricas, hidrovias e mineração impactam o meio ambiente e ameaçam a vida dos povos indígenas, a maioria deles financiados com dinheiro público. Além da migração de famílias do sul para o norte do Brasil, entre os anos 50 e 80, motivada pelos projetos de colonização e a construção de rodovias que cortaram aldeias, dizimou, destruiu e desestabilizou a vida de comunidades indígenas, muitos foram empurrados para a cidade. Hoje, são frequentes os conflitos com fazendeiros, pecuaristas, posseiros e empresários que cobiçam as terras indígenas, expulsando-os de seus territórios.

Segundo Rangel, Galante e Cardoso (2013)³, se antes, a cidade servia apenas para visitas rápidas para compras ou tratamento de saúde, hoje, percebe-se outra realidade desencadeada por dois processos:

- A “cidade que cresce e encosta na área indígena, tornando-a um bairro de periferia, ou é a cidade que foi fundada a partir de uma aldeia, especialmente nas regiões pouco urbanizadas até a década de 1970” (p. 114);
- A migração que, em função da industrialização e urbanização, tinha o objetivo desenvolvimentista, trouxe uma grande população indígena para as cidades, gerando grande concentração de indígenas vivendo na cidade, formando verdadeiras ‘aldeias urbanas’.

Devido à complexidade dos espaços urbanos, existem distintos estilos de vida de acordo com a área que habitam. Algu-

³ *A cidade como local de afirmação dos direitos indígenas*. Comissão Pró-Índio de São Paulo e Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. São Paulo: 2013.

mas variantes a serem consideradas são as relações de alteridade, a relação do indivíduo e sua identificação com a malha da rede urbana e sua capacidade de consumo, produção, circulação e acesso a políticas públicas.

A rede urbana pode assumir diversos significados de acordo com a posição financeira e possibilidades de alcançar determinados recursos e serviços existentes. A localização dos povos indígenas na cidade resulta quase sempre de uma combinação entre as forças de mercado e de decisões do governo, tratando-se muitas vezes de migrações ou localizações forçadas. A maioria das famílias indígenas que vivem nas cidades se localiza nas periferias e favelas, vivem de aluguel, muitas vezes em condições insalubres e sem saneamento básico. Esta condição de vida demanda uma luta necessária que é o direito à moradia digna.

Para os povos que vivem em aldeias próximas aos centros urbanos, como também os que se localizam no meio rural, esse movimento trouxe mudanças em sua organização cotidiana. Obriga-os a entrar num sistema de homogeneização e assimilação, especialmente das tecnologias, modos de alimentação, entre outros.

De outro lado, paralelo a uma geopolítica global que homogeneiza espaços e lugares, na cidade, os povos indígenas resistem reproduzindo formas de sobrevivência e organização que se configuram como espaços diferenciados dos moldes capitalistas. A cidade, em sua diversidade de realidades, na maioria dos casos, empurra os indígenas para as regiões periféricas, trazendo implicações de cunho social.

Todo esse contexto gera 36% do total da população indígena (cerca de 324 mil) vivendo em áreas urbanas, número este que cresce a cada ano (IBGE, 2010). Os municípios com maior número de indígenas na cidade são:

São Paulo - SP	11.918	Brasília - DF	5.941
São Gabriel da Cachoeira - AM	11.016	Campo Grande - MS	5.657
Salvador - BA	7.560	Pesqueira - PE	4.048
Rio de Janeiro - RJ	6.764	Manaus - AM	3.837
Boa Vista - RR	6.072	Recife - PE	3.665

(Fonte IBGE - 2010)

Outros motivos que levam a população indígena a migrar para áreas urbanas é a necessidade de buscar melhores condições de vida, como trabalho assalariado, educação e saúde diferenciadas.

Nas cidades, os indígenas vivem agrupados numa rede de relações, geralmente de parentesco ou de pertencimento à mesma aldeia de origem. Hoje, é muito mais importante pensarmos numa *relação de dinamicidade* que se estabelece entre aldeia e cidade, pois a luta pela sobrevivência e autodeterminação, tanto nas aldeias quanto dos que vivem nas regiões urbanas se dá pela garantia de seus territórios e o respeito pelo modo diferenciado de viver.

O *movimento aldeia-cidade* traz a incorporação de costumes e valores urbanos ao estilo de vida da aldeia e vice-versa. Formam-se redes entre cidade e aldeia. Por exemplo, os indígenas que vivem na Grande São Paulo vão à aldeia de origem para participar dos rituais e festas anuais, como momento de fortalecer seu modo de vida. Também é uma oportunidade de buscar matéria-prima para confeccionar seus artesanatos e adornos, pois acreditam que devem utilizar materiais que contenham a força da natureza conservando seu sentido e originalidade.

De outro lado, é preciso considerar as gerações de indígenas nascidas no contexto urbano e que afirmam seu pertencimento a um povo. Segundo Batalla (1990)⁴, as normas e limites es-

⁴ BATALLA, Guillermo Bonfil. *México profundo: uma civilização negada*. México: Grijalbo, 1990.

tabelecidos em cada povo mostram formas de ingressar, de ser aceito, como também as de perder a pertença. É importante “Saberse y asumirse como integrante de un Pueblo (...) y sobre el cual tiene derecho de decidir, según las normas, derechos y privilegios que la propia cultura establece y que cambian con el tiempo” (BATALLA, 1990, p. 48).

Estamos frente a um novo fenômeno que precisa ser mais bem observado e aprofundado, visto que é praticamente inviável reproduzir na cidade os sistemas de organização social indígenas vivenciados nas aldeias. O surgimento destes novos processos sociais devem ser considerados nesta nova realidade indígena.

Infelizmente ainda não existem políticas do Estado brasileiro que garantam direitos como, por exemplo, habitação indígena urbana, saúde e educação diferenciadas. Se juntam a movimentos sociais para garantir, nos estados e municípios, políticas públicas de acesso diferenciado, como é o caso da UBS (Unidade Básica de Saúde) no Real Parque, em São Paulo capital, destinada ao povo Pankararu.

Na busca por direitos, os povos indígenas contam com um número expressivo de entidades, grupos, pessoas, que somam em ações conjuntas. São ligados às pastorais sociais, aos direitos humanos, ao meio ambiente, à ecologia, à instituições que trabalham com migrantes, população em situação de rua e mulheres.

As comunidades indígenas que moram na cidade ou terras não reconhecidas sofrem a homogeneização no que se refere às políticas públicas de atendimento. Sabemos que os interesses da política nacional não favorecem a vida dos povos. Por isso, as alianças e parcerias são fundamentais para romper com a invisibilidade que os coloca numa situação de marginalização. Mesmo sabendo que as áreas urbanas concentram mais oportunidades de sobrevivência, nem sempre o simples fato de mudar para esses lugares é garantia de uma vida melhor.

Os grandes desafios se concentram na visibilização dos povos indígenas que vivem nas cidades, no reconhecimento de que as cidades também são espaços indígenas, na descolonização de nossos pensamentos e superação dos paradigmas eurocêntricos, na abertura para o diálogo e aprendizado com outros povos. No dizer de Vieira (2005)⁵, “a história dos indígenas é a história de contínuos trânsitos e migrações”.

O CIMI, em suas estratégias de ação, busca denunciar o desmonte de direitos que os povos indígenas vêm sofrendo como a tese do Marco Temporal da Constituição Federal de 1988, a PEC 215/2000, o Parecer 001 da Advocacia Geral da União/AGU editado no ano de 2017, o qual vincula toda a administração pública quanto as regras nele estabelecidas. O Parecer 001/2017 da AGU embarga os direitos indígenas mesmo sem alterar as normas jurídicas. O governo federal, com tal medida, passa a fazer a defesa dos interesses privados em detrimento da União, já que é sua responsabilidade proceder a demarcação de terras indígenas e, por conseguinte, assegurar e proteger o seu patrimônio. A AGU age, na prática, de forma ilegal porque submete os povos indígenas, a quem deveria fazer a defesa, à condição de sujeitos sem direito, tendo em vista que são eles obrigados a comprovar que estavam na posse da terra em 5 de outubro de 1988, caso nelas não estivessem – por fatores diversos, tais como expulsão, perseguição, racismo, massacres – devem provar que disputando-as física ou juridicamente – tese do renitente esbulho – em não comprovando estas condições, eles perdem o direito a ter direito. A AGU, em síntese, propõe o esbulho, por particulares, dos bens da União.

É preciso aprender com os povos originários de nosso país neste tempo de adversidades, violência, insegurança,

⁵ VIEIRA, José Maria Trajano. *Entre a aldeia e a cidade: O “trânsito” dos Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul*. 2005. In: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24303/DISSERTACAO%20DE%20JOSE%20MARIA%20TRAJANO%20VIEIRA%20-%20PPGAS%20-%20CAPA%20DURA%20-%20CD%20pdf.pdf?sequence=1>

retrocessos. Seguir na esperança, construir novas solidariedades na certeza de uma sociedade do Bem Viver que todos almejamos!

Referências bibliográficas

- CIMI. *Urbanização e Povos indígenas*. Apostila Programa Nacional de Formação 2017-2018.
- COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO. Índios na cidade. Acesso em: 21/08/2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M0mrQZ5IqB4>.
- ESTANISLAU, Bárbara Roberto. *A eterna volta: migração indígena e Pankararu no Brasil*. Dissertação de mestrado. UNICAMP: Campinas, SP: 2014. Acesso em: 21/08/2018. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279703/1/Estanislau_BarbaraRoberto_M.pdf.
- HECK, Hegen. Índio sou aonde estou: I encontro de Povos Indígenas em contextos urbanos. Secretariado nacional do Cimi / Vídeo: Guilherme Cavalli, assessoria de comunicação - Cimi. In: <https://cimi.org.br/2017/06/39658/>. Acesso em: 21/08/2018.
- HEINEN, Maíra. *Indígenas na cidade: índios catadores contam a angústia de viver no lixão*. Publicado em 19 de abril de 2017. Acesso em: 23/08/2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-04/indigenas-na-cidade-indios-catadores-contam-angustia-de-viver-no>.
- PAIVA, Bianca; HEINEN, Maíra. *Indígenas na cidade: pobreza e preconceito marcam condição de vida*. Publicado em 19/04/2017. Acesso em: 23/08/2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-04/indigenas-na-cidade-pobreza-e-preconceito-marcam-condicao-de-vida>.

TV BRASIL. *Índios na cidade, vidas em travessia (documentário)*. Direção: Aldenor Pimentel. Codireção: Rebeca Alencar Roteiro. Acesso em: 23/08/2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S8lx-FIHRnok>.

VALE, Cláudia Netto do; RANGEL, Lucia Helena. *Jovens indígenas na metrópole*. Acesso em 23/08/18. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ponto-evirgula/article/viewFile/14190/10416>.

4. Criar coragem para caminhar CAMI – Centro de Apoio e Pastoral do Migrante¹

Carla Aparecida Silva Aguilar



Nós criamos sempre coragem. Coragem para começar uma vida sozinho, sem família, sem ninguém. Viemos de bem longe. Morar com pessoas novas, que não conhecemos. Muita coragem. Criando um novo ambiente. Coisa muito dura, muito difícil. Como se fosse uma pessoa nascida novamente. Deixou tudo que era seu lá trás. Tudo diferente até a comida. Enfrentamos a coragem de romper com: saudade, desapego, cultura, religião. Temos que quebrar tudo para poder sair. Tínhamos as especificações de trabalho, deixamos para trás nossa preparação acadêmica e títulos profissionais. Lá nós éramos doutores, licenciados, maestros, aqui nós somos simplesmente você. Procuramos ser alguém. Como ser humano somos seres de direito em qualquer lugar do mundo. Quando chega aqui,

¹ O texto que começamos e terminamos foi escrito pelos imigrantes através do Fronteira Livre, que foi um projeto colaborativo desenvolvido para a 11ª Bienal de Arquitetura de São Paulo em parceria com Alexander Eriksson Furunes (Arquiteto e pesquisador do Programa Norueguês de Pesquisa Artística). O processo foi realizado através da colaboração com 8 membros do CAMI (Centro de Apoio e Pastoral do Migrante) da Bolívia, Peru, Angola, Haiti e Congo. O Projeto foi desenvolvido através de uma estreita colaboração entre Goma Oficina Plataforma Colaborativa, Alexander Eriksson Furunes e CAMI Centro de Apoio e Pastoral do Imigrante. Em parceria com DAFAM (Diretório Acadêmico da FAU-Mackenzie), Lucy Bullivant (curadora e crítica de arquitetura), CPTM e Metrô de São Paulo.

se sente uma pessoa insignificante. A força é tão grande, que acabamos vencendo essa insignificância. O sentimento é o mesmo. A cada dia, amanhecemos procurando mais coragem. Não tem outra resposta que não ter coragem a todo segundo. Estamos vivos, estamos fortes. A luta pela sobrevivência está no ser humano, luta pela vida, pela justiça. É humana. De onde tiramos coragem para cuidar de nossos filhos? Não temos família, não temos ninguém. Nossos filhos têm que comer. Amanhã, será que vou comer? Será que vou ter dinheiro para fazer meu mercado? Não temos salário fixo. Coragem, sim ou sim tem que estar conosco. Principalmente nas mulheres. Quem vai acompanhar nós imigrantes?

O Centro de Apoio e Pastoral do Migrante, CAMI, fundado em 22 de julho de 2005, pelo Serviço Pastoral dos Migrantes, hoje com constituição jurídica própria, atua diretamente na promoção dos direitos humanos fundamentais, na inserção social e na prevenção ao trabalho análogo ao trabalho escravo, prevenção ao tráfico de pessoas visando uma inclusão política, social, cultural, religiosa e econômica dos imigrantes no propósito de construirmos um mundo sustentável onde a pessoa humana seja colocada em primeiro lugar. Em agosto de 2013, houve o desmembramento sem prejuízos das atividades e ações do CAMI em benefício dos imigrantes. São mais de 10 anos de atuação no combate ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas.

Sua missão é acolher e mobilizar os imigrantes na luta por direitos, cidadania e empoderamento social, cultural e político; combater o trabalho escravo, a xenofobia, o tráfico de pessoas e promover o trabalho decente, o reconhecimento e o fortalecimento da identidade e da diversidade cultural.

Tem como visão ser referência na defesa dos imigrantes e o reconhecimento de direitos e construção da cidadania universal. O seu trabalho tem como base os valores da transparência, da ética, da solidariedade, da participação democrática, do respeito às diferenças e da construção do bem viver.

O CAMI trabalha para que haja equidade e justiça social, que se assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, para que se possa eliminar todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade multicultural. Em cidades como São Paulo - onde se encontra o pluriculturalismo - a cultura étnica, muitas vezes, é vista como uma ameaça à identidade da nação. Em alguns lugares, o multiculturalismo provoca desprezo e indiferença à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão sobre as diferenças.

A mediação do CAMI junto aos imigrantes é feita de forma diferenciada, levando em consideração o choque cultural, social e psicológico ao entrarem em um país que não é o seu. Vai também ao encontro dos imigrantes que passam a viver em uma sociedade na qual a opressão se dá nas diversas esferas da existência: trabalho, família, poder institucional, identidade, cultura, religião etc.

O CAMI visa criar autonomia e espaço para desencadear o debate participativo e a produção de respostas criativas que contribuam para a desconstrução dos preconceitos e da xenofobia na construção de uma sociedade mais justa e humana.

Para romper a rede de trabalho análogo ao de escravo e o tráfico de pessoas, o CAMI desenvolve várias ações: informação sobre direitos e empoderamento; regularização migratória; Serviço Social; assessoria jurídica; incidência política; visitas a oficinas; cursos e rodas de conversa.

O CAMI tem como foco de atuação o combate e a prevenção do trabalho análogo ao de escravo, o qual, conforme o artigo 149 do Código Penal Brasileiro, é caracterizado por condições degradantes de trabalho (incompatíveis com a dignidade humana), violação de direitos, risco à saúde e à vida do trabalhador, trabalho forçado (manter a pessoa em serviço através de fraude, isolamento geográfico, ameaças e violência física e psicológica) e escravidão por dívida (fazendo com que o tra-

balhador adquira ilegalmente uma dívida e aprisioná-lo).

Por ser o trabalho escravo um crime silencioso e quase invisível, o CAMI tem um papel essencial com uma escuta qualificada fazendo com que os imigrantes confiem na instituição, apresentando suas denúncias e sendo acompanhados nas diversas instâncias, combatendo esses crimes e promovendo o protagonismo e empoderamento dos imigrantes. A Instituição se faz presente onde os imigrantes vivem e trabalham para que eles não sofram com esse tipo de crime e sintam que não estão sozinhos.

O CAMI vem atendendo cada vez mais casos de imigrantes que são traficados; infelizmente, muitos passam por muito tempo presos, reféns dos traficantes, vendo seus sonhos se tornarem pesadelos.

O tráfico de pessoas é “o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo-se à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração”. Esta definição sobre prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças, está consolidada na Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, também conhecida como Convenção de Palermo. A Lei geral para prevenir, punir e erradicar crimes em matéria de tráfico de pessoas e para a proteção e assistência às vítimas estabelece os seguintes tipos de exploração:

- Exploração sexual;
- exploração de mão de obra ou serviços forçados (agricultura, serviço doméstico, oficinas de costura e construção civil, entre outros);
- extirpação de órgãos, tecidos e células de seres humanos vivos.

Nesse contexto, o CAMI tem como desafio acolher esses imigrantes na sua totalidade, ou seja, acolher, orientar e acompanhar suas demandas jurídicas e sociais – e muitas vezes, psicológicas – através de profissionais qualificados para atender casos específicos, como o de pessoas traficadas. A alteridade passa a ser um instrumento importante para o atendimento de um imigrante traficado, pois necessitamos ter uma escuta qualificada.

Com o objetivo de enfrentar o tráfico de pessoas e o trabalho análogo ao de escravo, o CAMI fortalece as ações de inclusão, cidadania e justiça social através de seus cursos oferecidos, tais como: Informática e cidadania, Português e cidadania, Modelagem e cidadania, Eletricidade e cidadania, Música e cidadania, Empreendedorismo e cidadania.

Atualmente os países atendidos pelo CAMI são: Bolívia, Colômbia, Chile, Paraguai, Peru, Angola, Haiti, Cuba, Argentina, Equador, Uruguai, Venezuela, Espanha, República Dominicana, Filipinas, El Salvador, Senegal, Nigéria, Holanda, Rússia e República Democrática do Congo.

“Apesar de todas as dificuldades, moramos aqui e estamos aqui. Temos sonhos? Como é esse sonho? Chega um momento em que já temos mais claro o que queremos. Temos também a realidade. Sonhamos que nosso país é maravilhoso, podemos sonhar em abrir um restaurante, conseguir um emprego, família, uma vida melhor para nossos filhos. Sabemos que nunca voltaremos atrás. Os sonhos tem efeito dominó, e se começa a trabalhar por esse sonho. Não queremos que nossos filhos passem pelo que passamos. Queremos o melhor para nossos filhos.

Todos temos sonhos, impossível dizer que alguém não tem. Viemos em busca de uma vida melhor, ou fugindo de uma vida

ruim. Queremos ver o sorriso do nosso filho e a tranquilidade e o sorriso nosso. Queremos sentir conforto, satisfação, paz. Nossa ambição nos mantém vivos a cada dia. A mirada final no horizonte é ser mais feliz: ter uma melhor vida, moradia, casa. Esse sonho é humano, natural. Para conseguir o sonho é um esforço, sacrifício, se organizar, batalhar. Queremos ver os rostos das crianças felizes e chorar de alegria.”



O CAMI é apenas a ponte entre os imigrantes e seus direitos, com ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas e trabalho análogo ao de escravo.

5. Pastoral Carcerária em São Paulo Ação voltada às mulheres encarceradas

Mariana Antonio Santos¹

A Pastoral Carcerária em São Paulo tem um grande trabalho voltado para mulheres estrangeiras no cárcere. Isso acontece porque há anos o número de mulheres encarceradas vem crescendo de forma exponencial e, conseqüentemente, o número de mulheres imigrantes também.

Segundo pesquisa do INFOPEN², há 529 mulheres estrangeiras presas no Brasil. A grande maioria (323) são latino-americanas, seguidas pelas africanas (120). Não há ainda uma pesquisa específica, voltada para as mulheres estrangeiras sobre os crimes pelos quais são acusadas, mas 62% das mulheres presas no Brasil têm suas causas no envolvimento com o tráfico, seguido com 11% por roubo e 9% por furto.

Além das problemáticas enfrentadas pelas mulheres encarceradas, o fato de ser estrangeira traz outros dilemas, como a dificuldade de entender a razão pela qual está presa, como está o seu processo judicial e o que pode ser feito para alcançar a liberdade, como funcionam as leis do país etc.

¹ Mariana é Agente Pastoral desde de 2016, realizando visitas nos presídios femininos da Capital de São Paulo, integrante do Grupo de Trabalho de Mulher e Diversidade da Arquidiocese de São Paulo. Pós-graduanda em Direitos da Diversidade e Inclusão Social. Contato: marianantoniosantos@gmail.com.

² Acesso em 29/08/2018. Pesquisa da NFOPEN, realizada em 2016. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf

Além disso, tem dificuldade para conseguir contato com familiares em seu país de origem. E, infelizmente, muitas vezes tais problemas se perpetuam após a saída do cárcere, pois a solução dos problemas não vem junto com a soltura.

As barreiras culturais e linguísticas são enfrentadas diariamente pelas mulheres, visto que para se fazerem entender e entender o que lhes é dito, é necessário aprendizado da língua e da cultura e na situação do cárcere existe uma pressão para que o dia a dia ocorra sem tempo para aprendizados.

Além das problemáticas apontadas, é necessário que haja a reflexão sobre a política de combate às drogas vigente no país que, no geral, é a maior causa do encarceramento feminino. Hoje, a grande maioria das mulheres estrangeiras encarceradas está sendo processada criminalmente por envolvimento com o tráfico de entorpecentes. A reflexão que deve ser feita é: a política de drogas aplicada atualmente tem funcionado? A violência tem diminuído? Há muito a ser pensado e feito a esse respeito.

A Pastoral Carcerária tem, além do propósito religioso, o propósito humanitário e tem se voltado às mulheres encarceradas estrangeiras, tentando minimizar esses problemas enfrentados por elas.

A Pastoral Carcerária Nacional funciona na Praça da Sé e tem na equipe o Padre Valdir João Silveira (presidente), o Padre Gianfranco Graziola e, na questão da mulher encarcerada, a Ir. Petra Silvia Pfeller. Todo o trabalho da Pastoral Carcerária é pautado no acolhimento religioso, como também o humanitário, dentro do sistema carcerário.





EXPERIÊNCIAS PESSOAIS
DE MIGRAÇÃO



1. Libertar-se da prisão sem grades¹

Meu nome é Paulina², estou há oito anos aqui no Brasil. Meus primeiros anos na chegada ao Brasil foram muito tristes, dolorosos. Agora é agradável e feliz, pois me acostumei ao país, com a sua gastronomia e sua cultura.

Vim para cá por necessidade. Migrei fugindo de uma situação de violência familiar da qual não pude escapar em meu país, onde tinha emprego fixo, um bom salário, onde morar. Quando o perigo se tornou muito próximo de mim e do meu filho, eu fugi de meu país com a ajuda de uma companheira de trabalho. Me falou do Brasil e não pensei duas vezes e tomei a decisão de vir para este país tão grande. Era a única esperança para salvar a minha vida e ter meu filho comigo.

Tudo é muito triste e conflituoso no campo no trabalho para o estrangeiro. Sou costureira e foi muito difícil para mim aprender a costurar. Eu não sabia costurar e prometeram me ensinar. Ficava durante muitas horas do trabalho, mas eu sabia o porquê de estar aqui e então aguentava tudo para sobreviver. Tinha meu filho para criar e precisava trabalhar, mas foi difícil, muito difícil... muitas horas sem levantar da cadeira – mais de 10 horas.

Neste tempo é como se não tivesse liberdade. Claro que não te colocam atrás de grades, mas te prendem de outra forma:

¹ Transcrição de gravação de voz feita em setembro de 2018, com tradução autorizada pela depoente.

² Nome fictício para preservar a identidade e a segurança da depoente.

dizem que você é ilegal no país, que podem te denunciar, deportar, levar para outras regiões onde traficam pessoas etc. Então você fica com medo e não sai de casa.

Como ia dizendo, é difícil ser imigrante aqui, especialmente na área de costura, na qual não se tem a liberdade. E isso é a coisa mais triste pela qual um ser humano pode passar. Trabalhava muitas horas e recebia a metade de um salário mínimo, tinha pouco dinheiro.

Quando você vem de fora, te prometem muitas coisas e não se cumprem. Você está sempre devendo para aquele que te ajuda a vir para cá ou que te dá um lugar para trabalhar e viver em sua casa. Não é um emprego, pois é um trabalho clandestino pelo qual se paga pouco ou quase nada.

Mas, depois de passar por isso por alguns anos, consegui sair desse ciclo e ambiente de trabalho. Um dia vi um anúncio de aulas de português gratuito, com um número de celular, liguei e a pessoa me apresentou ao CAMI. A professora de português me abraçou. Fui acolhida com tanto carinho e fui orientada sobre os direitos de imigrantes pelas pessoas de lá. Participei de rodas de conversa com outras mulheres migrantes, gostei muito dessas falas, fiz cursos na área de empreendedorismo para melhorar o manejo de minha oficina de costura e hoje trabalho por conta própria; e realizo a facilitação de rodas de conversas em outros bairros da cidade.

Não sou totalmente livre e, por isso, dei nome fictício nessa entrevista, mas não se compara ao modo como cheguei e vivi por muito tempo aqui. Embora seja triste lembrar do que eu tinha no meu país, hoje vivo bem com meu filho, que vai prestar vestibular aqui no Brasil. Ele viu a minha luta pela liberdade e para sobrevivermos aqui.

Continuo a participar das atividades do CAMI, porém agora, como membro voluntário da equipe. Contribuo nas rodas

de conversa e oficinas com outras mulheres que passam pela mesma experiência que eu passei e tento ajudá-las.

Sou muito grata a este país e às pessoas e instituições que me acolheram, especialmente ao CAMI, onde fui bem recebida e tive ajuda para sair da situação difícil em que vivi.

Acredito que a liberdade que conquistei faz mais sentido quando ajudo que outras se libertem desse ciclo de vida e trabalho e possam começar uma vida livre.

2. Refugiados africanos no Brasil e o direito à documentação¹

A nossa luta é para que a gente seja cada vez mais consciente que a imigração é algo bom, é natural.
Homem senegalês refugiado no Brasil

As entrevistas que seguem são parte de uma pesquisa, realizada com o objetivo de mapear e refletir sobre o direito à documentação pessoal dos solicitantes de refúgio² no Brasil, posto que esse tema se apresenta como condição *sine qua non* para a fruição dos demais direitos.

Nos depoimentos dos/as solicitantes de refúgio é possível identificar, além dos desafios em relação ao Registro Nacional Migratório (RNM)³, também as dificuldades na efetivação de seus direitos fundamentais, como moradia, educação, saúde e mobilidade.

¹ Trechos extraídos de pesquisa desenvolvida no Programa de Iniciação Científica da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV Direito SP), cujo tema é “O direito à documentação pessoal dos solicitantes de refúgio no Brasil: o processo administrativo de solicitação de refúgio e a garantia de direitos fundamentais”. O trabalho é de autoria da aluna Giovana Agútoli Pereira e foi apresentado na FGV Direito SP em 26/10/18.

² A expressão solicitante de refúgio é aqui utilizada em razão de seu uso costumeiro, seja na doutrina, seja na prática do instituto do refúgio no Brasil. No entanto, trata-se de conceito impreciso. Isso porque, o refugiado pede solicitação do reconhecimento da sua condição de refugiado e não uma solicitação para que lhe seja concedido o refúgio. A decisão que reconhece a condição de refugiado é ato administrativo declaratório e não constitutivo, de modo que o termo apropriado a ser utilizado seria solicitante do reconhecimento da condição de refugiado ou solicitante da declaração da condição de refúgio.

³ Registro Nacional Migratório (RNM) é o número do registro alfanumérico apostado na Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM). Decorrente da identificação de cada estrangeiro por meio de suas informações pessoais e impressões digitais.

Durante a pesquisa foram ouvidas várias pessoas, mas aqui apresentamos apenas quatro depoimentos: o de duas mulheres e o de dois homens, visto que, em sua maioria, os problemas apresentados nestes depoimentos, se repetem em todos eles.

1. Ana⁴ – República Democrática do Congo

O Brasil abre as portas. A pessoa chega sozinha, tem que se virar sozinha, sustenta sua vida sozinha. Imagina que você chega em um lugar que você não sabe falar a língua, não conhece ninguém, não sabe nada, como você vai se virar? Quantos imigrantes e refugiados morreram no desabamento do prédio em São Paulo? Quantas pessoas estão falando sobre isso? Quem fala sobre isso? Imagina um médico, um advogado que tinha um trabalho decente em seu país. Uma mãe que deixou dois filhos em seu país, porque saiu em fuga. Não é fácil. Tentamos nos ajudar aqui enquanto podemos. Mas quantas mulheres imigrantes são hoje vítimas do abuso sexual? Porque se encontram em uma situação delicada, que não sabe o que fazer. Aí deixa ser escrava do sexo, porque precisa da ajuda. Ganha algum lugar para dormir, algum lugar para comer. Mas pela nossa cultura congoleza, uma mulher, que sai da casa de seus pais e vai viver com o homem, sem que o homem dê o dote para os parentes, isso é uma vergonha aos olhos da cultura africana. Sabe o quanto a nossa cultura está sendo enterrada? São as consequências. A vida da imigração coloca as mulheres nessa situação. Tá vendo o choque moral que a mulher imigrante está vivendo? Se sujeitam a essas circunstâncias para sobreviver. A questão da vinda dos imigrantes, dos refugiados se tornou um espetáculo para o Brasil, mais do que uma convivência de verdade. Um lugar de vivência, de uma humanização. Isso acontece quando você vai para uma entrevista de emprego, rapida-

⁴ Todos os nomes dos depoentes são fictícios para preservar suas identidades e a autora tem arquivado, em seu trabalho, os termos de consentimento.

mente fala sobre as questões do trabalho, o resto das perguntas é sobre você. Como você saiu do seu país? Por que você saiu do seu país? Você saiu de lá por causa da fome, né? No lugar de falar sobre as suas habilidades, de fazer questões que impactam no seu trabalho. Não existe uma avaliação das suas habilidades. Sabe que a maioria dos refugiados tem uma história chocante. E as coisas que são chocantes, a cada vez que a pessoa conta, a memória relembra. Será que não imagina como vai ser a vida dessa pessoa depois da entrevista? A situação dessa pessoa? Fica te lembrando as coisas que te machucam. Depois de todo esse processo, falar que depois vai ligar para você, mas eles não ligam. Buscar emprego tem que gastar dinheiro, você está tentando a sorte. Internet permanente para ver onde tem vaga, para encaminhar. Gasta transporte. Se não estou conseguindo pagar o aluguel como que vou conseguir pagar para ter wi-fi em casa? Não tem um trabalho decente, não tem consideração.

Ataques de xenofobia, racismo. A gente se sente uma segunda vara dos escravos. Os primeiros escravos vieram para o Brasil forçados. Você é africano, você tem muita força, tem que trabalhar. Imigrante na faxina, na área da limpeza. Trabalham mais horas do que os brasileiros e recebem menos. Eu já vi o testemunho de solicitantes de refúgio que recebiam um mês sim e um mês não. Por três meses uma colega trabalhou e não foi paga. Foi trabalho escravo. O Brasil só abre as fronteiras, a gente entrou, mas aqui dentro somos constantemente criminalizados. É uma destruição silenciosa. Abrem as fronteiras não pela humanização ou paz. Não, eles abrem porque precisam de mão de obra. Eu não tinha ideia de sair do meu país e hoje estou aqui. Parece que aqui nasci de novo, virei uma bebê que tenho que começar tudo de novo.

Cheguei no Brasil sem falar, como nasce um bebê. Não sabia falar português, não entendia. São coisas que precisamos fazer de novo, mas não é fácil, porque existe uma mídia que só fala mal dos africanos. Existe um ambiente de criminalização.

Quando mostram fotos, mostram apenas as crianças desnutridas, sofrimento na África. Na África também tem prédios bonitos, casas boas. Assim como existem aqui, existem lá. As pessoas param para perguntar para mim na rua se eu faço parte de algum ritual. Eu não faço, é a minha cultura. A roupa africana incomoda. Aqui as pessoas já olham e falam: macumbieras. Quando você vai para uma entrevista de trabalho, já te julga pelo modo como você se veste. Tá vendo essa discriminação? Sem saber quais são as habilidades que eu tenho. Quais são os conhecimentos que eu tenho. Você vive um espetáculo na entrevista de emprego. Tem que se mostrar para aquela pessoa. Já me deram uma dica uma vez: tenta se vestir menos africano para a entrevista, tenta virar um pouco mais brasileira, o cabelo, o vestido. Imigrante e refugiados ficam em uma situação delicada no país. O direito é para todo mundo, nós contribuímos para a construção do Brasil. Pagamos as taxas como os brasileiros. É difícil.

Tenho muitas coisas para contar, tem muitas coisas que doem. Tem umas coisas que me revoltam. Você fica numa dor interna que não sabe explicar. Eu já parei de viver. Eu tinha uma vida respeitada no meu país. Mas eu não sou nada hoje aqui no Brasil. E ninguém quer entender e ninguém quer respeitar. Eu não tinha pensado em viver uma vida assim, que precisaria de ajuda. Eu tenho força, eu tenho habilidade. Por que não consideram a gente? É uma discriminação. Não é que o Brasil não tem vaga não. Tem gente com 20, 30 anos de experiência no trabalho, como que o Brasil não consegue encaixar essa pessoa? Avalia a pessoa para ver. Não precisa pegar a pessoa e fazer a pessoa voltar para a faculdade. A ciência é universal. Você já passou por todas essas fases. E depois de passar por tudo ainda tem que enfrentar a xenofobia e o racismo, porque você não é brasileiro, porque você é negro.

O meu país atravessa pela guerra e pela crise política. A guerra é uma guerra importada, uma guerra imperialista pe-

los minerais. Eles alimentam os grupos rebeldes no Congo para que eles consigam os minerais a preço de banana. A guerra acontece há mais de 20 anos e já fez 15 milhões de mortos, mulheres estupradas como forma de estupro como arma de guerra. Não só estupram as mulheres como mutilam o sexo das mulheres, cortam os seus órgãos genitais.

Cada pessoa que usa um celular, tá com o sangue e com a lágrima das mulheres congolezas, porque estão matando mulheres para conseguir minerais. Os minerais são encaminhados para as fábricas de celulares. O problema é o posicionamento geográfico do Congo. O Congo é um país que fica bem no coração da África, é um país largo que possui o segundo maior rio do mundo. O Congo é um país que tem a segunda maior reserva florestal do mundo, depois da Amazônia. O rio Nilo nasce no Congo. O Congo possui mais de 90% dos minerais que existem no mundo. É um país rico naturalmente. Fora disso temos a cultura, temos mais de 450 etnias, uma riqueza cultural. O Congo é o reino do Congo que foi o reino mais poderoso depois do reino do Egito. Esse neocolonialismo disfarçado fez do Congo uma caixa de exploração da tecnologia hoje no mundo. Fazem as imposições ao governo. Quem eles colocam no poder vai governar ao interesse deles. Eles mandam no país dos outros. O povo congolês não tem a liberdade de escolher pelos seus governantes. Ninguém respeita a soberania do Congo. Quando tem um político, que quer de algum modo desenvolver uma política nacionalista, eles alimentam a guerra.

Esse fluxo migratório é consequência desse sistema. Todo mundo está sonhando viver uma vida de paz, viver bem. Imagina balas na rua, amanhã é a bomba que cai, você leva os seus filhos na escola e eles não voltam mais, a mãe que foi para o mercado e volta estuprada com uma garrafa no aparelho genital, imagina como as pessoas podem viver assim? Imagina essa guerra que já dura 20 anos. Imagina um jovem que cresce nessa sociedade. É difícil essa situação.

E a maioria dos brasileiros perguntam: “Por que você saiu da sua terra?” Vamos trocar. Se coloca no meu lugar. Diante dessa situação como você reagiria? Você está vendo essas mulheres que são vítimas desse sistema? Que sistema é esse? O Brasil é um país democrático.

Precisamos falar sobre o direito dos refugiados. Imigrar é um direito. A vida do refúgio não é uma vida eterna. Tem fim. A vida de refúgio é uma circunstância. Como você pode acolher uma pessoa que fica no seu país há 5 anos sem dar uma resposta à sua condição? Qual é a nossa qualificação jurídica? Troca, troca, troca protocolo. Você pode aceitar ou não a solicitação dessa pessoa, mas não dar uma resposta? Ou você é refugiado, ou você é imigrante econômico ou você é nada.

2. José – Angola

“Estou esperando pelo RNM (Registro Nacional Migratório) há quase 4 anos, desde 2015. Já fiz a entrevista no CONARE”. Sobre o protocolo provisório, responde: “A dificuldade é que não temos acesso às vagas nas universidades, já que muitas universidades pedem o RNM. A mesma coisa acontece com as empresas. Muitas empresas não nos aceitam para trabalhar, porque não tem o RNM. Você pode preencher formulários e até atender os requisitos, mas em algum momento vão perguntar do RNM. Para viajar também é difícil. O conflito te impede de voltar para a terra, mas é possível você tentar combinar com a sua família de se encontrar no país fronteiriço. Mas sem o RNM, você não consegue ir para lugar nenhum. Tenho saudade da minha esposa e das minhas filhas.

Quando você vai pedir o visto, pedem o RNM. Você fica como se fosse numa prisão. Fica como se o Brasil não te aceita, mas também não te permite sair do país e fazer algo. Fica numa vida parada, não pode fazer muitas coisas dentro do Brasil e não pode pensar em sair do Brasil para ver alguém, porque vão pedir o RNM. O Brasil fica como se fosse uma pri-

são sem teto. De fato, você está em uma prisão, você não pode sair. Às vezes conseguimos emprego no Brasil, mas para nós o mais importante de tudo é a proteção. Nossa prioridade não é o trabalho.

Não saímos para buscar emprego, saímos para fugir do conflito e buscar proteção, segurança, refúgio. Quando a gente vem para cá naquele tipo de circunstância é mais para busca de proteção, que vem quando somos aceitos como refugiados, quando temos o RNM ali. Com a demora, as pessoas começam a pensar em sair do Brasil para pedir proteção em outro país, porque esse é o intuito. O fato de alguém conseguir emprego (é bom), mas não é nada se não há o reconhecimento, se não há a proteção. Sem o RNM, é difícil e demora, demora, demora.

Quando cheguei, fui fazer meu pedido na Polícia Federal. Um ano depois fui ouvido pelo CONARE na entrevista. Agora, desde que fui ouvido, há muito tempo atrás, não sei quando vão me dar a resposta. E o tempo que não perdoa, passa, passa, passa. E até mesmo às vezes o emprego não vai servir, porque nas entrevistas de emprego, poucos lugares aceitam sem o RNM.

Eu que já passei uma certa idade, fica mais difícil ainda, ninguém quer saber. Falam que não preenche o requisito: 'fulano, fulano, você não preenche o requisito', mas na verdade, você sabe o porquê foi desqualificado, foi por causa da falta do RNM. É como se alguém te aceitasse na sua casa, te abrisse a porta para você entrar, mas entrando ali, ele fecha o banheiro, desliga a televisão, tira os sofás da sala e a impressão que a gente tem é que a gente foi aceito, mas que lá dentro você não tem direito a nada, ele fechou tudo. E você se sente sufocado, é muito complicada a situação que o refugiado está vivendo no Brasil.

Depois de tanta espera, espera, espera, não consegue a resposta, que pode ser tanto negativa, quanto positiva, mas pelo menos a gente sabe o que foi e o que deu. Quando as pessoas não têm essa resposta, a primeira intenção é já pensar em uma

outra coisa, sair do Brasil para pedir refúgio em uma outra terra, porque quem ainda não tem RNM, fica num status de “sim e não”. Se não, pode ser expulso e voltar para sua terra. Quando somos convidados para ir para outro país, para pregar o evangelho, por exemplo. Fui convidado. Fui até a embaixada para preencher o formulário para conseguir ir. Lá, eles vão perguntar do RNM, a embaixada não conhece o protocolo. Quando começa a explicar sobre o protocolo, a resposta é: “Olha, você está ilegal no Brasil”. Você fica num estado em que nem pode corresponder com o mundo de fora e nem é aceito no Brasil. E nem se sabe como está o seu caso. Não se sabe o que você é, fica uma pessoa perdida. Não tem como voltar para a terra.

Às vezes alguém quer te ajudar de fora do Brasil, fala do protocolo (para as pessoas de fora) e protocolo para eles é sinônimo de estar ilegal, ninguém sabe o que é o protocolo. Você fica impedido de agir, não tem o que fazer. Quando fica nessa situação, espera, espera, espera e não alcança aquilo, você tem que mudar aquele sonho, adaptar à realidade, fazer coisas que não faziam parte dos planos. É difícil ser feliz nessa situação. Tudo que você vive é um imprevisto. Não sabe, não sabe, não sabe, tudo não sabe, fica complicado. Fica parado. Não sabe quando a resposta sai. Até você já perdeu a esperança que um dia a resposta vai sair.

Tive dificuldade com o pedido do RNM. É necessário conseguir o emprego, só a sua empresa que pode pedir para mandar abrir uma conta salário. A empresa fazia uma carta, como foi o meu caso, e eles abriam uma conta salário. Antes dessa situação, eu vivia com o meu dinheiro no bolso. A minha calça ficava molhada de suor, o dinheiro molhava. Eu morava em um albergue e ali você precisa ter muita prudência com o seu pequeno valor, porque senão alguém te roubava. Enfim, os africanos vão para os bancos tentar abrir as contas bancárias, mas chegando lá não podem por falta do RNM. Se conseguir emprego, empresa te manda no banco e ali abre a conta-salá-

rio, que é uma conta que não te permite receber ajuda de familiares do seu país, nem mesmo mandar dinheiro para ajudá-los também. Você está nessa situação: para abrir conta bancária, precisa de trabalho, por falta do RNM. E esse emprego também quando é em uma empresa que exige o RNM, você tá numa situação em que: o banco exige o RNM para conta, ou exigiu emprego para conta, e o emprego também exigiu o RNM.

Então, não pode abrir a conta bancária, não pode ter emprego, por causa do documento. Então você fica com o seu dinheiro, todo dia passando o tempo a pensar: ‘onde eu vou colocar hoje?’. Hoje coloquei debaixo da cama, amanhã vou colocar não sei onde e por onde você anda você não está confortável, porque onde está o seu tesouro, lá estará o seu coração. Toda hora você volta para ver se está lá. Fica numa situação complicada. Eu andei com o dinheiro no bolso por mais de um ano”.

3. Maria – República Democrática do Congo

Maria chegou ao Brasil em 2015 e fala sobre o protocolo provisório: A gente tá andando com esse documento que tem um papel grande. Quando chega em um lugar que pede o documento, você passa para ele aquele papel e eles ficam olhando para você com aquela cara que você não pode imaginar. Eles falam: ‘o que isso?’. Respondi: ‘é documento, que o federal passa para a gente’. Ele respondeu: ‘nossa!’, foi a reação do brasileiro. Quando você passa para eles, a maioria dos funcionários não conhecem o documento, eles têm que levantar para ir perguntar para outras pessoas se o protocolo é válido, se ele pode aceitar aquele documento ou não. A gente fala: ‘esse é o documento oficial, você não conhece?’ Se o chefe falar que pode, aí você pode, se o chefe também não conhecer, você não pode fazer nada com o documento. Vão pedir o RNM.

E também quando você vai no banco para abrir conta é também muito complicado. Já teve muitas ocasiões que não consegui abrir conta por causa do protocolo, principalmente

no Banco do Brasil, que é o banco nacional do Brasil. Os funcionários do banco brasileiro tinham que ter conhecimento sobre o protocolo e tinham que facilitar a abertura de contas. E, contrariamente, vem sendo o banco que mais complica para nós para conseguirmos abrir contas com o protocolo. Pede para você voltar várias vezes. Perdi a oportunidade de fazer um curso, porque não consegui abrir a conta no Banco do Brasil, porque eu não tenho RNM, só tenho o protocolo.

Outra coisa é quando você vai procurar vaga de trabalho, a maioria das empresas, dos responsáveis do RH não conhecem o protocolo. Eles ficam te olhando, desse jeito, que a gente não pode conseguir explicar. Você é desqualificado, já a princípio, pelo protocolo. A gente acha que falta uma sensibilização das empresas, bancos, nas diferentes instituições e lugares. As pessoas têm que saber que o protocolo é um documento oficial. Lá no protocolo mesmo tá escrito tudo o que a gente pode fazer com o documento. Eu não sei se o funcionário não lê o que tá escrito lá, eu não entendo. Outra coisa, eu já estou aqui há muito tempo.

Ainda não estou conseguindo o RNM. Não sei por quê. Eu já passei por tudo, já passei pela entrevista, a CONARE não me responde. Tudo o que eu posso fazer eu já fiz, renovo o protocolo, mando e-mail. É complicado para a gente né. É ruim com a gente. Eu acabei de perder uma oportunidade de trabalho por causa desse documento, do protocolo, porque ele me contratou, já tinha feito tudo, exame de admissão e tudo mais. Quando fui abrir conta no Banco do Itaú, não consegui abrir a conta, por causa do protocolo. Ele tinha falado para eu esperar, que depois de pouco tempo ele me ligaria para começar a trabalhar. Depois de um tempo, ele devolveu tudo e disse que a vaga ainda estava aberta, que eu tinha que esperar, que eles ligariam depois. Você está vendo como são as coisas?

Como [o protocolo] é o nosso único documento, precisamos dele pra tudo. Acabamos fazendo tudo com ele, mas as pes-

soas não conhecem. Quando precisamos viajar para outros estados do Brasil ou para outros municípios, para o Rio, Curitiba, quando você vai nos lugares para comprar a passagem para viajar, eles complicam muito. Só o protocolo não é suficiente. Precisa apresentar o protocolo junto com a carteira de trabalho. Só o protocolo é muito complicado, geralmente não consegue. Quando você, brasileira, precisa viajar, só com o seu RG você consegue viajar. Com o protocolo não. E se você não trabalha? Como viaja? Se você não tem carteira registrada, trabalha na rua, como que faz? Não basta protocolo e CPF, eles exigem mais. Outra coisa, se você precisa sair do Brasil, por algum motivo, com o protocolo é muito difícil. Para você voltar, precisa do visto, que é quase impossível”.

3. João – Senegal

Já faz três anos que estou no Brasil, cheguei em dezembro de 2014, com o visto de turismo. Estou há três anos com o protocolo. Já estou na 3ª renovação. Com o Protocolo, não facilitam muito a vida. Várias instituições não reconhecem o protocolo como um documento legal, problema para estudar. Até para abrir conta bancária não era possível, porque o protocolo era para eles um documento muito novo. Todo lugar que vão se cadastrar, tem que apresentar a documentação, aí mostra o protocolo e eles não aceitam, porque a maioria não conhece esse documento. Sua vida fica parada. Perde muitas oportunidades de estudo e emprego.

Consegui fazer o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e tirar uma boa nota e ser selecionado pelo ProUni (Programa Universidade Para Todos). Quando fui na faculdade para fazer a inscrição, disseram que com o protocolo não seria possível, apenas com o RNM. Perdi a oportunidade da faculdade, por causa do protocolo. Atualmente estou cursando Administração na ETEC (Escola Técnica Estadual), que é do Estado. O curso é técnico, de 2 anos. Consegui me matricular.

Não consegui tirar o diploma sem o RNM. O coordenador falou que esperava que após 2 anos eu já estaria com o RNM e não teria problema para retirar o diploma. É difícil. Além disso, gastei muito para ir até a escola, moro longe e não tem meia no transporte público. Não consegui cartão de estudante no transporte público (SP Trans), por causa do protocolo, por ele ser um documento provisório. Eu entendo as pessoas da administração, que não conhecem o documento, que veem pela primeira vez, não sabem se valem ou não, não sabem como usar, mas isso acaba atrapalhando tudo.

Perco muitas oportunidades, por conta do protocolo. Trabalho com comércio exterior e acabo perdendo muitas oportunidades de viagem com a empresa, a trabalho, por conta do protocolo. A nossa luta é para que a gente seja cada vez mais consciente que a imigração é algo bom, é natural. São pessoas que chegam com estudos, com sabedoria, que podem compartilhar com pessoas. Participam do desenvolvimento econômico e cultural do país. Devemos facilitar a integração.

3. Sou guarani na cidade de São Paulo¹

*Karai Nhe'ery*²

Sou Guarani e vivo perto do Pico do Jaraguá em São Paulo. A aldeia onde vivo, agora se chama Tekoá Pyau. Já vivi em outros lugares, em muitas 'Tekoá' do sul do Brasil.

Quem vê a alegria de nossas crianças não vê nosso sofrimento. É igual sabiá na gaiola. Canta, canta, canta. Pensam que é um canto feliz.

Eu fico sentindo o sentimento dos antigos. Aquilo sim é que era alegria. Os Juruá (brancos) não tinham invadido nosso lugar. O Nhanderekó (nosso jeito de viver guarani) não estava ameaçado. Nós não éramos estrangeiros. Agora, onde a gente chega, dizem que nós estamos no lugar errado.

Nós somos muito antigos no mundo. Aqui nós somos os mais antigos. Pedimos respeito aos mais velhos, pois nossa sabedoria tem milhares de anos.

Um dos direitos que sempre tivemos é o de ir e vir. Andávamos pelas matas deste pedaço de mundo. Levávamos as sementes e os filhos, de lá para cá. Não tinha cerca ou documento de propriedade. A terra era livre e nós também. Caminhávamos para outras aldeias. Cinco famílias saíam e já iam formar outra aldeia. E aí plantávamos milho, mandioca, batata doce, amendoim... e a terra nos acolhia com sua generosidade.

¹ Depoimento feito a Antonio Salvador Coelho, professor no Colégio Santa Cruz, criador de jogos cooperativos e monitor do Curso de Verão.

² Nome indígena fictício.

O rezador suplicava aos espíritos e nós dançávamos para que Nhanderu protegesse nossa caminhada. As mulheres cozinham, assavam a batata-doce e faziam o beiju. A aldeia era uma festa. E chegava gente das outras aldeias. E a festa aumentava. Nossa caminhada era importante porque assim levávamos mensagens para nossos parentes. E a gente nem precisava de papel para anotar. Tudo estava no coração e na nossa imaginação. Foi Nhanderu (nosso Pai Primeiro e Futuro) que colocou três coisas que ele tirou de dentro dele mesmo: a palavra, o amor e as canções. Nós somos assim e levamos, de lá para cá, essa riqueza.

Sempre estamos em movimento porque foi assim desde o começo. Somos palavra-alma caminhando. Os verdadeiros pais das palavras-alma, as divindades, chamadas *nhe'eng ru eté*, enviam ao mundo uma nova palavra-alma (*nhe'é*). Uma nova criança *Mbyá-Guarani* é concebida e vai fazer sua trajetória. Vai dizer ao seu povo a novidade vinda de Nhanderu, vai mostrar novos caminhos para a comunidade, com sua palavra, seu coração e suas canções. É assim que atravessamos o mundo desde muito tempo.

Agora é uma luta para demarcar uns pedacinhos de terra para nossos parentes viverem e nos acolherem nessas idas e vindas. Somos estrangeiros e estranhados. Quando vamos para a cidade, os mais educados perguntam: Vocês são bolivianos? E além disso ficam reparando nossas roupas e celular para nos acusar de não sermos mais guaranis. Estão procurando jeitos de nos acusar, condenar e eliminar nosso povo e o *Nhanderekó*. Mas nós viveremos. E nós caminharemos. E nossos filhos saberão sobre a grandeza do nosso espírito. Nossas coisas mais importantes são a Casa de Reza (*Opy*), nossa língua e nosso modo de viver.

Foi assim que cheguei aqui no Jaraguá onde nossos antepassados já tinham vivido e foram expulsos pelos bandeirantes. E aqui estamos ainda cercados de bandeirantes. Tem gente

que nos ameaça e vivemos no meio de duas estradas com o nome de invasores que tentaram destruir nosso povo: Anhanguera e Bandeirantes.

Estamos em perigo, mas nossas crianças crescem com coragem, escutando os mais velhos e se preparando para formar muitas outras aldeias onde possam semear o alimento e os filhos dos filhos dos filhos.

Esperamos que um dia os Juruá fiquem pacíficos e possamos conviver bem, numa Terra Sem Males.

4. Apoio solidário aos migrantes que passam pelo México¹

Lilia Godínez González

Sou crente desde que nasci, porém, meu verdadeiro encontro com Deus foi quando me mudei para os Estados Unidos, aos 19 anos, e onde convivi com gente de todas as nações. Aí Deus me confirmou que não importa o idioma ou a nacionalidade; Ele sempre quer chegar em nossas vidas.

Depois de viver por 10 anos nos EUA, voltei para a Cidade do México. Sou casada com um estrangeiro da Costa Rica e por estar vivendo no México, me dei conta de que muitos latinos passam pelo México: guatemaltecos, salvadorenhos, hondurenhos, nicaraguenses, argentinos, colombianos e dominicanos. Por ser esta a travessia mais difícil, entendo que Deus quer é provar os corações dos mexicanos, por estarem tão perto deles, para estender-lhes as mãos, pois vivemos nesta grande cidade onde há pluralidade de confissões [religiões] e de culturas. Não temos posto assento no NÃO, nas diferenças, mas SIM, na ajuda conjunta, sem importar-se com o seu lugar de nascimento.

Comecei a levar pão e café aos hospitais de forma voluntária e foi aí que nos unimos com outros irmãos que levavam a palavra à estação migratória de D. F [Distrito Federal] chamada de “Las Agujas”. Também estamos visitando os arredores da Praça das Américas, onde há uma estação de trem chamada

¹ Depoimento dado ao CESEEP em Guadalajara, México, em 11/10/18, no 1º Encuentro Continental de Pastoral Urbana. O nome da depoente é verdadeiro.

“La Bestia”, onde há muitos migrantes pedindo água e dinheiro. Assim, quando conseguimos mais ajuda em roupas e calçados, levamos a eles, e sempre acompanhados da palavra de Deus.

Em algumas das vezes que eu estive nesta mesma zona das Américas que ficam os migrantes, não os encontrei, pois as caminhonetes os haviam levado. Assim, fui à casa do migrante e aí pude ajudar a outras pessoas.

Creio que as necessidades mudam de acordo com a temporada e o clima: no calor nos pedem água, creme dental, sandálias etc. No tempo frio nos pedem cobertas, roupas quentes etc. Graças a Deus, através de nossa comunidade, temos conseguido ajudá-los. Meu lema é “A união faz a força!” Quero seguir servindo a cada pessoa necessitada, já que em algumas ocasiões eu também fui migrante e posso entender muito bem o significado de desapegar-se de sua terra e de sua família para melhorar sua forma de vida.

De minha parte, meu maior desejo é buscar a Deus acima de todas as coisas, pois ele acrescenta o que necessitamos. Enquanto nós aqui na terra somos migrantes que viemos de Deus e voltaremos a Ele. E nesta viagem vamos fazer o melhor possível para servir a outro ser humano e fazendo-os saber que, através de nós, Deus vive. Amém.

5. Educação que acolhe¹

Jean (Haiti)²

Eu vim do Haiti para o Brasil há dois anos para morar em São Paulo, capital, no bairro de Perus. A maior dificuldade que encontrei, e que todo haitiano encontra, é a barreira da língua. Precisamos aprender a língua para nos comunicarmos. A língua é o que nos aproxima dos brasileiros.

Com nossa vinda para o CIEJA PERUS, conseguimos solucionar esse problema com a língua. O projeto do CIEJA, para nós migrantes, nos aproxima mais dos brasileiros, apesar da barreira linguística. Os paulistanos me receberam muito bem. Para falar a verdade, o Brasil acolhe os haitianos e isso é bom.

Em relação ao trabalho, nós sofremos bastante. Não é fácil conseguir emprego, que é um dos objetivos principais de nossa migração: conseguir trabalho para sobreviver. Muitos haitianos deixaram o Haiti por motivos diversos. Uns porque não conseguem trabalho, pois as empresas e fábricas, que já eram poucas antes do terremoto, após o trágico acontecimento diminuiu mais ainda; outros porque querem fugir da tragédia em que morreram mais de 300.000 pessoas; outros porque querem fugir de um lugar que para eles só representa dor, tem

¹ Depoimento dado a Silvania Francisca de Jesus, professora no CIEJA - Perus e Monitora do Curso de Verão.

² Nome verdadeiro, com consentimento do depoente.

cicatrizes que ainda doem; tem casos em que só sobreviveu a pessoa, todos os familiares e parentes morrerem; há imagens que chocam como a de pessoas mutiladas pelas ruas, sem um perna, sem um braço, ou com parte do corpo queimado. Essas imagens não deixam esquecer o forte momento de dor.

Nós saímos do país para ter uma vida melhor, ou esquecer a vida antiga e construir outra. No CIEJA PERUS estamos tendo a sorte de reconstruir nossos sonhos, criar projetos. Esse lugar nos acolhe com alegria, e isso é bom. Sinto-me seguro no CIEJA. A educação é uma porta aberta para aprendermos a língua, são mais de 400 haitianos nesse espaço. No bairro de Perus tem muitos haitianos que vêm para esse bairro porque sabem que o CIEJA tem um espaço para nós, por isso tem sempre novos haitianos chegando por aqui.